



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O COSMOPOLITISMO E A INSENSATEZ (1860-1882):
A LOUCURA COMO CONFORMIDADE CULTURAL NO RIO DE
JANEIRO DE MACHADO DE ASSIS**

ÁDAMO GUEDES SANTOS DE MORAES

**Área de concentração: História e Cultura Histórica
Linha de pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos**

João Pessoa-PB, julho de 2008

**O COSMOPOLITISMO E A INSENSATEZ (1860-1882):
A LOUCURA COMO CONFORMIDADE CULTURAL NO RIO DE
JANEIRO DE MACHADO DE ASSIS**

ÁADAMO GUEDES SANTOS DE MORAES

Orientadora: Uyguaciara Veloso Castelo Branco

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

JOÃO PESSOA

2008

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFPB

m827 Moraes, Ádamo Guedes Santos de.
O cosmopolitismo e a insensatez: a loucura
como conformidade cultural no Rio de Janeiro de
Machado de Assis / Ádamo Guedes Santos de
Moraes. – João Pessoa, 2008.
151p.
Orientadora: Uyguaciara Veloso Castelo Branco.
Dissertação (mestrado) – UFPB/CCHLA
1. Assis, Machado de, 1839-1908 – Crí-
tica e interpretação 2. Contos – Literatura
Brasileira – Crítica e interpretação.

UFPB/BC

CDU: 869.0 (81)

ÁADAMO GUEDES SANTOS DE MORAES

**O COSMOPOLITISMO E A INSENSATEZ (1860-1882): A LOUCURA COMO
CONFORMIDADE CULTURAL NO RIO DE JANEIRO DE MACHADO DE ASSIS**

Avaliado em 29/07/2008 com média APROVADO.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Uyguaciara Veloso Castelo Branco

**Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
(Orientadora)**

Profa. Dra. Rosa Maria Godoy Silveira

**Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
(Examinadora interna)**

Prof. Dr. Diógenes André Vieira Maciel

**Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Estadual da Paraíba
(Examinador externo)**

Prof. Dr. Elio Chaves Flores

**Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
(Suplente interno)**

Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha

**Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
(Suplente externo)**

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho:

Aos meus pais, José Guedes de Moraes e Maria das Graças Santos de Moraes, ao ensinarem-me, pelo exemplo, que a dedicação intensa e a persistência podem superar todos os obstáculos.

A minha esposa, Fátima de Paula Albuquerque, com quem, desde o início dessa pesquisa, compartilho desses resultados.

Agrada-me que haja na história alguém que nos advirta e nos mostre o que está ocorrendo, ou nos acene com a mão para ver, ou ameace com a fisionomia irritada e com os olhos perturbados, para que ninguém se aproxime, como se desejasse que sua ação permanecesse em segredo.

Leone Battista Alberti

O folhetim applaude os progressos sérios; mas ri dos progressos e dos melhoramentos ridiculos. Há-os assim.

Machado de Assis

AGRADECIMENTOS

Embora a autoria dessa dissertação só tenha espaço para um único nome, é importante esclarecer que outros deveriam ser acrescentados. A começar registrando aqui o nome da minha orientadora, a professora Uyguaciara Velôso Castelo Branco, pela imensa gratidão que tenho a ela. Com sua dedicação e paciência, me proporcionou um caminho seguro, com sugestões precisas, para iniciar, desenvolver e concluir essa pesquisa. Sem o auxílio dela, com certeza, não haveria possibilidade de tirar proveito das informações que adquiri das bibliografias e das fontes primárias consultadas. Mas, não posso encerrar por aqui, uma vez que, também, agradeço aos funcionários da biblioteca da Universidade Federal da Paraíba – Campus I – , ao me ajudarem, a desenvolver a minha pesquisa, informando a estante em que se encontra aquela bibliografia solicitada e autorizando o empréstimo da mesma.

E a listagem de autores ainda continua, pois não é justo ignorar a imensa contribuição de alguns professores do Programa da Pós-Graduação em História para o desenvolvimento dessa pesquisa. Agradeço ao professor Raimundo Barroso Cordeiro Júnior que, durante as suas aulas, reforçou a minha convicção acerca da importância da Teoria da História para a sistematização desse trabalho, assim como me ensinou com destreza a relacionar conceitos e temas com algumas inquietações do meu presente. Agradeço a professora Rosa Maria Godoy Silveira que, juntamente com a minha orientadora, ao ministrar a disciplina Tópicos Especiais em História e Cultura Histórica, proporcionaram uma ampliação do meu horizonte teórico, bem como me propuseram leituras e desafios importantes para o desenvolvimento dessa pesquisa, quando estive envolvido nas leituras e discussões de certas obras e que, antes daquele momento, desconhecia. Agradeço a professora Ariane Norma de Menezes Sá e a professora Monique Cittadino que, durante as suas discussões, quando ministraram a disciplina História Política, contribuíram para o meu aprendizado acerca da importância da Nova História Política para o desenvolvimento desse trabalho.

E, ainda, é com enorme satisfação que continuo a agradecer e a dedicar o meu respeito e reconhecimento para aqueles que orientaram o caminho dessa pesquisa. De fato, foram vários os momentos oportunos em que troquei idéias e sugestões bibliográficas com Eurico, amigo de convivência durante as aulas da Pós-Graduação e nos corredores da UFPB. A professora Adriana Facina que, de maneira prestativa e atenciosa, também deu a sua contribuição, ao solucionar-me, por e-mail, algumas dúvidas acerca da relação entre literatura e antropologia. A família também deve ser incluída nessa lista, porque foi na convivência com

ela e com o seu apoio que essa pesquisa foi desenvolvida. Dos meus pais recebi o afeto e o incentivo, assim como da minha avó materna, a dona Julieta, e das minhas tias que foram pacientes e solícitas, quando, nos momentos necessários, tinham que receber do carteiro os livros comprados por mim, pela Internet. E isso sem contar com a compreensão da minha esposa, ao proporciona-me em casa um ambiente adequado para o desenvolvimento dessa pesquisa, isentando-me de alguns afazeres domésticos. Além disso, leitora assídua de cada passo concluído desse trabalho, ora vibrava ora dividia comigo inquietações e angústias. Portanto, cada um de vocês foi importante para que esse objetivo fosse cumprido.

RESUMO

Essa dissertação discute porque e como Machado de Assis, em *O Alienista*, registra uma certa proximidade cultural da corte carioca com a França e com a Inglaterra, entre 1881 e 1882. Para isso, consideramos, em nosso estudo, que alguns recursos narrativos, trabalhados nesse conto, são desenvolvidos nas circunstâncias socioculturais vivenciadas pelo autor, entre as décadas 1860 e 1880. De fato, é no processo de sua acomodação às oportunidades de trabalho que lhes são oferecidas, na condição de cronista e de tradutor da literatura francesa e inglesa, que a ironia, o *tom dialogal*, o *teatro imaginário* e o ceticismo são desenvolvidos e trabalhados por Machado de Assis, em *O Alienista*. A partir desse conto, Machado de Assis trata, como loucura, o consumo sem limites de manufaturas importadas da França e da Inglaterra, bem como o projeto de identidade nacional, sob a influência da relação entre o Romantismo rousseauiano e o Positivismo, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e algumas propostas políticas de intelectuais ligados a Faculdade de Direito do Recife, apoiado no Evolucionismo e no Darwinismo Social, e da Faculdade de Direito de São Paulo, amparado por idéias oriundas do Positivismo e do Liberalismo, como solução para promover o progresso cultural do Brasil. Desse modo, é no contexto do Segundo Reinado, caracterizado por um triunfo marcante do cosmopolitismo na corte, que Machado de Assis organiza personagens para ironizar com essa característica a partir de uma metodologia velada, aprendida com Poe (1981), com uma postura engajada sob a influência de Hugo (1982), e com uma proposta de reflexão orientada pela filosofia cética de Pirro (2007). Enfim, ao dramatizar a vida da corte a partir de *O Alienista*, Machado de Assis parece sugerir que a suposta causa do atraso cultural do Brasil, quando comparado com a França e a Inglaterra, não é racial, mas moral e político.

Palavras-chave: 1. Assis, Machado de, 1839-1908 – Crítica e interpretação. 2. Contos-Literatura Brasileira – Crítica e interpretação.

ABSTRACT

This dissertation discusses why and how Machado de Assis, in “The Alienist”, registers a certain cultural proximity among Carioca Imperial Court, French Court and the English one, between 1881 and 1882. For that, it was considered in our study that some narrative resources showed in this short story are developed into socio-cultural circumstances experienced by the author, between the 1860’s and 1880’s. Actually, it’s in the process of his accommodation related to the job opportunities which are offered to him, in a condition of a chronicler and French and English translator, that the irony, the dialogal tone, the imaginary theater and the skepticism, are developed and elaborated by Machado de Assis in “The Alienist”. From this short story on, Machado de Assis addresses, as madness, the consumption without limit of hand-made products imported from France and England as well as the project of national identity, under influence of the relation between Rousseau’s Romanticism and Positivism, of the Historical and Geographical Brazilian Institute (IHGB), and some political propositions made by intellectuals linked to Recife Faculty of Law, supported not only by Evolutionism and Social Darwinism, and from São Paulo Faculty of Law, but also by Positivism and Liberalism, as solution to promote the cultural progress of Brazil. Therefore, it’s in the context of the second reign, characterized by a marked triumph of the cosmopolitanism in the court, that Machado de Assis organizes characters to do ironies with this feature from a hidden methodology; learnt with Poe (1981), with an engaged posture under Hugo’s influence (1982) and with a proposition of reflexion guided by Pirro’s skeptical philosophy (2007). To sum up, to dramatize the life of the court from “The Alienist”, Machado de Assis seems to suggest that the supposed cause of Brazil’s cultural backwardness, when compared to France and England, is not racial, but moral and political.

Keywords: 1. Assis, Machado from, 1839-1908 – Criticism and Interpretation. 2. Short stories-Brazilian literature – Criticism and interpretation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. UM PASSEIO COM MACHADO DE ASSIS E SEUS INTÉRPRETES	24
1.1. As teias dialógicas de <i>O Alienista</i> : uma ambivalência entre o texto e o contexto de Machado de Assis	28
1.2. <i>O Alienista</i> decodificado na fronteira da convergência e da divergência dialógica dos seus intérpretes	52
2. O RIO DE JANEIRO DE MACHADO DE ASSIS: UM PALCO DE LUTA PELA MODERNIDADE	83
2.1. Inclusão social <i>versus</i> insensatez cultural	85
2.2. Itaguaí: um <i>espelho transparente</i> da experiência cosmopolita da corte	103
3. BACAMARTE: O TIRO QUE SAIU PELA CULATRA	121
3.1. Objetividade e problematização do conhecimento científico	123
3.2. Bacamarte no labirinto do seu <i>humanitismo</i>	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS	144

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Rua Direita.....	87
Ilustração 2 – Rua do Ouvidor.....	88
Ilustração 3 – Praça Tiradentes.....	97
Ilustração 4 – Machado de Assis e Carolina.....	105

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, conforme sugere o título e o subtítulo, tem por objetivo compreender como certos costumes e valores, importados da França e da Inglaterra, foram apropriados pela corte do Rio de Janeiro como marcos do progresso e da civilização e de que modo isso é registrado por Machado de Assis¹, a partir do seu conto *O Alienista*. Quando mencionamos o termo corte, procuramos nos aproximar de dois significados compreendidos por Schwarcz (1998): o primeiro, no seu sentido prático, refere-se a um conjunto de pessoas que tem maior proximidade com D. Pedro II e que são, em sua maioria, titulados; e, o segundo, refere-se a certos espaços do Rio de Janeiro e que funcionam como centros de sociabilidade da vida pública, entre a elite rural e a camada média. Nessas condições, o registro, que Machado de Assis realiza em *O Alienista*, mobiliza um conjunto de alegorias que são constituídas, a partir de referentes calcados em experiências vividas pela corte, durante o Segundo Reinado. Trata-se, então, de entender *porque* e *como* Machado de Assis escreve o seu conto, ao se relacionar com essa elite na rede das tramas políticas caracterizadas pela cultura da época.

Ora, Machado de Assis é um escritor que procura fazer política com a sua literatura, ao mesmo tempo em que se envolve em um processo de sobrevivência orientado pela sua relação de apadrinhamento político, na condição de jornalista e secretário da Agricultura. Além disso, consideramos também que, provavelmente, ele sentiria medo da ameaça de sofrer um ostracismo político por parte da corte, por ser um mulato e autodidata, quando a sua escrita vai assumindo um papel cada vez maior de ironia. Por isso, uma vez considerando esses aspectos necessários para analisarmos a biografia² de Machado de Assis, durante o desenvolvimento desta pesquisa, procuramos interpretar *O Alienista* a partir de dois recortes

¹ Adotamos como norma, durante toda a dissertação, os últimos dois sobrenomes do nosso escritor para evitarmos confundi-lo com o de Roberto Machado, este último mencionado no primeiro capítulo. Além disso, não podemos desconsiderar que os últimos sobrenomes de Joaquim Maria, o Machado de Assis, ficaram consagrados na literatura brasileira.

² É importante esclarecermos que, durante os três capítulos dessa pesquisa, não há intenção de discorrermos longamente acerca da vida de Machado de Assis, uma vez que o mesmo já está cumprido por estudos precedentes. Conferir MASSA, Jean-Michel. **A Juventude de Machado de Assis**. Ensaios de uma biografia intelectual (1839-1870). Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971; PEREIRA, Lúcia Miguel. **Machado de Assis**: estudo crítico e biográfico. 4 ed. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira, 1944; MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Vida e obra de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Brasília: Instituto Nacional do Livro, 4 vols., 1981. Logo, quando retomamos alguns desses estudos citados e que tratam de discutir a biografia de Machado de Assis, estamos interessados em compreender em que condições e como esse escritor organiza alguns dos seus recursos literários e que são aplicados em *O Alienista*.

temáticos: o cosmopolitismo e a insensatez. Esses dois recortes temáticos são fundamentais porque orientam a nossa leitura por caminhos não explorados por outros intérpretes³ de *O Alienista*. Falar de cosmopolitismo pressupõe discutir como Machado de Assis observa o fortalecimento da relação neocolonial entre o Brasil, a França e a Inglaterra, mas por intermédio de *O Alienista*, e a insensatez, por sua vez, caracteriza o tipo de reflexão que esse escritor faz dessa experiência, registrada nas alegorias que são mobilizadas no seu conto. Dessa maneira, tanto o conto como o próprio Machado de Assis são integrantes de uma cultura histórica, ao identificarmos em que condições essa obra é escrita por ele. Logo, ao considerarmos relevantes a importância que há entre a relação de Machado de Assis com a corte, nós procuramos compreender *O Alienista* segundo alguns critérios: pela sua produção, ou seja, qual o veículo que ele é publicado; pela sua circulação, isto é, a quem as suas ironias são dirigidas; e pela recepção, no que diz respeito à maneira como ele é apreciado criticamente por alguns de seus interlocutores.

E, quando se trata de pensarmos esse caminho orientado pelo campo teórico, procuramos dialogar com a história cultural e com a história social. A pergunta é inevitável: por que esses domínios históricos não são tratados aqui como instâncias estanques, ou seja, uma independente da outra? A razão é simples. Em se tratando de história, não podemos pensar em cultura sem sociedade ou pensar em sociedade sem cultura. Isso significa que a fronteira desses dois domínios da história é tênue⁴. De fato, quando pensamos em *O Alienista*, pelo cosmopolitismo e pela insensatez, não podemos perder de vista dois aspectos que o influencia na produção desse conto. O primeiro, refere-se a sua inserção política na corte, caracterizada pelo conflito, ao se envolver em debates com Capistrano de Abreu, Francisco de Varnhagen e Sílvio Romero. E o segundo, pela sua postura contraditória, uma vez que o seu conto ironiza com a conformidade cultural de sua época, em que negros e mulatos são responsáveis pelo “atraso” cultural do Brasil, conforme aponta o paradigma cientificista, ancorado no Positivismo e no Darwinismo Social, ainda que a sua sobrevivência dependa do seu envolvimento no mesmo sistema político de relações sociais e institucionais que aceita

³ Referimo-nos a alguns estudiosos de *O Alienista* que procuramos discutir as principais idéias de seus trabalhos no primeiro capítulo.

⁴ Ao discutir a formação da história social como um campo teórico do conhecimento, a partir de seu distanciamento da história econômica, e que, durante esse processo, passando a ser compreendida por significados variados, Hobsbawm (1998) explica que alguns representantes dos Annales, como Marc Bloch, Fernand Braudel e Georges Lefebvre, por exemplo, não podem ser identificados como historiadores sociais. Entretanto, há uma exceção a ser considerada acerca de um aspecto em comum: tanto a história social como a nova história francesa estuda tudo aquilo que diz respeito ao homem ou que pelo menos o identifique como sujeito histórico de seu tempo. Portanto, esse aspecto em comum nos autoriza estabelecer uma relação entre a metodologia da história social inglesa com a metodologia da nova história francesa, quando trabalharmos com *O Alienista*.

essas duas doutrinas como conhecimentos autorizados. Daí, a necessidade de nos aproximarmos da história social, quando nos preocupamos de discutir *O Alienista* como um produto de reflexão e da postura liberal de Machado de Assis, porém, essa atitude é dissidente⁵, quando se trata de ironizar certas idéias, de historiadores e críticos da literatura, influenciados pelo Positivismo e pelo Darwinismo Social.

A história cultural também assume um papel fundamental, uma vez que ela nos orienta a perceber *O Alienista* como um registro que alegoriza certos costumes e valores da corte, oriundos do cosmopolitismo, mas, concomitantemente, divulga junto ao seu público uma leitura peculiar de Machado de Assis sobre essa experiência. Isso nos fica claro quando pensamos nos motivos que induzem o Bacamarte, personagem que assume o papel de médico, a confinar os habitantes de Itaguaí na Casa Verde, conforme consta em *O Alienista*. Ora, as loucuras que governam os costumes e valores de Bacamarte e de outros habitantes de Itaguaí são identificados, em nosso trabalho, como elementos cosmopolitas. A interpretação particular de Machado de Assis, por intermédio de *O Alienista*, também diz respeito a sua crítica ao consumo de artigos de manufaturas importadas da França e da Inglaterra, por parte da corte, como uma necessidade fundamental para colocar o Brasil na rota do progresso e da civilização.

Nessa perspectiva, a coleção da edição Jackson, de 1944, assume um papel fundamental, porque é tratado neste trabalho como um conjunto de fontes de primeira mão. Essa condição deve-se ao fato dela ser considerada uma coleção que possui a maior quantidade de informações produzidas por Machado de Assis, quando se trata de compreendermos *porque* e *como* ele reivindica o direito de inserção política no cotidiano da corte, segundo o recorte temático e o temporal estabelecido, entre 1860 e 1882, e ao considerarmos, também, a relação que há entre *O Alienista* com alguns de seus ensaios escritos anteriormente. Segundo Magalhães Júnior (1981, p. 231), Machado de Assis “estava sempre remoendo idéias, repetindo temas, refazendo e aprofundando pensamentos”. Por essas razões, acreditamos na possibilidade de articular *O Alienista* com outros textos de sua autoria e que precedem esse conto, mas sem desconsiderar a influência que a literatura

⁵ Quando mencionamos o termo “dissidente”, ao longo desse trabalho, significa que Machado de Assis se submete às condições de trabalho como um jornalista liberal, no qual essa experiência e a sua postura política são organizadas sob a influência de sua cor e de sua formação autodidata. E são essas as prováveis condições que ora o leva a se aproximar do grupo liberal, ora o levam a se distanciar do mesmo. Em síntese, falar de dissidência para discutirmos as possíveis razões que induzem Machado de Assis a escrever *O Alienista* pressupõe considerá-lo como um escritor que apresenta contradições pessoais nas suas relações sociais e políticas com a corte.

estrangeira exerce no seu engajamento político e no seu método de escrita para interagir com o leitor.

Assim, procuramos seguir essa orientação sugerida por Magalhães Júnior (1981), ao adotarmos um recorte cronológico entre 1860 e 1882. E uma vez delimitado o nosso trabalho a partir do ano de 1860, estamos interessados em discutir como a experiência de Machado de Assis como cronista de jornal, como leitor e tradutor da literatura estrangeira e como participante do grupo liberal de Teófilo Otoni e Saldanha Marinho influencia na produção de *O Alienista*. Ou melhor, trata-se de discutir como a sua estratégia narrativa, que é desenvolvida a partir de suas primeiras crônicas, é aplicada nesse conto. Além disso, buscamos relacionar a produção de suas crônicas com os conflitos políticos entre liberais e conservadores, que o leva a tomar posicionamento em favor do primeiro, mas sem perder de vista de como essa sua inserção política funciona como uma oportunidade de sua inclusão social na corte. Logo, ao escrever *O Alienista*, é provável que Machado de Assis, não só tenha lançado mão de sua experiência como cronista e leitor da literatura estrangeira, mas também tenha percebido que só há uma regra que rege o Brasil imperial: uma ordem cultural controlada por brancos, independente de suas divergências políticas, e que procura excluir negros e mulatos da possibilidade de serem aceitos como cidadãos. O historiador que dedicar algum tempo a folhear algumas páginas dos volumes da coleção Jackson pode perceber, a começar pelo *O Alienista*, e de alguns ensaios que por lá constam, em outros volumes, um Machado de Assis sensível às mudanças culturais do seu tempo. E o ano de 1882 chama-nos a atenção, enquanto recorte temporal adotado, porque é o período que Machado de Assis conclui *O Alienista*.

Na medida que as pesquisas realizadas na coleção da edição Jackson foram avançando, percebemos que Machado de Assis coloca em evidência a compreensão que ele faz de si mesmo e da sua relação com a sua sociedade, a partir de seu aprendizado com a literatura estrangeira e com a filosofia cética. Isso permite-nos entendê-lo como um escritor que aprecia o cosmopolitismo vivenciado pelos habitantes do Rio de Janeiro, porém somente naquilo que não implicassem em dificuldades dele ser aceito como cidadão. Com efeito, ainda que o conhecimento histórico desenvolvido por Machado de Assis esteja registrado de maneira dispersa nas edições Jackson⁶, ocasionando desorientação por romper com a sua seqüência

⁶ De acordo com Massa (1971), Jackson e seus colaboradores reuniram de maneira arbitrária as obras de Machado de Assis e isso provocou uma desorganização na sua cronologia. O resultado disso é a invenção de seqüências para *Os Contos Fluminenses* e as *Relíquias da Casa Velha*, cujo título é *Histórias Românticas*. De fato, esse título não foi elaborado pelo próprio Machado de Assis. No entanto, ainda que esse problema esteja

cronológica, tratamos de reorganizá-las para satisfazer o nosso objetivo. Nesse sentido, percebemos a necessidade de discutirmos como Machado de Assis constrói a sua lógica de visão de mundo, o seu juízo de valor e as suas opiniões políticas.

Além disso, também é importante observarmos que a coleção Jackson tem uma historicidade própria. De fato, o editor Jackson, em 1937, assume a publicação da literatura de Machado de Assis, no lugar das edições Garnier. E, apesar do direito de publicar a literatura de Machado de Assis ter sido repassado de uma editora para outra, não há implicação nas mudanças de suas regras gramaticais. Ora, como é do nosso conhecimento, a língua portuguesa, uma das características da cultura do nosso país, também está em permanente modificação. Nessas condições, é importante considerarmos que a nossa pesquisa trata do significado histórico de *O Alienista*, entre os primeiros dois anos da década de 1880, e que tem as suas próprias regras gramaticais. Isso é válido também para os ensaios escritos por Machado de Assis anteriormente ao conto, inclusive para aqueles que apontam alguns aspectos em comum, no tocante à recepção e à circulação de certos costumes e valores oriundos do cosmopolitismo, no Rio de Janeiro do Segundo Reinado. Logo, identificar a coleção da edição Jackson como uma fonte histórica, mesmo reconhecendo o problema de ordem cronológica mencionado anteriormente, é possível e até aceitável, na medida em que ela apresenta um conhecimento histórico, pelo registro que lhe consta da escrita literária e da História do Brasil de Machado de Assis, e que tem também a sua própria historicidade.

Podemos dizer, então, que o conhecimento histórico e a historicidade da coleção Jackson são propriedades importantes e que garante o status de fonte válida para ser investigada. Inclusive, Le Goff (2003) explica que cabe ao historiador escolher o documento para extrair-lhe criticamente o conjunto de informações do passado. Conforme já mencionamos, essa operação consiste em identificar as condições em que o documento (a

nessa coleção, alguns intérpretes de Machado de Assis desenvolveram os seus trabalhos com o auxílio dela. Podemos citar como exemplo o próprio Massa (1971), quando escreve a sua tese de doutoramento, cujo título é **A Juventude de Machado de Assis**, ensaio de biografia intelectual, consulta vários volumes da coleção da edição Jackson e, ainda, reconhece o mérito de sua existência. Magalhães Júnior (1981), em várias passagens dos quatro volumes de sua obra, intitulada **Vida e Obra de Machado de Assis** (aprendiz, ascensão, apogeu e maturidade), ao desenvolver uma biografia sistemática de Machado de Assis, também recorre a coleção Jackson para corrigir a falsa imagem de que Machado de Assis era um escritor frio, distante e descomprometido com as experiências vividas do Rio de Janeiro, durante o Segundo Reinado e o início da República. Cano (1998), a partir do seu texto **Machado de Assis, Historiador** e de uma observação deixada na sua referência bibliográfica, reconhece a importância do volume 21 da coleção da edição Jackson para entender como Machado de Assis relaciona a sua literatura com a História do Brasil, por ter sido este um leitor assíduo da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. E, por fim, ao direcionar a sua atenção para o estudo de como Machado de Assis desenvolveu uma narrativa irônica, a partir das suas crônicas, no início de sua carreira de jornalista, Granja (2000), na sua obra **Machado de Assis, escritor em formação** (à roda dos jornais), consulta vários dos 31 volumes da coleção da edição Jackson.

coleção Jackson) foi organizado (historicidade) para depois isolar, reagrupar as suas informações (conhecimento histórico) que são condizentes com o recorte temático (cosmopolitismo e insensatez) e com o recorte cronológico (1860-1882). Por certo, o historiador constrói o seu documento ou pelo menos identifica aquelas fontes, que são organizadas voluntariamente ou involuntariamente pela sociedade, no âmbito de sua história, mas que são, também, atribuídas a elas significados relevantes no ato da pesquisa.

Dessa maneira, ao continuarmos com o manuseio dessa coleção, também identificamos que um de seus volumes, o 31, traz impresso um conjunto de correspondências de Machado de Assis com outros intelectuais, que vai de Quintino Bocaiúva, passando por José de Alencar, Joaquim Nabuco e José Veríssimo, até Belmiro Braga. Por esse motivo, pensamos na possibilidade de trabalharmos como *O Alienista* e os ensaios de Machado de Assis são recepcionados por alguns desses intelectuais, considerados seus amigos. Todavia, há intelectuais com histórias particulares e que se cruzam com a de Machado de Assis, mas que não estão incluídos na sua lista de correspondências, porque esse tipo de relação parece não existir, uma vez que alguns deles declararam-se seus inimigos, como é o caso, por exemplo, de Sílvio Romero. Apesar disso, procuramos superar essa falta, ao lançarmos mão de uma obra de Romero, intitulada *História da Literatura*, e de um texto do Machado de Assis, *A Nova Geração*, para compreendermos como ambos se confrontam e trocam avaliações, quando discutem as suas idéias acerca da literatura nacional. Logo, na ausência, também, de correspondências entre Machado de Assis e Varnhagen para, a partir dela, discutirmos o papel da História do Brasil, segundo o entendimento deles, recorremos a um outro texto do primeiro autor, *Literatura Brazileira: instinto de nacionalidade*, e que faz parte do volume 29, da coleção Jackson. E, por fim, para compreendermos como se realiza o confronto de idéias entre Machado de Assis e Capistrano acerca do papel da literatura para se pensar a História do Brasil, procuramos apoio nas informações do texto de Cano (1998), **Machado de Assis, historiador**, as informações que precisamos para entender o debate que ambos realizam acerca do papel da literatura nacional e da História do Brasil. Desse modo, procuramos demonstrar que Machado de Assis e as motivações que o induzem a escrever *O Alienista* são partes da cultura de sua época, com contradições e conflitos no tocante a construção de um modelo de literatura nacional e de História do Brasil.

Como nos aponta a coleção Jackson, a biografia de Machado de Assis é compreendida na sua relação com outros membros integrantes, isto é, com Romero, Capistrano e Varnhagen. A esse respeito, Levi (2004) afirma que, através de comparações entre um indivíduo

destacado e outros membros integrantes do mesmo contexto sociohistórico, é possível alcançar ótimas conclusões, quando se trata de entender a sua trajetória de vida e o sistema social como um todo. Esse caminho permite-nos compreender *O Alienista* como um resultado da mediação entre Machado de Assis, Abreu, Varnhagen e Romero, bem como entre o nosso autor e certos costumes e valores que circulam na corte. Essa mediação, em nosso estudo, coloca em evidência que a linguagem de *O Alienista* e a sua significação histórica são aspectos de um processo social, que são governados permanentemente pela produção e reprodução da vida simbólica e material no contexto da relação entre Brasil, França e Inglaterra. De fato, *O Alienista* é parte ativa de um jogo político estabelecido por Machado de Assis para ironizar certos costumes e valores da corte. Logo, essa experiência de Machado de Assis sugere que a cultura do Segundo Reinado não é harmônica. Conforme comprehende Thompson (1998), a cultura é um palco de disputas, conflitos e lutas de classes que caracterizam a sociedade como um todo.

Conforme já mencionamos, *O Alienista* não é um espelho da corte, mas é parte constitutiva dela, de seus antagonismos e de suas contradições. Nele constam impressões que Machado de Assis tem das suas experiências históricas e da corte. Na verdade, ao assumirmos esse caminho, estamos interessados em trabalhar *O Alienista* como uma composição simbólica e material da cultura de Machado de Assis, da classe social a que ele pertence e com a qual ele se relaciona. Em outras palavras, analisar *O Alienista*, por esse caminho, significa investigá-lo, com a nossa intenção de entender a visão de mundo e as condições em que Machado de Assis o produziu. Seguindo essa linha de argumentação, algumas das idéias de Morin (1998) nos possibilitam compreender a relação de conflito de idéias entre Machado de Assis, Capistrano, Varnhagen e Romero, bem como entre ele e a corte. De acordo com Morin (1998), o *imprinting cultural*, que significa conformidade cultural, de uma sociedade, é portador de regras, modelos e esquemas de conhecimento e, por isso, ela governa o seu comportamento. Todavia, *O Alienista* é uma leitura individual de Machado de Assis e de como ele busca regenerar a sua sociedade, isto é, Machado de Assis, a partir de *O Alienista*, procura sutilmente induzir o leitor a pensar no significado, no papel e nos limites de certas crenças e normas da corte.

Assim, ao assumirmos a perspectiva de Morin (1998), podemos perceber algumas rupturas e brechas que Machado de Assis provoca no *imprinting cultural* do Segundo Reinado, quando este se torna um escritor respeitado. De fato, o nosso escritor procura superar as limitações que a cultura do Segundo Reinado lhe impõe, ao desempenhar um papel

social que, na maioria das vezes, só é permitido aos brancos e formados nas Escolas de Direito do Recife e de São Paulo. A sobrevivência de Machado de Assis, integrado nessa ordem cultural, permite-lhe assegurar o reconhecimento de sua competência pelos seus pares, ou seja, dos seus amigos e que também desempenham o papel de escritores, embora estes se diferenciem do nosso escritor, por ocuparem também o papel de bacharéis. Por esse motivo, o significado que tem a educação formal do Segundo Reinado também é um assunto contemplado no nosso trabalho, como uma das características do cosmopolitismo. De fato, não podemos ignorar como circulam e por onde chegam os modelos de conhecimento, que tratam de explicar as condições de “inferioridade” da cultura no Brasil e da sua sociedade em relação à da França e da Inglaterra, a partir da História do Brasil e da literatura nacional, mas sob a influência do Positivismo e do Darwinismo Social.

Além disso, não há possibilidade de desconsiderarmos a relação que tem o tema e o recorte temporal deste trabalho com uma polêmica de nosso tempo presente⁷, no tocante à História do Brasil. Trata-se do incômodo da elite, no que diz respeito à luta de negros e mestiços por uma cota de vagas nas universidades brasileiras. Em um país como o nosso, onde a democracia não garante igualdade para todos, na sua prática, a elite parece negar esse direito aos negros e mestiços. De fato, assim como Machado de Assis é excluído pelo sistema da educação formal, do Segundo Reinado, na condição de mulato, o direito de cursar uma universidade hoje é um privilégio para uma minoria. De certa maneira, ficamos com a impressão de que a nossa elite ainda reproduz um legado do Segundo Reinado. Esse legado, naquela época, diz respeito ao interesse dos filhos da aristocracia rural, pois ainda que não desejasse manter o status tradicional favorecido pela posse da terra de seus pais, lutavam para alcançar um lugar no funcionalismo público. A ansiedade de manter a sua sobrevivência política induz os bacharéis a lutarem entre si, de modo individual ou entrincheirado nos círculos de poder da Monarquia. Daí, o seu objetivo é alcançado e assegurado, a partir de três critérios, na ordem cultural da elite dos brancos: pelo poder econômico, pelo prestígio social e político. Apesar de ser considerado mulato e autodidata, Machado de Assis alcança prestígio social e político. Mas, hoje, a elite luta para evitar o acesso de negros nas universidades, ao invés de tentar garantir um número maior de vagas nessas instituições.

⁷ Devemos a Bloch (2001) a relação que estabelecemos entre o nosso objeto de estudo com as nossas inquietações no tempo presente. Trata-se de compreender certas mudanças e semelhanças entre presente e passado, no qual a inteligibilidade de sentido duplo desponta nesse processo. Logo, é com base nessas condições que esse autor faz a seguinte observação: “A *incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente*” (BLOCH, 2001, p. 65).

Enquanto ocorre essa polêmica, o sistema educacional do nosso país tropeça nas suas limitações: escolas públicas e privadas de péssima qualidade, sistema educacional que, na prática, não forma cidadãos críticos e conscientes de sua condição e responsáveis pela sua sociedade, mas, na maioria dos casos, indivíduos movidos por valores individualistas, que desejam um diploma de curso superior para garantir apenas o status social e assegurar um poder econômico estável. Portanto, se no Segundo Reinado, bacharéis assumem cargos políticos para, apenas, teorizarem mudanças, sob a influência do movimento abolicionista e do Manifesto Republicano Paulista, quando discutem, no Parlamento de D. Pedro II, a liberdade para os escravos e a proclamação da República, hoje, a defesa da diversidade étnica só é possível se negros e mulatos continuarem a aceitar serem “cidadãos”, mas excluídos dos seus direitos de terem acesso ao ensino superior. Daí, é possível afirmar que Machado de Assis, ao assumir uma postura dissidente, entre os liberais, sabia que o reconhecimento da cidadania para os negros, na década de 1880, só podia acontecer se, primeiro, não prejudicasse o poder econômico e político dos brancos. Logo, essa relação que há entre o passado de Machado de Assis com o nosso presente, por intermédio da leitura que procuramos realizar de *O Alienista*, posiciona o nosso trabalho na ordem do dia.

O nosso trabalho está dividido em três capítulos. Nesse primeiro momento, procuramos relacionar algumas condições culturais vivenciados por Machado de Assis e a produção de *O Alienista*. Aqui examinamos a polarização política que esse escritor estabelece com Capistrano, Varnhagen e Romero, no tocante a discussão que trata da identidade do Brasil, a partir do papel social da literatura nacional e da História do Brasil. Ao identificarmos Machado de Assis como um escritor engajado, sob a influência da proposta do Romantismo de Victor Hugo, procuramos discutir *como* e *porque* ele assume o papel de escritor cosmopolita, ao mesmo tempo em que investiga com ironia, a partir de *O Alienista*, o intercâmbio cultural sem limites que há entre o Brasil, a França e a Inglaterra. Mas, para isso, procuramos destacar, também, como Machado de Assis organiza a sua estratégia de observação para criticar esse intercâmbio, buscando inspiração em um conto de Edgar Allan Poe, *A Carta Furtada*.

Por isso, procuramos também realizar uma avaliação historiográfica. Isso é necessário porque, como diz Malerba (2006, p. 15):

Não nos é dado supor que partimos de um “ponto zero”, decretando a morte cívica de todo um elenco de pessoas que, em diversas gerações, e à luz delas, voltou-se a este ou aquele objeto que porventura nos interessa atualmente. Devido a uma característica básica do conhecimento histórico, que é a sua própria historicidade,

temos de nos haver com todas as contribuições dos que nos antecederam. Essa propriedade eleva a crítica historiográfica a fundamento do conhecimento histórico.

Desse modo, ao realizarmos uma discussão historiográfica acerca dos estudos que tratam de *O Alienista*, buscamos compreender como eles organizam a sua versão, mas a partir da exigência de uma objetividade escolhida e que é resultado da influência dos modelos teóricos e metodológicos disponíveis nesse processo. Isso significa que *O Alienista*, ao ser identificado como objeto de estudo no campo da história, é a referência geradora da historiografia, porque os oito estudos, que identificamos no primeiro capítulo, é resultado da inserção social desses pesquisadores em seus respectivos contextos, e que se faz sentir no alargamento do horizonte teórico e/ou na organização de outras metodologias. Assim, consideramos que, para cada nova época, os pesquisadores conhecem mais e melhor um mesmo objeto de estudo, porque essa relação produz um conhecimento histórico, apesar de ter a sua própria historicidade. E são essas as condições que nos impõem a necessidade de identificar e avaliar criticamente os estudos que tratam de *O Alienista*. Em outros termos, conforme vamos avaliando os trabalhos dos intérpretes de Machado de Assis, o corpo teórico e os conceitos apropriados em nosso estudo vão sendo identificados como instrumentos de leitura para percorrer certas passagens não exploradas de *O Alienista*.

Já o segundo capítulo trata de colocar em evidência a inversão na importância de posições que os personagens de *O Alienista* assumem, a partir do método de esconder e revelar de Machado de Assis, para ironizar a cultura material e simbólica da corte do Segundo Reinado. Em outros termos, ao discutirmos como Machado de Assis comprehende o cosmopolitismo da corte, chamamos a atenção para os motivos que o leva a posicionar os habitantes de Itaguaí, considerados loucos, em um papel de relevância maior do que o próprio Bacamarte. O nosso interesse específico aqui está focalizado no entendimento que Machado de Assis desenvolve acerca do consumo de manufaturas, importadas da Inglaterra e da França, por parte da corte, que tipo de significado que ele atribui a essa postura e como essa mesma é alegorizada por alguns dos personagens de *O Alienista*. Esse caminho permite-nos compreender até que ponto Machado de Assis se envolve e se distancia das forças interligadas do mercado urbano do Rio de Janeiro, e que são divulgadas e consumidas como artigos de luxo, nas lojas da rua do Ouvidor e suas adjacências. É seguindo essa linha de reflexão, que procuramos discutir como *O Alienista* assume o papel de orientar o leitor a observar e avaliar a preocupação que tem a corte de tentar se promover a um nível cultural elevado, segundo os padrões europeus, mas não somente pela necessidade e conforto que essa postura parece oferecer, mas também pela fantasia que esse consumo lhe possibilita em está mais próximo do

modo de vida do aristocrata europeu. Portanto, para cumprirmos com esse propósito, traçamos um painel minucioso da relação que há entre a cultura material e a simbólica, no qual *O Alienista* é produzido e nos revela o *imprinting cultural* da corte. Com isso, procuramos discutir como Machado de Assis sugere reflexões acerca da cultura da corte e que oscila entre o que ela é e o que deseja ser, a partir de sua cultura local, quando relacionado com alguns costumes e valores da aristocracia francesa e inglesa.

No tocante ao terceiro capítulo, analisamos como Machado de Assis, a partir de *O Alienista*, sugere reflexões acerca do significado e dos limites que tem o Positivismo e o Darwinismo Social, quando ambas são adotadas pela corte como conhecimentos autorizados. Mas, para isso, discutimos como esses dois conhecimentos modelam o pensamento de historiadores e escritores de literatura, a partir de seu vínculo com a sua educação formal. Nesse sentido, a formação das teorias de Bacamarte se dá pela sua relação com a experiência cosmopolita dos habitantes de Itaguaí, assim como a educação formal dos letrados da corte justifica a sua relação de dependência com as idéias estrangeiras, ao tentarem encontrar caminhos para direcionar o Brasil na rota do progresso para se alcançar o estágio da civilização. Bacamarte é entendido como um personagem secundário e que desempenha o papel de explicar, a partir de suas teorias científicas, como a sua normalidade e a sua loucura, bem como a dos outros personagens, são características de um círculo vicioso, em que a subordinação política e econômica do Brasil assume o disfarce de propostas para retirá-lo do seu “atraso” cultural.

CAPÍTULO I

UM PASSEIO COM MACHADO DE ASSIS E SEUS INTÉRPRETES

O texto que será apresentado, a seguir, tem por finalidade discutir três questões fundamentais. A primeira é situar, historicamente, *O Alienista*, de Machado de Assis, a partir da sua polarização política com Capistrano, Varnhagen e Romero, no que diz respeito ao projeto de identidade nacional desenvolvido para o Brasil, a partir da literatura nacional e da História do Brasil. A segunda é caracterizar a estratégia de observação de Machado de Assis acerca de certos costumes e valores da corte, a partir da influência de escritores estrangeiros e de como as suas idéias orientam o processo criativo de *O Alienista*. E a terceira consiste em discutir os pontos de vista de alguns historiadores e críticos da literatura sobre esse conto. Esse caminho é importante para identificar melhor o nosso objeto de estudo a partir desse conto e para justificar o nosso diálogo com as matrizes teóricas e com os conceitos que pretendemos trabalhar no segundo e no terceiro capítulo.

Em um breve resumo, podemos apresentar o enredo do conto a ser analisado: o médico Simão Bacamarte, ou o alienista, recém-chegado da Europa, começa a estudar, de modo obsessivo, a loucura, além de conseguir, junto à Câmara de Itaguaí, cidade onde reside, permissão para construir um asilo para alienados. Essa instituição de controle, conhecida por Casa Verde, passa a ser administrada por ele. De início, a população, que aceita com simpatia esse gesto de progresso para a vila, começa a se assustar com a quantidade de pessoas que o alienista passa a recolher nesse lugar, alegando serem loucas.

Através dessa trama, é possível entender a ironia e o ceticismo com que o autor trata de certos costumes e valores que circulavam e guiam as práticas sociais, sob o signo da loucura não só de “personagens ilustres”, como D. Pedro II, e de quem fazia parte da elite imperial, mas também, de homens e de mulheres pertencentes a outras categorias sociais, escondidos no anonimato da história, e com quem trata da experiência cosmopolita do Rio de Janeiro do Segundo Império. De fato, estamos nos referindo, também, aos profissionais liberais ou a camada social média em ascensão e ligada ao capital internacional. A proximidade desses segmentos sociais, no Brasil, com a França e a Inglaterra, ocorre não só a partir das relações econômicas, mas também através da circulação de idéias estrangeiras que são apropriadas por eles, e, inclusive, por Machado de Assis, por Capistrano, por Varnhagen e por Romero.

É verdade que, por um lado, o Brasil, em meados do século XIX, tornou-se o principal exportador de café para a Europa, principalmente para Inglaterra e França. Mas, por outro, tanto a Inglaterra como a França exportavam a sua literatura e outras manufaturas⁸ para o Rio de Janeiro de Machado de Assis, e para outros centros urbanos brasileiros. Através dessa relação, podemos perceber que o cosmopolitismo fica em evidência como uma característica marcante que atravessa a história do nosso país. O cosmopolitismo é entendido, aqui, como um aspecto da política imperialista que incentiva, através da imposição cultural, uma sociedade a assumir costumes e valores internacionais. É nesse contexto que *O Alienista* se insere e veicula uma leitura da História do Brasil. Esse conto nos chama a atenção para uma reflexão de como certos costumes e valores estrangeiros modelam pensamentos e atitudes da corte.

O Alienista ironiza o intercâmbio cultural, sem limites, entre o Brasil, a Inglaterra e a França, porque esses países imperialistas impõem, para a corte, inclusive para os literatos e os historiadores, modelos de uma racionalidade universal que se expande fazendo, então, triunfar seus valores nas áreas consideradas menos civilizadas. No entanto, não podemos pensar que esse caminho adotado parte de uma leitura reducionista que converte *O Alienista*, do ponto de vista da sua linguagem, em uma monofonia. Ou seja, ao invés da única voz, a de Machado de Assis, que aparece nesse conto como se fosse um registro exclusivo deixado por um artesão autônomo, após ter elaborado a sua obra de arte, nós enfatizamos a polifonia ou as várias vozes daqueles que contribuem para a organização de sua narrativa, a partir das suas relações sociais, e das leituras que ele realiza da literatura estrangeira.

Essa proximidade de Machado de Assis com a literatura estrangeira pode ter despertado o seu interesse de investigar e refletir acerca das condições de vida de alguns homens e mulheres do Segundo Reinado. E isso foi possível porque o contato de Machado de Assis com a literatura francesa⁹ começou com seu trabalho de guarda-livros ou caixeario, em uma casa comercial do Rio de Janeiro, no final da década de 1850. Massa (1971) sustenta a hipótese de que ele aproveitava a oportunidade de seu trabalho para aperfeiçoar o seu francês com a leitura de livros disponíveis para venda, durante a ausência de seus compradores. Nessa

⁸ Procuramos discutir no segundo capítulo, outras manufaturas inglesas e francesas que eram importados para o Brasil e o significado que elas tinham para a elite rural e para a camada média.

⁹ Segundo Pereira (1949), Machado de Assis iniciou o seu aprendizado na língua francesa com um forneiro (padeiro), quando era adolescente e prestava pequenos serviços às suas patroas ao comprar os seus pães. E, por intermédio desse empregado, ele passou a freqüentar assiduamente a residência de uma família francesa, a de Mme. Gallot, que administrava esse comércio de pães. Ele costumava visitar essa residência não apenas pela amizade que por lá fez, mas pela oportunidade de aprender e exercitar o seu francês.

época, o Rio de Janeiro se encontrava marcado pela arquitetura colonial, cercado por ruas espremidas pelas calçadas de granito rústico e que acelerava o desgaste dos finos sapatos, importados da Europa, dos seus transeuntes que, envolvidos por uma rotina pacata, trocavam cumprimentos com a cartola e, no caso das mulheres, acompanhadas de um parente masculino ou de seus maridos, com um gesto sutil, meneando o rosto e o restante do corpo ligeiramente para o chão em resposta ao cumprimento recebido. Entretanto, ao mesmo tempo em que esse tratamento polido mútuo buscava aproximação com a vida pública das grandes capitais européias como, por exemplo, Londres e Paris, a irrupção de escravos acorrentados ao pé, açoitados por feitores que os conduziam pelas vielas imundas do Rio de Janeiro, na direção de alguma propriedade rural do Vale do Paraíba, rompia, com freqüência, o frágil clima de tranqüilidade de homens, envolvidos com o comércio e a política, e de mulheres recatadas, imprimindo, na corte, experiências culturais diferenciadas do Velho Mundo. Logo, Machado de Assis encontrou na literatura francesa, inclusive na de Hugo¹⁰, e na obra de Poe¹¹, *As Histórias Extraordinárias* e na filosofia cética de Pirro (2007) parte do caminho para aprender a decodificar em prosa as tramas desse cotidiano.

De fato, a partir do universo cultural do Segundo Reinado, marcado por uma política patriarcal e cruel com os negros cativos, caracterizado por uma cidadania que concedia as melhores oportunidades de trabalho para uma elite, na sua maioria branca, estigmatizado por discussões entre bacharéis inflamados e intelectuais estrangeiros, respaldados em teorias racistas, e que acusavam negros e mulatos pelo atraso cultural do país, Machado de Assis procurou munir-se com o exercício da sua escrita, inspirando-se na literatura estrangeira. Por isso, não tomamos posição do contexto histórico de um Machado de Assis “consagrado” pela sua “vocação”, pelo seu “amadurecimento” ou pelo seu “talento”. Mas, ao contrário, em substituição à leitura sacralizada, que percebe um Machado de Assis como “escritor-gênio”, que nasce provido de habilidade especial e livre, nós procuramos percebê-lo como um intelectual que é produto de sua época e de sua sociedade. Conforme sugere Facina (2004), qualquer artista, ainda que seja reconhecido como um indivíduo de carne e osso que se destaca dos outros integrantes de sua sociedade, também está sujeito aos condicionamentos de sua categoria social, de sua origem étnica, de seu gênero e do processo histórico do qual faz parte. Nessa proporção, Massa (1971) afirma que havia duas ocupações para o escritor

¹⁰ Procuramos discutir, com mais detalhes, a influência da proposta de Victor Hugo para o Romantismo francês e de que maneira ela é apropriada por Machado de Assis, a partir do segundo capítulo.

¹¹ Apesar de Edgar Allan Poe ser um escritor norte-americano, Charles Baudelaire traduziu para o francês as suas *Histórias Extraordinárias*, em 1848. Provavelmente, Machado de Assis teve acesso à literatura de Poe na versão francesa.

desprovido de fortuna pessoal e que desejava viver às custas de sua literatura, no Rio de Janeiro do Segundo Império: o trabalho de redator nos jornais e a ocupação com o ofício de tradutor de literatura estrangeira. Os Jornais¹² em que Machado de Assis trabalhava assumiam posições políticas bem definidas e, por isso, ele escrevia seus artigos e folhetins com uma liberdade relativa ou com uma aparência de liberdade. A maioria deles defendia o Liberalismo, mas variava entre o radical, que consistia em defender a proclamação da República inspirada no modelo dos Estados Unidos, e o moderado, que apoiava a política parlamentarista de Dom Pedro II.

Nessas condições, tratar da biografia intelectual de Machado de Assis, a partir de *O Alienista*, significa entender que sua habilidade criativa como escritor se desenvolve a partir das possibilidades que lhes são oferecidas e de suas escolhas condicionadas pela cultura do Segundo Império. Porém, ao mesmo tempo em que Machado de Assis acomoda-se às oportunidades de trabalho, por causa do seu conhecimento prévio – o domínio da escrita, da leitura e da língua francesa e inglesa – ele também as condiciona, as determina e as modifica.

De acordo com Bourdieu (1996), a biografia é um relato organizado sobre um determinado sujeito e que tem um sentido de existência. Ao descrevermos a vida intelectual de Machado de Assis, estamos pressupondo, então, uma seleção de certas características de sua atuação como jornalista, literato e político, inerente ao seu lugar social, para podermos extrair daí uma lógica com retrospectivas e prospectivas, de tal maneira que se tenha coerência e unidade. Dessa forma, partimos do estudo que compreende *O Alienista* inserido em um processo sociohistórico. Esse conto é parte ativa no jogo de luta política em defesa da reflexão dos limites e das possibilidades da relação que há entre as normas sociais do Rio de Janeiro com certos aspectos culturais da França e da Inglaterra.

Portanto, interpretar *O Alienista* significa considerarmos a relação que há entre esse conto e o seu contexto histórico, caracterizado pela ambivalência entre Machado de Assis e os seus pares concorrentes. Em outros termos, esse conto mobiliza as idéias de Machado de Assis a partir de sua produção articulada com a dinâmica do seu contexto histórico como parte de um jogo político, no qual ele se envolve ao refletir os limites e as possibilidades do projeto de identidade nacional, a partir do modelo de História do Brasil realizado por Varnhagen e Capistrano e da literatura nacional defendido por D. Pedro II e Romero. De fato, a interação

¹² Segundo Massa (1971), Machado de Assis trabalhou na *Marmota Fluminense* (1855), no *Correio Mercantil* (1859), no *Paraíba* (1859), no *Espelho* (1859), na *Primavera* (1861), no *Diário do Rio de Janeiro* (1860), no *Futuro* (1862), na *Semana Ilustrada* (1862), na *Imprensa Acadêmica* (1864), no *Jornal das Famílias* (1865), entre outros.

entre a produção do seu texto e a dinâmica do seu contexto experimenta, ao mesmo tempo, relações opostas ou antagônicas no campo das idéias e dos saberes como parte constitutiva do jogo de luta política no qual, tanto Machado de Assis como os seus interlocutores estabelecem na defesa de suas idéias, com a intenção de reivindicarem para si mesmos a autoridade intelectual, tomando a posição de franco-atiradores no debate em que estão envolvidos a respeito do papel que deve ocupar a História do Brasil e a literatura nacional, durante a segunda metade do século XIX.

Na condição de escritor engajado, Machado de Assis procurou fazer política em *O Alienista*, em resposta aos debates que ele estabeleceu com Capistrano e Romero e das críticas feitas a Varnhagen, mas sem perder de vista também a oportunidade de avaliar a sociedade da qual fez parte. A partir das palavras de Denis (2002, p. 13), caracterizamos o envolvimento de Machado de Assis (1944) com a política da seguinte maneira: “[...] *o engajamento implica com efeito numa reflexão do escritor sobre as relações que trava a literatura com a política (e com a sociedade em geral) e sobre os meios específicos dos quais ela dispõe para inscrever o político na sua obra.*” De certa maneira, quando escreveu *O Alienista*, no início da década de 1880, Machado de Assis estava preocupado com o bem-estar e com a organização cultural do Rio de Janeiro. Assim, o nosso escritor deixou registrado, nesse conto, reflexões de como viveram homens e mulheres na corte e que tipo de implicações a relação entre normas culturais locais e estrangeiras provocaram em suas vidas.

1.1. As teias dialógicas de *O Alienista*: uma ambivalência entre o texto e o contexto de Machado de Assis

Segundo Facina (2004), quando falamos em literatura, é preciso esclarecer que estamos nos referindo ao conhecimento das letras, que assume certa autonomia e especialização no mundo contemporâneo, diferenciando-se do que se habituava a identificar por “belas letras”, na Europa, no qual estavam inclusos não só a poesia e o romance, assim como a filosofia, a história, o ensaio político e o religioso. A redefinição de uma literatura voltada não apenas para a apreciação e diletantismo do seu leitor, bem como para o engajamento político do seu escritor, alcançou o seu ápice, na França, durante a Revolução de

1848¹³, quando surgiu à preocupação do escritor em articular a sua produção com a política. Nesse período, Hugo, o principal expoente do Romantismo francês, assumiu o compromisso com os demais burgueses e operários na defesa de uma nova ordem social apoiada na liberdade política e na ética. A sua arma foi o seu prestígio de escritor, as suas munições foram as palavras comprometidas com as suas reivindicações. Mas, por outro lado, o seu lugar social, o de burguês, foi a sua limitação, de forma que o seu projeto idealizado e sustentado pelas idéias de socialistas utópicos (por exemplo, Saint-Simon e Fourier), não foi suficiente para provocar rupturas políticas desejadas. Ora, é preciso levar em consideração que o insucesso da Revolução de 1848 inibe o impulso humanitário do Romantismo, provocando o divórcio dos escritores com a política. Não é por acaso que Flaubert, um dos escritores comprometidos com a militância política de 1848, ao sofrer um processo com a publicação de sua obra, *Madame de Bovary*, em 1857, exige o direito de não ser julgado por crime contra a ordem moral pública e religiosa, embora esse romance estabeleça uma certa proximidade com a ética burguesa e demonstre algumas consequências trágicas para quem não a seguisse. Nessas condições, Denis (2002) constata que, através de Flaubert e outros, envolvidos na Revolução de 1848, a literatura carrega uma contradição nesse período. De fato, é verdade que boa parte da literatura francesa, tão apreciada por Machado de Assis, desde o final da década de 1850, assume a sua retirada simbólica e provisória¹⁴ da vida social, opondo-se à emergência do capitalismo industrial, quando buscam aproximação da lógica aristocrática da gratuidade e da arte desinteressada.

Porém, a contradição da literatura francesa, apontada por Denis (2002), especificamente entre os anos de 1848 e 1851, coloca em evidência o engajamento persistente

¹³ A Revolução de 1848 foi organizada por burgueses republicanos que tiveram como aliados operários socialistas. Os seus principais objetivos eram: proclamar a República e aplicar reformas políticas e sociais, como por exemplo, à eliminação da pena de morte, a adoção do sufrágio universal, o direito ao trabalho e à instrução, e a abolição da escravidão etc.

¹⁴ De acordo com Facina (2004), quando Zola publica um panfleto, intitulado *Eu acuso!*, em 1898, o silêncio dos escritores, com relação às suas inserções na política francesa, é rompido após cinqüenta anos. Com esse panfleto, Zola conclama os escritores franceses a intercederem em favor da inocência de Alfred Dreyfus, um capitão judeu. Trata-se da mobilização social e política do *dreyfusards*, que defende Dreyfus da acusação de espionagem e traição contra a França, por parte dos *antidreyfusards*. Essa acusação, sustentada pelo anti-semitismo do clero, da burguesia e do exército é contestada no *Eu acuso!*, de Zola, que não aceita tais acusações contra Dreyfus, por não haver provas concretas e pelo fato desse capitão ser judeu. Esse panfleto, publicado no jornal *L'Aurore*, estava endereçado ao governo francês e vendeu mais de 300 mil exemplares. Em seu conteúdo, cunhado sob a influência de um forte engajamento político, Zola denuncia o governo francês de utilizar a condenação de Dreyfus para desviar a atenção do público de seus erros políticos e morais e de sua incompetência administrativa. Por isso, ao escrever na primeira pessoa as suas acusações, Zola assume, simbolicamente, a retomada da relação entre literatura e política que havia sido abandonado pela maioria dos escritores franceses, após o insucesso da Revolução de 1848.

de Hugo, que traído pela sua própria classe¹⁵, já que os demais burgueses, quando conseguiram abalar as estruturas da monarquia francesa, a partir do ano de 1848, rejeitaram cumprir a sua proposta idealizadora de se unirem aos operários para dividirem o poder administrativo e econômico do Estado francês, em prol dos interesses das duas classes. O projeto romântico e utópico de Hugo, para o período pós-revolucionário, sugeria uma sociedade harmoniosa e uma nova organização da cidade como solução para as fraturas do corpo social. No entanto, o ponto comum entre Hugo e os socialistas utópicos encerrou-se no projeto ontológico, ao enfatizar mais a invenção de um modelo de sociedade e de cidade do que o seu próprio entendimento. Ao assumirem o compromisso com as idéias dos socialistas utópicos, antes e durante a Revolução de 1848, Hugo e os demais escritores românticos não perceberam que as suas visões holísticas do social não correspondiam ao tratamento adequado a ser dado à desigualdade social, pois ela era um problema político e não apenas de idéias que eles achavam serem corretas.

Em 1851, quando Luís Napoleão assumiu o governo da França sob o apoio de militares, banqueiros e da grande burguesia, Hugo adotou uma oposição radical em relação as suas medidas políticas. O império de Luís Napoleão, após a sua subida ao trono francês com o título de Napoleão III, foi um regime bastante repressivo no aspecto moral e social, uma vez que o aparato policial encarregou-se de controlar todas as formas de questionamento ou de manifestação contrária a sua política, com eleições manipuladas e liberdade de imprensa suprimida. Por isso, Hugo, na condição de escritor romântico e republicano socialista, entrou em choque com o autoritarismo político de Napoleão III e foi exilado na ilha de Guernesey. Essa sofrida experiência retirou o escritor do cenário político francês, provocando a sua indignação, mas também o conduziu a invocar vingança contra esse governo e seus aliados políticos – a burguesia, o exército e o clero – denunciando as suas infâmias através de panfletos, de peças de teatro e de poesias.

Portanto, a partir do posicionamento político relacionado com a experiência revolucionária, o escritor assume o papel de utilizar a sua competência com a linguagem para se apropriar de certos valores culturais de sua sociedade, com a intenção de inventar a sua própria experiência histórica por intermédio de personagens fictícios. Do ponto de vista da experiência francesa, se levarmos em consideração que a elaboração de uma literatura se dá enquanto visão de mundo, o escritor é uma personalidade de vida pública que estabelece sua intervenção no universo cultural para modificá-lo. De fato, Flaubert, Hugo e outros,

¹⁵ Hugo, na condição de escritor e por ser filho de Joseph Hugo, um ex-general do exército de Napoleão Bonaparte, fazia parte da pequena burguesia.

conquistaram o poder de interferir politicamente na sociedade de seu tempo através da linguagem literária. O momento era oportuno para isso, pois, afinal de contas, a França experimentava a sua Revolução Industrial, e, junto com ela, vieram a imprensa jornalística, a produção e a circulação de livros. Apesar da censura política de Napoleão III contra os escritores românticos e utópicos, foi durante o seu governo que a França assumiu as características de uma economia moderna com o surgimento de uma grande burguesia financeira e capitalista. À medida que a burguesia foi conquistando direitos de inserção econômica na França, a cultura do consumo e do luxo, subsidiada pelo aparecimento de grandes lojas, demarcou o seu espaço nas largas e confortáveis avenidas de Paris, atraindo a atenção e a circulação de um público abastado, a ponto de ignorar a sua fronteira nacional, penetrando seus costumes em outras regiões distantes pelo intercâmbio cultural de suas elites, interferindo, inclusive, em certos costumes da corte, no Brasil.

Embora esse clima de modernização também estivesse marcado por uma política de restrição a idéias engajadas, os escritores continuaram publicando, sob a forma de folhetins, as suas histórias nos jornais diários para o mercado literário que surgia, na França. O êxito deles era determinado pela sua habilidade em manter a fidelidade dos seus leitores. Nessas circunstâncias, esses escritores procuravam agradar o seu público, mas, só que agora, a intervenção política havia sido substituída pela reflexão apenas das condições de vida do cotidiano. Como nos mostra Tinhorão (1994), os melodramas caracterizavam os folhetins semanais, por exemplo, os que acompanham o jornal patrocinado por Napoleão III, o *Journal des Débats*, e dirigia-se a um público novo, mas sem exigir-lhes um conhecimento prévio da política francesa. Inspirando-se nos esquemas do teatro popular, os folhetins que passaram a circular na França, após a Revolução de 1848, apresentavam ações extraordinárias e situações cômicas que eram desenvolvidas por enredos articulados a um trio de personagens peculiares, e que provocam reações nos seus leitores: a vítima, caracterizada por sofrer as injustiças familiares ou públicas, despertando a piedade; o vilão, que representava a maldade humana ou prepotência do poder, inspirando repulsa, medo ou revolta; e, por fim, o herói ou vingador, a personificação do bem, e que às vezes, era ajudado pela interferência da providência quando aplicava a justiça em favor das vítimas, ocasionando admiração.

Além disso, o sucesso dessa reflexão das condições de vida, que se instaura nos folhetins, coloca em destaque o papel político que esse modelo de Romantismo opera nos leitores da França. Trata-se de substituir o projeto romântico de Hugo, apoiado nas idéias dos socialistas utópicos, pela proposta de valorizar o indivíduo orientado pelo pressuposto filosófico-político burguês. Este fato atesta a valorização do *eu* subjetivo do indivíduo, na

condição de herói ou de defensor intransigente do bem, e que compensa o horror e as injustiças, uma vez que o homem é fundamentalmente bom, conforme aponta Rousseau. Daí, o herói romântico acaba sempre vencendo os vilões, mas com o apoio da justiça divina e da providência, quando necessário, para proteger os oprimidos.

Até porque, esse novo exercício literário, realizado pelos escritores franceses, após a Revolução de 1848, torna-se um instrumento de valorização da ordem burguesa, porque a própria burguesia também passa a encomendar a produção de folhetins, assim como ela deseja ver nas histórias – com vítimas, vilões e heróis – a confirmação dos seus interesses e expectativas. Com isso, a influência dos costumes e valores burgueses nos folhetins superou o cotidiano das tramas preso à antiga fonte de poder aristocrático fundamentado na propriedade estática das terras, por um palco social urbano balizado pela valorização do acúmulo e pelo desenvolvimento de capitais responsáveis por sustentar o desenvolvimento da produção capitalista. Com efeito, as tramas dos folhetins pós-revolucionários valorizam a formação de novas células familiares que não deve se formar por meio de sentimentos gratuitos, como o amor, mas obedecendo as conveniências da redistribuição dos bens entre tutores e herdeiros.

Embora, como vimos, a resposta dos escritores, que aderiram a proposta do Romantismo utópico de Hugo, fosse a valorização dos costumes e valores da aristocracia, como caminho necessário para se distanciarem da ordem burguesa e dos costumes e valores que derivam dela, a necessidade de sobrevivência os induziram a reconsiderarem tal postura. Segundo Lajolo (2004), o sucesso deles influenciava também os escritores e o mercado literário no Brasil. E, mais uma vez, chamamos a atenção para o cosmopolitismo que se fazia presente no cotidiano da corte. Não é por acaso que, durante o século XIX, ao ser reconhecida como um dos países do progresso e da civilização a França passou a dominar o mercado de livros no Brasil.

E, junto com os livros, o Brasil também importava a língua francesa. Dominá-la era sinônimo de prestígio em uma cidade como o Rio de Janeiro que, durante a segunda metade do século XIX, contava com 270 mil habitantes, dos quais 110 mil eram escravos. Entre os 160 mil homens livres, só 30% liam e, mesmo assim, nesse grupo, 9% não lia letra de mão (letra cursiva). Os 70% restantes eram analfabetos. É, nesse contexto, conforme aponta Massa (1971), que Machado de Assis soube aproveitar as condições favoráveis do Império para se promover socialmente como escritor, jornalista e tradutor da literatura francesa e inglesa. Por isso, o nosso escritor era um dos poucos que tinha o privilégio de freqüentar a rua do Ouvidor, considerada naquela época um dos espaços públicos mais freqüentados pela elite do Rio de

Janeiro, para alugar, nos gabinetes de leituras¹⁶, ou para comprar, nas lojas especializadas, obras, em francês, de Hugo, de Poe e outros.

Nessas circunstâncias, Morin (1998) afirma que toda cultura sobrevive através de sua relação com outras culturas. Por isso, idéias podem migrar entre elas. Idéias como progresso e civilização, oriundas da cultura européia, deslocam-se para o Rio de Janeiro, conforme aponta Machado de Assis, a partir do quadro social que se desenvolve em *O Alienista*. Contudo, o nosso escritor não obedece, literalmente, a essa ordem cultural e as suas injunções, na condição de sujeito passivo. Para isso, ele parte de seus conhecimentos literários aprendidos com a tradução, com a leitura da literatura estrangeira e com a filosofia cética. De acordo com Massa (1971), Machado de Assis aprendeu com Hugo que a diferença entre a vida pessoal e a vida pública de um escritor desaparece quando este escreve. Portanto, todo poeta (escritor) é um sábio que deve orientar a sociedade da qual faz parte, pelo menos, assim acredita Machado de Assis, quando lê e traduz poemas de Hugo (MASSA, 1971).

No jogo da luta política por uma nova organização do conhecimento e por um novo projeto de identidade nacional, Machado de Assis, através de sua literatura, procura refletir acerca da ordem cultural que confere, especialmente aos historiadores, a competência para escrever a História do Brasil subsidiada pelas regras estrangeiras do Positivismo de Comte e do Romantismo de Rousseau. Para isso, Machado de Assis (1944, p. 139) parte do seu ofício de crítico literário, ao escrever, em um artigo intitulado *Literatura Brazileira: instinto de nacionalidade*, para a *Revista Novo Mundo*, em 1873, a seguinte passagem:

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assumptos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobreçam. O que deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu paiz, ainda quando trate de assumptos remotos no tempo e no espaço.¹⁷

Para Machado de Assis, a imaginação do escritor é a ferramenta de investigação do seu presente, do seu cotidiano, e de assuntos distantes no tempo, tratados pela História do Brasil. Com esse posicionamento, ele procura promover a literatura como um legado da cultura brasileira, assim como a História do Brasil o é para Varnhagen. Não é por acaso que

¹⁶ Segundo Lajolo (2004), os gabinetes de leitura eram bibliotecas circulantes, nas quais os leitores poderiam alugar um certo número de livros por mês para lê-los em sua residência, desde que pagasse uma taxa. As primeiras datam de 1740, em Londres, e em 1759, em Paris. No Brasil, elas só apareceram no século XIX, e o Rio de Janeiro foi à cidade pioneira nessa prestação de serviço.

¹⁷ Mantivemos o texto original sem a atualização da linguagem.

Machado de Assis (1944, p. 137) destaca a obra *Iracema*, de Alencar, como modelo de literatura:

[...] na lucta do elemento bárbaro com o civilizado, tem a imaginação litterária do nosso tempo ido buscar alguns quadros singular effeito, dos quaes citarei, por exemplo, a *Iracema*, do Sr. J. de Alencar, uma das primeiras obras d'esse fecundo e brilhante escriptor.

Se por um lado, Machado de Assis (1944, p. 136-137) afirma que Alencar, em *Iracema*, reconhece a contribuição cultural das tribos indígenas para a História do Brasil ao tomá-las como tema central dessa obra, por outro, ele critica Varnhagen por negá-los como personagens importantes, chamando a atenção para o seu equívoco, por direcionar os seus estudos na direção contrária aos da produção literária da época:

Os que, como o Sr. Varnhagen, negam tudo aos primeiros povos d'este paiz, esses podem logicamente excluir os da poesia contemporânea. Parece-me, entretanto, que, depois das memorias que a este respeito escreveram os Srs. Magalhães e Gonçalves Dias, não é lícito arredar o elemento indiano da nossa applicação intellectual. Erro seria constituir um exclusivo patrimônio da literatura brasileira; erro igual fora certamente a sua absoluta exclusão.

Embora rejeitasse o Indianismo como o único estilo de literatura nacional romântica a ser trabalhado pelos escritores brasileiros, aqui não há dúvidas: Machado de Assis procura atribuir à literatura nacional, sob a inspiração do Romantismo francês¹⁸, a mesma importância que tem a História do Brasil, desenvolvida pelos historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com a preocupação de despertar o patriotismo dos seus leitores, a partir da interpretação do passado histórico, mas sem atribuir exclusividade ao branco colonizador europeu, aos seus descendentes e à Família Real portuguesa. Entretanto, conforme veremos no segundo capítulo, Machado de Assis procura se apropriar do modelo do romance de folhetim francês para organizar um estilo próprio e tornar cada vez mais velada as suas ironias e suas reflexões num *tom dialogal* com os seus leitores.

Logo, quando tece a urdidura de seus romances e contos em folhetins, inspirado no modelo da literatura francesa, Machado de Assis parece propor a adaptação deles, mesmo

¹⁸ É importante esclarecermos que, embora Machado de Assis faça elogios ao modelo de Romantismo de Alencar, sob inspiração do modelo proposto pelo IHGB, conforme discutimos no segundo e no terceiro capítulo, o nosso escritor não procura aproximação com o mesmo para desenvolver a sua literatura. Enquanto o IHGB busca no Romantismo rousseauiano a referência de conhecimento necessário para sistematizar uma identidade nacional, a partir da literatura e da história, Machado de Assis estabelece um diálogo com o Romantismo engajado de Hugo.

trabalhando com intertextualidade¹⁹, para satisfazer o seu interesse peculiar. Com isso, a literatura nacional pode assumir o papel de abordar temas que os historiadores desprezam: o cotidiano “civilizado” da corte e os povos indígenas do passado colonial. Por isso, quando escreve *O Alienista*, Machado de Assis desloca a trama para o final do século XVIII como estratégia para alegorizar as relações da sociedade do seu presente, o início da década de 1880. Machado de Assis reinventa o Rio de Janeiro do Segundo Império através de suas observações e de sua imaginação. A partir de *O Alienista*, podemos perceber como certos costumes e valores circulavam e balizavam as relações sociais sob a influência dos centros de progresso e de civilização, tal como Paris e Londres, quais as implicações que ocorriam para o Rio de Janeiro e que tipo de identidade esse centro cultural deveria assumir no Brasil, como exemplo a ser seguido por outros centros urbanos. Por isso, as alegorias de *O Alienista* são leituras que Machado de Assis faz do seu universo sóciocultural, cuja intenção é ironizá-las e sugerir reflexões a seus leitores.

A trama organizada por Machado de Assis é tratada em nossa pesquisa como uma estratégia de observação, registrado com um estilo literário particular, e que tem o compromisso de refletir acerca da História do Brasil, ao trabalhar com personagens envolvidos em um enredo fictício. Cano (1998) confirma a possibilidade de que Machado de Assis acredita no valor da literatura para avaliar as condições históricas da sociedade do seu tempo. Em 1879, Machado de Assis se envolveu em um embate com Capistrano, membro do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), através da troca de artigos publicados na *Gazeta de Notícias*. Nessa correspondência, exaltada de idéias, discutia-se o papel engajado da literatura e se ela poderia narrar a História do Brasil, com o objetivo de despertar o sentimento patriótico dos leitores. A polêmica principal gravitava em torno de quem escrevia de maneira mais competente sobre a história do nosso país: os historiadores ou os literatos?

Nessa época, o IHGB já vinha incentivando os seus filiados a escreverem acerca da História do Brasil. Para isso, um de seus historiadores, Varnhagen, buscava, na historiografia positivista, o cânone. Partindo desse contexto, Cano (1998) aponta para a possibilidade da descrença de Machado de Assis em relação a esse tipo de história. O nosso escritor parece desconfiar do modelo de História do Brasil, organizado por membros do IHGB, porque ele

¹⁹ A preocupação de Machado de Assis em destacar obras literárias francesas que alguns de seus personagens lêem, enquanto a trama se desenvolvem nos seus contos e romances, diz respeito ao diálogo que há entre o Brasil e a França, no tocante a sua preocupação de adaptá-los para aquele momento. Ou, dito de outra forma, mas com as palavras de Passos (2006, p.81): “*O símile não podia ser mais consentâneo com a realidade intertextual que o conto [e romance] apresenta: não se trata de uma mera leitura de obra francesa, mas de uma tradução, indicando estarmos diante da passagem de uma cultura para outra: a França envia o material que a vida literária brasileira recolhe, adapta e usa a seu bel prazer.*”

sugere uma oscilação entre a invenção e a falsificação. De certa maneira, a História do Brasil, a começar pela produzida por Varnhagen, promove a importância do branco colonizador europeu, mas desconsiderando a contribuição do índio, o que para Machado de Assis não passa de uma manipulação política. A esse respeito, Ferro (1992) explica que a história é uma disputa. Isso se deve ao fato de que a história é vigiada pelo Estado e seus organismos na mesma proporção da abertura de sua produção e divulgação. Entretanto, a própria sociedade, ao recepcionar essa história oficial, também pode interditá-la. De fato, a divulgação de uma história pelo Estado pode ser questionada pela sociedade, quando esta considera que há enganos ou ausência de informações na versão levada a público. Isso significa que, quando uma história, desenvolvida pelo Estado, não corresponde as expectativas da sociedade, ela pode ser questionada.

Podemos dizer que ao publicar o seu trabalho, intitulado *História Geral do Brasil*, entre 1854 e 1857, Varnhagen procurou organizar uma grande síntese do passado das primeiras dinastias portuguesas na América, responsáveis pelo germe da nação e da civilização. Em outros termos, esse caminho para escrever a História do Brasil, adotado por esse autor, procura estabelecer diálogo com o Positivismo, quando ele identifica nos colonizadores brancos europeus o papel de representantes da civilização no Novo Mundo. Todavia, para entendermos melhor a proposta desse historiador do IHGB, e porque ela é rejeitada por Machado de Assis, é necessário explicarmos, brevemente, porque e como Comte organiza o Positivismo.

Comte desenvolveu o Positivismo durante a primeira metade do século XIX, época em que a França, conforme mencionamos, começava a experimentar a sua Revolução Industrial. O progresso técnico-científico – simbolizado pelo trem elétrico, pelo navio a vapor e pelas máquinas etc. – proporcionou conforto para a burguesia e para a aristocracia, despertando em Comte a certeza de que a sua época era uma fase em que estava preparando o “fim” da história, mas para ser concretizada no século XX. Trata-se de uma leitura teleológica²⁰ e eurocêntrica da história, pelo qual Comte a sustenta, quando justifica que o papel do Estado é fundamental para a sua realização. Nessa perspectiva, cabia ao Estado organizar a sociedade e administrar a produção do conhecimento desta, através da educação e da compreensão de leis naturais que a regulava. É partindo do estudo desse longo processo de interferência estatal e identificando as três fases de desenvolvimento do conhecimento da sociedade européia – a teológica ou fictícia (infância), a metafísica ou abstrata (juventude), e a científica ou positiva

²⁰ Procuramos discutir com mais detalhes a noção de tempo, a partir da leitura teleológica da história, no terceiro capítulo.

(idade adulta) –, comprovado pelo curso natural da história européia cristã, que Comte passa a defender o seguinte slogan para o Positivismo: “ordem e progresso” (LÖWITH, 1991).

Nessas condições, Comte defende que não pode haver progresso técnico-científico sem uma ordem social garantida pela interferência do Estado. E a educação, influenciada pelas ciências naturais, assume o papel de ensinar ao homem o seu lugar na sociedade e em relação ao Estado, mas coroando a raça branca como a única capaz, por suas condições físicas, químicas e biológicas, de realizar o “fim” da história. É dessa maneira, que o Positivismo elege a realização do progresso do conhecimento, organizado pelo homem branco, europeu e cristão, e representando, também, o herói e o Estado, como o sentido para a história da humanidade (LÖWITH, 1991). Assim, uma vez sendo influenciado por essa proposta de Comte, Varnhagen sistematiza uma História do Brasil, dinamizada por heróis brancos portugueses, e que ocupam destaque político no processo de colonização. Diante dessa proposta, apoiada no Positivismo, é esperado que, possivelmente, Machado de Assis não se agradasse dessa doutrina filosófica. E, ao comungar das críticas que Gonçalves de Magalhães, membro do IHGB e autor do épico *A Confederação dos Tamoios*, já havia feito a Varnhagen, porque este historiador, a partir de sua obra, não havia incluído o índio como parte do processo de colonização do Brasil, Machado de Assis reivindicava o direito de acrescentar algumas críticas pela mesma razão.

Portanto, quando Machado de Assis exemplifica *Iracema* como uma “obra fecunda” e, concomitantemente, acusa Varnhagen de contrariar a proposta do movimento romântico, predominante no próprio IHGB, há nele uma intenção latente de refletir acerca da História do Brasil, mas por um outro caminho. Isso significa dizer que, para Machado de Assis, a História do Brasil poderia ser demonstrada de forma literária, oferecendo aos seus leitores ensinamentos morais e políticos através de personagens fictícios e que se articulam com certos valores e costumes de quem os criaram, e, dessa maneira, aproximando-a do verossímil.

Em Machado de Assis, a História do Brasil faz-se, também, pelos processos simbólicos ou alegóricos, que constituem a ficção de suas obras, seja pela dimensão da imaginação, da memória ou do juízo crítico. Segundo Massa (1971), Machado de Assis, quando trabalhava no jornal *O Espelho*, entre os últimos anos da década de 1850 e início dos primeiros anos da década de 1860, passou a acreditar que um homem tinha o direito de se promover pelo seu talento, mas sem a utilização de meios desonestos. Formado por Hugo,

Pelletan²¹ e outros escritores franceses e até ingleses, ele idealizava a sociedade, acreditando que ela devia aceitar um homem, a partir de suas verdadeiras capacidades (MASSA, 1971). Assim, ao se envolver em uma discussão com Capistrano, trocando artigos publicados na *Gazeta de Notícias*, e ao criticar Varnhagen por escamotear o índio da História do Brasil, Machado de Assis colocou em evidência algumas de suas influências de início de carreira, na condição de autodidata e jornalista. De fato, essas experiências foram os caminhos em que ele procurou se integrar no intercâmbio intelectual do Rio de Janeiro. Exercer o papel de crítico literário e também de crítico da História do Brasil significou, para o nosso escritor, a sua defesa por uma outra proposta para organizar o conhecimento, diferenciando da proposta de alguns integrantes do IHGB e de alguns críticos da literatura no Segundo Reinado.

Nessas condições, podemos afirmar que Machado de Assis está condicionado pelos valores culturais do seu tempo, ao organizar um estilo de escrever e de pensar que caracteriza o seu mundo, mas que procura se distanciar dele para avaliá-lo através de seu conto, *O Alienista*. Nessas condições, Machado de Assis luta contra a conformidade cultural de sua época. Segundo Morin (1998), quando o *imprinting cultural* de uma sociedade, compreendido aqui por *conformidade cultural*, é questionado, dialogado e polemizado, infringindo as suas regras, ocorre o seu enfraquecimento.

Então, o *imprinting cultural* da corte, do Segundo Império, caracteriza-se pela crença comum de que costumes e valores europeus são adequados para colocar o Brasil no caminho do progresso e da civilização. É desse *imprinting* que Machado de Assis distancia-se, ao reorganizá-lo através do seu dialogismo com a História do Brasil defendida por Varnhagen e Capistrano. Em outros termos, Machado de Assis apropria-se de várias vozes de sua época, marcadas pelo cientificismo europeu, que influencia a história positivista de Capistrano e de Varnhagen, e pelo engajamento político da literatura, que circulam na sua época como conhecimentos autorizados, para reorganizá-los através do seu estilo literário e reflexivo. Nesse sentido, o nosso escritor pensa sobre o papel da crítica na criação literária e na produção da Histórica do Brasil, a partir de um exemplo da análise literária realizado na França:

Um notável crítico da França, analysando há tempos um escriptor escossez, Masson, com muito acerto dizia que do mesmo modo que se podia ser bretão sem fallar sempre tojo, assim Masson era bem escossez, sem dizer palavra do cardo, e

²¹ Segundo Massa (1971), Eugène Pelletan era um intelectual francês que influenciou Machado de Assis no aspecto moral. Por algum tempo, a sua obra, *La Loi du Progrès* (1852), tornou-se a Bíblia de Machado de Assis. Nela, Pelletan defendia o dogma da perfeição da natureza humana, mas a partir de um Deus do progresso em harmonia com o século XIX.

explicava o dicto acrescentando que havia n'elle um *scotticismo* interior, diverso e melhor do que se fora apenas superficial. Estes e outros pontos cumpria á crítica estabelecer-se, se tivéssemos uma critica doutrinaria, ampla, elevada, correspondente ao que ella é em outros paizes. Não a temos (ASSIS, 1944, p. 137-138).

Para Machado de Assis, a ausência de postura crítica é um dos maiores problemas que há na literatura produzida no Brasil. A sugestão apontada por ele consiste em organizar a literatura a partir da criação de um novo estilo e caminho, mas sem perder de vista o seu diálogo com a História do Brasil. De fato, Machado de Assis é um dissidente entre os liberais e os escritores de sua época, já que sua condição de mestiço o estimulou a optar pela carreira literária utilizando-se de sua pena para ironizar, refletir e denunciar, através de alegorias, os paradoxos de uma sociedade imperial, conforme é demonstrado sutilmente em *O Alienista*. Em outros termos, através das ações dos personagens de Itaguaí – cidade fictícia que alegoriza a corte e Rio de Janeiro, onde ocorre à trama do conto em questão –, Machado de Assis avalia, com ironia e ceticismo, os ícones da modernidade, adotada sem limites pela sociedade do seu tempo, como marcos do progresso e da civilização, tais como: o sentimento cavalheiresco, o gosto pela arquitetura francesa das habitações, a ostentação pela mobília importada, a preocupação com a aparência por parte dos que pertenciam a uma categoria social privilegiada, a exibição dos dotes de oratória, a supervalorização da etiqueta, a necessidade de estabelecer relações sociais de controle da vida alheia pela boa prosa, a apreciação pela moda parisiense etc.

A partir disso, podemos perceber que a corte procurara superar o confinamento do “atraso” e da ameaça da “degeneração” cultural com a importação de manufaturas da França e da Inglaterra, o “remédio universal”. Logo, *O Alienista* sugere como o cosmopolitismo e a insensatez governam a conformidade cultural dos habitantes de Itaguaí.

Inclusive, as idéias de Spencer (2005) também influenciavam os nossos intelectuais no que diz respeito à produção do seu conhecimento, bem como reforçava as suas crenças na necessidade do Brasil estabelecer vínculos com as nações européias. Spencer (2005) justificava o triunfo da política imperialista da França e da Inglaterra no Brasil. Ao revisar e adaptar as idéias de **A origem das espécies e a seleção natural**, de Darwin, Spencer (2005) desenvolveu o Darwinismo Social. Esse filósofo inglês defendia que a teoria de Darwin podia ser aplicada à evolução da sociedade. Segundo Darwin (2004), em cada espécie, existe uma permanente concorrência entre seus membros; tanto as plantas como os animais mais aptos transmitem suas características genéticas favoráveis ao maior número de descendentes. Nessas condições, ocorre uma seleção natural das espécies. O Darwinismo Social, por sua

vez, coloca em evidência que, na luta pela vida, só sobrevivem as raças e as nações “mais capazes”. Desse modo, os nossos intelectuais acreditavam que adotar os costumes e valores de Londres e Paris era a garantia de que o Brasil não pereceria como povo e nação. De fato, isso os levara a revisar o papel da política, do ensino, da economia, da saúde pública, inclusive da literatura nacional e da História do Brasil. E, no que diz respeito a esses dois últimos campos do saber, Romero tornou-se o exemplo mais marcante pelas polêmicas que provocou, pelas discussões que travou com outros intelectuais e pelas críticas que fez às obras de Machado de Assis.

Romero (1991), formado pela Escola de Direito do Recife, assumiu, juntamente com Tobias Barreto, a vanguarda da “geração de 1870”. Ventura (1991) destaca que esse movimento literário defendeu a necessidade de se criar uma literatura nacional com originalidade e autonomia, a partir do tema, do estilo e de expressões próprias. Partindo desses critérios, esse bacharel acreditava que a literatura brasileira poderia ter uma razão para a sua existência. Nesse sentido, a relação do meio com as raças locais bem como o sincretismo de povos e línguas, sob o sol dos trópicos, eram considerados as fontes da criação literária com novas formas e temas. Para Romero (1991), esse entendimento significou uma alternativa para se valorizar a produção literária nacional, na medida em que ela jamais poderia alcançar uma qualidade elevada como as das obras de escritores estrangeiros. Na sua concepção, a literatura nacional poderia alcançar algum valor através do mimetismo da literatura européia. A miscigenação entre o índio, com a sua preguiça, o português, com o seu gênio autoritário e tacanho, e o negro, com o seu servilismo gerou uma nação sem qualidades fecundas e originais, daí a necessidade de tentar corrigir esse problema com a apropriação da cultura européia. Nas palavras de Ventura (1991, p.38-39), podemos identificar as implicações do posicionamento de Romero, junto ao programa de literatura defendida pela “geração de 1870”:

Produz-se, a partir da idealização das metrópoles, uma espécie de auto-exotismo, em que o intelectual “periférico” percebe a realidade que o circunda como “exótico”. O exotismo permite, por um lado, o distanciamento ante os costumes da própria sociedade, trazendo um olhar antropológico. Por outro, introduz negativamente na sua auto-representação, que leva à visão etnocêntrica das culturas populares de origem africana, indígena ou mista.

Dessa maneira, Romero (1991) discute sobre a dependência cultural do Brasil em relação à Europa, para organizar uma cultura brasileira moderna e que possa integrar modelos estrangeiros às temáticas locais. Por isso, Romero (1991) recorre ao Darwinismo Social, de Spencer, mas, ao mesmo tempo, desconsidera dele a hipótese monogenista e a lei da

repetição, isto é, o bacharel não aceita que todas as sociedades têm a mesma origem e desenvolvem-se de uma mesma forma (segundo o modelo da leitura teleológica e eurocêntrica da história). Nessas circunstâncias, a História do Brasil não pode assumir as mesmas características de desenvolvimento cultural das nações européias, a partir de um mesmo caminho. De acordo com os resultados de suas investigações sobre a contribuição cultural das raças, a partir do ponto de vista arianista de Gobineau, Romero (1991) identifica na raça branca, a mais evoluída, diversos ramos: enquanto os germanos, os eslavos e os saxões caminhavam para o progresso, outros grupos, como os celtas e latinos, evidenciavam claros sinais de decadência. Assim, para os habitantes do Brasil, uma vez confinados na impossibilidade orgânica de produzir por si mesmos uma cultura tão elevada quanto aos dos europeus, restavam-lhes a alternativa da imitação dos costumes e valores do Velho Mundo.

Romero (1991) parte da hierarquia das raças da escala evolutiva de Spencer, mas vinculada à História do Brasil, para propor que a dependência com a cultura européia pudesse ser superada através da substituição do mimetismo desorganizado e do antigo servilismo mental pela seleção literária e científica. No entanto, Romero (1991) discorda de Gobineau no que dizia respeito ao hibridismo e a degeneração do mestiço. Segundo o bacharel, o mestiço representa um fator de diferenciação nacional e pode ser incorporado à civilização através da sua miscigenação progressiva com a raça branca. Com esse pensamento, ele acredita que os habitantes do Brasil podem evitar o seu desaparecimento e, desse modo, havendo um certo distanciamento dessa previsão pessimista de Gobineau.

De fato, Romero (1991) acredita que a mestiçagem desempenha um papel positivo na História do Brasil, pois, através dela, é possível eliminar os grupos africanos e indígenas com a integração de ambos à raça branca. Combinando princípios racistas com as leis darwinistas e evolucionistas, esse bacharel aposta no triunfo da raça branca na luta pela vida, no Brasil, no qual isso pode trazer implicações qualitativas para a evolução da literatura nacional. É a partir dessas condições, que Machado de Assis (1944, p. 253-254) o publica o seu ensaio, em 1879, intitulado *A Nova Geração*, criticando o programa literário de Romero, da seguinte maneira:

A nova geração frequenta os escriptores da sciencia; não há ahi poeta digno d'esse nome que não converse um pouco, ao menos, com os naturalistas e philosophos modernos. Devem, todavia, acautelar-se de um mal: o pedantismo. Geralmente, a mocidade, sobretudo a mocidade de um tempo de renovação scientifica e litteraria, não tem outra preocupação mais do que mostrar às outras gentes que há uma porção cousas que estas ignoram; e d'ahi vem que os nomes ainda frescos na memoria, a terminologia apanhada pela rama, são logo transferidos ao papel, e quanto mais crespos forem os nomes e as palavras, tanto melhor. Digo aos moços que a verdadeira sciencia não é a que se incrusta para ornato, mas a que se assimila para nutrição; [...] releiam os moços o seu Spencer e seu Darwin. Fujam tambem a outro

perigo: o espirito da seita, mais proprio das gerações feitas e das instituições petrificadas. O espirito de seita tem fatal marcha do odioso ao ridículo [...]

Contudo, quais foram às razões que levam Machado de Assis a criticar a proposta de Romero? Sabemos que ambos buscavam nas idéias estrangeiras o aporte teórico necessário para sustentarem as suas opiniões de como organizar a produção literária nacional e a História do Brasil. Porém, o principal incômodo que Machado de Assis nutriu contra as idéias de Romero foi, provavelmente, quando esse, fundamentado nas idéias de Spencer e Darwin, propôs o “branqueamento”, por intermédio da miscigenação, como solução para ajustar o negro e o mulato, considerados raças “inferiores” à civilização. De certa maneira, a partir de *A Nova Geração*, Machado de Assis parece ter chamado a atenção de Romero para o seu pedantismo de inspiração científica e para a ausência de estilo de seus textos críticos e literários. Machado de Assis tentou demonstrar as limitações das idéias de Romero, assim como procurou defender o seu lugar social de mulato, autodidata e jornalista. Nesse jogo político de intercâmbio intelectual, Machado de Assis apostou na sua competência de escritor para ampliar o seu prestígio social. Em síntese, ao ironizar com as idéias de Romero, Machado de Assis colocou em evidência a possibilidade da igualdade racial entre o branco e o mulato, a partir da produção literária.

Todavia, as críticas de Machado de Assis ao programa de literatura, organizado pela “geração de 1870”, irrita Romero. Por causa disso, o bacharel passa a criticar as obras de Machado de Assis, entre as décadas de 1880 e 1890, procurando, na medida do possível, promover a qualidade intelectual do grupo literário do qual é influenciado, quando ele ainda está cursando Direito na faculdade do Recife. Romero avaliou o estilo literário de Machado de Assis, a partir do critério evolucionista de Spencer. Na concepção de Romero, a literatura brasileira estava sujeita a uma evolução de estilos e de escolas. E isso explica porque os escritores são valorizados ou rejeitados, segundo o grau de correspondência com as tendências ideais, identificadas por ele. A partir desse processo evolutivo, conforme estabelece Romero, ao assumir o papel de juiz, Machado de Assis enquadra-se em um modelo de produção literária “atrasada” ao se articular com a sociedade. Nesse sentido, o “atraso” de Machado de Assis, por ter se filiado a um romantismo tardio, aponta, segundo Romero, a sua incapacidade em acompanhar a marcha das idéias modernas. O bacharel vai ainda mais longe com suas argumentações ao afirmar que Machado de Assis não arregimenta discípulos, pois ele não produz uma só idéia original.

A ausência de originalidade nas obras de Machado de Assis, assim como a sua evidente negatividade, segundo a interpretação de Romero, comprova que as suas

características psicológicas e individuais, durante o seu processo criativo na literatura, sujeitaram-se à ação dos fatores naturais, inclusive da raça. Assim, na opinião de Romero, Machado de Assis é um representante da sub-raça brasileira cruzada e que evidencia, junto com os seus personagens, a psicologia mestiça do povo brasileiro. O seu estilo de escrita “[...] *não se distingue pelo colorido, pela força imaginativa da representação sensível, pela movimentação, pela abundância, ou pela variedade do vocabulário*” (ROMERO, 1954, p. 1624). Daí, uma série de outras argumentações de Romero (1954, p.1624) continua a manter a literatura de Machado de Assis no “banco dos réus”: não tem qualidade, porque nela falta “[...] *completamente a paisagem, falham as descrições, as cenas da natureza*”. Na perspectiva dele, Machado de Assis, por ser um mestiço e isento de aptidão no controle do vocabulário e da frase, não foi competente o suficiente para conseguir integrar o modelo da literatura estrangeira às temáticas locais, balizado pelo tema, pelo estilo e pelas expressões próprias.

O Segundo Reinado é uma época em que as condições de sobrevivência de um homem das letras depende não só da produção de suas obras, mas também de como o seu público leitor as recepciona. Além disso, quando um escritor se envolve em polêmicas com os seus pares, o sucesso de luta pela sobrevivência de seu prestígio social depende da posição assumida pelos leitores, no qual desempenham o papel de árbitro contra ou a favor dos envolvidos, durante as trocas de réplicas, tréplicas, enfim, de incontáveis revides, carregados nas tintas de suas penas, cuja intenção é a defesa da honra ultrajada. No entanto, Machado de Assis assume uma postura contrária a essa tendência, ficando em silêncio em relação aos julgamentos realizados por Romero contra as suas obras. De acordo com Ventura (1991, p.105),

O abandono da crítica e da polêmica, além de evitar inimizades que pudessem dificultar suas ascensão social e literária, se ligava ao ceticismo quanto às formas diretas de intervenção cultural e política. A descrença de Machado contrasta com a esperança e o otimismo de Romero com as transformações culturais e políticas ocorridas a partir dos anos 70 (Grifos nossos).

Para Romero, a ausência de participação de Machado de Assis no debate confirma o seu “atraso” como escritor. Por isso, Romero denuncia que ele não tem convicções políticas, literárias ou filosóficas, ou seja, ele não é um lutador em defesa da modernização do Brasil. Com uma atitude cética e ao se retirar dessa “polêmica”, Machado de Assis frustra as expectativas de Romero, negando-lhe a oportunidade de continuar dinamizando a evolução da literatura e do pensamento, a partir do confronto de idéias, na luta pela existência dos mais

capazes de produzir obras de qualidade, isto é, de escrever literatura, segundo as tendências e o estilo do momento. Realmente, do ponto de vista de Romero, a polêmica serve para selecionar e a depurar escritores, assim como, juntamente com a crítica, também pode eliminar com a indiferença dos que não se interessam por literatura.

Todavia, apesar de ter se distanciado da polêmica, tão valorizada por Romero, Machado de Assis continua fazendo política nas suas obras, mas de maneira sutil e irônica. Além de evitar inimizades que pudessem dificultar a sua ascensão social, é provável que Machado de Assis se sentisse intimidado com o prestígio social e político de Romero, pois este é um bacharel. No confronto de forças intelectuais e de prestígio político, Machado de Assis parece estar em desvantagem em relação a Romero. É interessante observarmos que Romero recorre com freqüência a sua época de estudos na Escola de Direito do Recife, como uma reivindicação a um poder político exclusivo, que lhe confere a autoridade de se promover socialmente em relação ao seu oponente, e, também, para demonstrar a competência necessária para julgá-lo. Segundo Castelo Branco (2005, p. 30):

[...] as instituições (“deusas”) passam a decidir sobre o destino dos indivíduos, encaminhando seus infortúnios ou glórias, sua salvação ou condenação, condicionando seu futuro e traçando seus desejos e aspirações. Assim sendo, minimiza-se a perspectiva de que as instituições funcionam a partir de relações que se estabelecem entre os sujeitos individuais e coletivos, num dado momento histórico, e de que não há como se escapar do processo de luta, em qualquer campo institucional, entre os desejos, as aspirações dos indivíduos, de acordo com o lugar que ocupam dentro desse campo de luta.

Então, de um modo geral, se a Escola de Direito do Recife, durante o Segundo Reinado, assume o papel, a partir da polêmica e da crítica estabelecida entre os seus representantes, de intervir na ordem cultural da sociedade, por que Machado de Assis não ingressa na mesma instituição ou na Escola de Direito de São Paulo, como fez Romero e outros intelectuais de sua época? Machado de Assis vive em uma época em que as melhores oportunidades de trabalho e de educação são ofertadas aos filhos da aristocracia rural. Por exemplo, do próprio Romero, Tobias Barreto e Joaquim Nabuco receberam parte de sua educação nas dependências de uma casa-grande, residência e símbolo de poder político patriarcal, mantida às custas da exploração da mão-de-obra escrava, na produção do açúcar e de outros produtos agrícolas. Entretanto, ausentaram-se desse lugar para se formarem bacharéis. E, uma vez assumindo o papel de doutor, eles se tornaram representantes de um saber instituído politicamente, por serem reconhecidos e contemplados pela população como os “guardiões do saber”, ao adotarem idéias importadas da Europa para serem aplicadas aqui,

cuja intenção principal era elevar a cultura do Segundo Reinado a um nível superior de existência, a partir dos projetos elaborados por eles: na literatura, no Direito, para o papel das instituições políticas e educacionais, na defesa do Liberalismo e nos projetos de inclusão do negro na sociedade, a partir da sua miscigenação com a raça branca. Enquanto isso, Machado de Assis aprendeu a ler e a escrever com a sua mãe, Leopoldina, quando ainda era criança e morava em uma chácara, no morro do Livramento, próximo da cidade do Rio de Janeiro. Em meados da década de 1850, quando Machado de Assis adotou o Rio de Janeiro como lar definitivo, não havia por lá uma faculdade de Direito.

Portanto, Machado de Assis estava impossibilitado de cursar uma faculdade de Direito, por três razões: primeira, a crença de que o mulato ocupava o lugar de uma raça “inferior” na sociedade; segunda, ele não era descendente da oligarquia rural, por isso não se enquadrava no perfil de aluno desejado nessas instituições; e, por fim, a terceira, Machado de Assis era filho de agregados de uma chácara, ou seja, ele era descendente de um casal que prestava serviços aos seus patrões em uma pequena propriedade rural e, como esse tipo de labuta não rendia a mesma proporção de lucro que os latifúndios, não havia como enviá-lo para São Paulo ou Recife, por causa dos custos da viagem, da hospedagem e dos livros. Diante dessas circunstâncias, acreditamos na possibilidade de Machado de Assis (1944, p. 40) ter procurado o apoio de Joaquim Nabuco para divulgar *O Alienista* e outros contos²², incluso na sua obra, intitulado *Papéis avulsos*, em 1883:

[...] resolvi mandar-lhe estas duas linhas, acompanhadas de um livro meu. [...] Vê V. que, se se lembra dos amigos, o correio não o deixa mal, e é pontual transmissor das suas memórias. Oxalá faça o mesmo com o livro que ora lhe envio, *Papeis avulsos* [...] Não é propriamente uma reunião de escriptos esparsos, porque tudo o que alli (excepto justamente a *Chinella turca*) foi escripto com o fim especial de fazer parte de um livro. **Você me dirá o que elle vale** (Grifos nossos).

Ao enviar a Joaquim Nabuco um exemplar de *Papéis avulsos*, podemos perceber indícios de que Machado de Assis procura o reconhecimento autorizado de um amigo, um bacharel de prestígio político, para comprovar e manter publicamente a sua qualidade de escritor, além de assegurar a continuidade de sua ascensão social. De certa maneira, uma vez Joaquim Nabuco reconhecendo a qualidade de *Papéis avulsos*, pode ter possibilitado para Machado de Assis a sua imunidade contra os severos julgamentos realizados por Romero a seu respeito e de suas obras. Então, ao escrever *O Alienista*, entre os anos de 1881 e 1882, não

²² Além de *O Alienista*, os contos que fazem parte de *Papéis avulsos*, publicado em obra, são: *Teoria do Medalhão*, *A chinela turca*, *Na arca*, *D. Benedita*, *O Segredo do bonzo*, *O anel de Polícrates*, *O empréstimo*, *A Sereníssima República*, *O espelho*, *Uma visita de Alcebíades* e *Verba testamentária*.

estaria Machado de Assis ironizando também o pedantismo científico de Romero, de D. Pedro II e dos letrados que o cercavam²³? De fato, a partir de *O Alienista*, Machado de Assis parece sugerir reflexões acerca da influência sem limites do Positivismo e do Darwinismo Social, nas idéias de Varnhagen, de Capistrano e de Romero, uma vez que essas correntes teóricas posicionam o Brasil a um grau “inferior” na hierarquia cultural, quando comparado às condições socioeconômicas da França e da Inglaterra. O Darwinismo Social, na condição de ramo da ciência, explica a desigualdade, o descompasso cultural entre essas três nações, a partir de dois critérios fundamentais: a economia apoiada na indústria e na eugenia²⁴.

Assim, para ironizar com o “cientificismo” dos intelectuais *da* e *na* corte, ancorado no Positivismo e no Darwinismo Social, Machado de Assis organizou a sua estratégia de investigação e de exposição pelo seu olhar, ao procurar nos detalhes das aparências e das contradições culturais às referências de suas reflexões quando escreveu *O Alienista*. Em seu texto, intitulado **Ficção e História: O Espelho Transparente de Machado de Assis**, Roncari (1999) procura compreender o método de esconder e de revelar de Machado de Assis, através do seu conto *Singular Ocorrência*. Para cumprir com esse objetivo, o autor sustenta a hipótese de que esse conto tem semelhanças com o conto *A Carta Furtada*, de Poe. Machado de Assis aprendeu a pensar em novas formas de organização da narrativa e de como elas poderiam interagir com o leitor, ao traduzir²⁵ e ler esse conto de Poe.

A partir do seu conto *A Carta Furtada*, Poe desenvolve, na trama, uma nova teoria de investigação policial. Na concepção implícita desse escritor norte-americano, apreciado por Machado de Assis, o princípio detetivesco caracteriza-se não pela rigidez do próprio

²³ No conto *Teoria do Medalhão*, Machado de Assis faz uma crítica duríssima ao espírito bacharelesco e ao pedantismo: “*Vinte e um anos, algumas apólices, um diploma, podes entrar no parlamento, na magistratura, na imprensa, na lavoura, na indústria, no comércio, nas letras ou nas artes. Há infinitas carreiras diante de ti. Vinte e um anos, meu rapaz, formam apenas a primeira sílaba do nosso destino. [...] Mas qualquer que seja a profissão de tua escolha, o meu desejo é que te faças ilustres, ou pelo menos notável, que te levantes acima da obscuridade comum. A vida Janjão, é uma enorme loteria; os prêmios são poucos, os malogrados inúmeros, e com os suspiros de uma geração é que se amassam as esperanças de outra.* Isto é a vida; não há planger, nem imprecar, mas aceitar as cousas integralmente com seu ônus e percalços, glórias e desdouros, e ir por diante

(ASSIS, 2001, p. 32-33, grifos nossos). ” Analisando esse conto, Castelo Branco (2005, p.103-199) afirma: “[...] A profissão, a realização individual ou coletiva se tornam secundárias em relação ao domínio dos jogos das aparências, tão bem traduzido por Assis (2001), no conto a *Teoria do Medalhão*, e que conduz o indivíduo a rituais obsessivos de uma corrida desenfreada pelo ‘canudo a qualquer custo’, seja para garantir melhor emprego ou a melhoria das condições de vida, seja para servir de ornamento ou peça decorativa, quando não repousa solitário em uma gaveta.”

²⁴ De acordo com Schwarcz (1991), o termo eugenia vem de *eu*, que significa “boa”, e de *genus*, que quer dizer *genus* ou geração. Desse modo, a eugenia é o estudo das condições mais propícias à reprodução e melhora da raça humana. Esse conhecimento foi desenvolvido pelo cientista britânico Francis Galton, ao considerar que é possível planejar, pelos métodos estatísticos e genealógicos, casamentos de uma raça selecionada para aprimorar as populações, assim como é possível excluir aquelas indesejáveis, como as relações interraciais.

²⁵ Machado de Assis traduziu para o português a versão francesa de *A Carta Furtada*. Esse conto é parte integrante da obra *As Histórias Extraordinárias* de Edgar Allan Poe.

investigador, mas a partir do conhecimento e da compreensão do criminoso. Conforme compara Roncari (1999), esse procedimento assemelha-se à perseguição do rato pelo gato, e leva vantagem àquele que conhecer melhor o outro e se puder prever os seus truques. Por isso, para que o sucesso da investigação seja garantido, a regra fundamental a ser adotada é a desconfiança. Adotando essa postura, é possível justificar tudo pelo seu contrário. A trama de Poe trata-se de um caso peculiar, mas comum, a ser resolvido pelo chefe de polícia parisiense utilizando-se, para isso, de um método incomum. Esse investigador procura o auxílio de Auguste Dupin e de um colega seu no bairro de Saint Germain e apresenta para eles o caso: o roubo, realizado pelo ministro, de uma carta do gabinete de uma senhora importante da corte. A informação da carta torna-se um trunfo para esse criminoso que pode utilizá-la, num jogo de chantagens contra a vítima em questão.

Dupin junto com o seu amigo ouve atentamente o relato do chefe de polícia sobre o caso e do seu insucesso em tentar reaver a carta, e, em seguida, afirma que esse mistério é demasiadamente claro. Nessa passagem do conto, Roncari (1999) apresenta, com destaque, a lógica com que trabalha esse personagem: a da desconfiança e da inversão, pois é na simplicidade da aparência que pode estar a solução para esse mistério. Partindo desse princípio, Dupin afirma que, antes de se planejar uma busca, é importante conhecer o criminoso. Nessa condição, o ministro é poeta e também matemático, o que faz dele um indivíduo consciente das consequências dos seus atos. E, para evitar ser pego, ele combina esses conhecimentos para esconder a carta furtada, isto é, guiando-se por princípios abstratos gerais da Matemática, mas corrigidos pelo seu lado poético, lembra-se dos modos comuns de agir da polícia.

Ao tentar compreender o conhecimento do criminoso e de seu entendimento sobre os métodos inflexíveis da polícia, Dupin tenta deduzir a sua estratégia, ou seja, como ele pode enganar os seus perseguidores. O ministro procura disfarçar a carta tornando-a o mais visível possível. Acreditando que a polícia irá procurá-la nos lugares mais difíceis de sua residência, ele a disfarça ao colocá-la à mostra, em um porta-cartão pendurado na lareira. É com esse raciocínio que Dupin consegue auxiliar o chefe de polícia a recuperar a carta.

A partir desse conto, Poe expõe uma nova teoria de investigação policial durante a trama. E dessa trama Roncari (1999, p. 848) apresenta o seguinte resultado:

Essa teoria se baseia no que já foi esboçado acima: na desconfiança da aparência, que pode indicar justamente o seu contrário, mas, ao mesmo tempo, na necessidade de se dar também atenção e importância a ela, à aparência, reconhecê-la, saber vê-la e decifrá-la, pois é por meio dela que se chega à verdade procurada.

Machado de Assis pode ter desenvolvido alegorias para registrar, ironizar e pensar os acontecimentos e as transformações socioculturais do seu tempo, bem como para enganar a atenção do leitor ao diverti-lo e envolvê-lo em um jogo sutil de esconder e revelar, através das investidas de Simão Bacamarte contra os loucos de Itaguaí. O cotidiano, alguns costumes e valores dos leitores e das leitoras eram imitados pelos personagens que são apreciados nos contos e romances de Machado de Assis. Basta considerarmos que

[...] o escritor, numa determinada sociedade, não é apenas o *indivíduo* capaz de exprimir a sua originalidade (que o delimita e especifica entre todos), mas alguém desempenhando um *papel social*, ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores ou auditores. A matéria e a forma da sua obra dependerão em parte da tensão entre as veleidades profundas e a consonância ao meio, caracterizando um diálogo mais ou menos vivo entre criador e público (CANDIDO, 2006, p. 83-84, grifos do autor).

Partindo da premissa de que há aspectos comuns entre o tempo do narrador e o tempo do que é narrado, podemos, então, afirmar que, através de *O Alienista*, a observação, a ironia e a reflexão de Machado de Assis agem como um espelho que reflete as suas impressões acerca do cotidiano da corte, simbolizado por Itaguaí. Porém, Machado de Assis torna transparente a importância que tem o comportamento dos personagens dessa cidade fictícia, pois é através deles que o nosso escritor observa e pensa sobre certas experiências culturais do seu tempo, e, ao mesmo tempo esconde e revela as suas principais intenções, como também, as deforma com o seu posicionamento cético e irônico.

Segundo Roncari (1999), através de sua literatura, o seu olhar refletia a deformidade monstruosa dos acontecimentos de maneira tão evidente e familiar que o leitor não demonstrava espanto. Por essas razões, o seu espelho não refletia de maneira passiva as tramas do seu cotidiano. Nesse sentido, a ficção machadiana realiza-se pelo plano da imaginação para evidenciar a sua impressão pessoal acerca de certos costumes e valores da corte. Ao escrever *O Alienista*, Machado de Assis buscou organizar a sua narrativa literária, a partir de seu diálogo com o método de revelar e de esconder, aprendido com a leitura do conto de Poe, *A Carta Furtada*. Machado de Assis produziu uma *hermenêutica* ao relacionar o seu conhecimento prévio, aprendido com a literatura francesa, com esse conto de Poe e com a filosofia cética, o método que precisava para continuar fazendo política nas suas obras. De acordo com a definição de Ricoeur (1977, p. 17), “[...] a *hermenêutica* é a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação dos textos.” De fato, se por

um lado, a partir da perspectiva de Hugo, Machado de Assis compreendeu que um escritor tinha um compromisso com a sociedade do qual fazia parte e que este poderia orientá-la em aceitar a promoção de um homem na medida de suas verdadeiras capacidades, por outro, após o seu envolvimento na polêmica com Romero, em 1879, Machado de Assis procurou relacionar o seu engajamento literário com a lição aprendida no conto de Poe, para ironizar e pensar, junto com os seus leitores, certos costumes e valores da sociedade de sua época, ao escrever *O Alienista*.

Na verdade, ao colocarmos a *hermenêutica*, apontado por Ricoeur (1977), como uma operação necessária para a elaboração de um trabalho científico e literário, a partir da relação estabelecida entre textos de divergentes interlocutores e contextos, segundo a interpretação do pesquisador, podemos considerar *O Alienista* como um registro histórico que se caracteriza por uma linguagem peculiar, ao tomar como referência de inspiração a relação entre o engajamento e a literatura de Hugo, *A Carta Furtada* de Poe e a filosofia cética para realizar uma investigação e, consequente, reflexão, assentadas numa *antropologia filosófica*, do *porquê* e de *como* a corte se moderniza. Em outras palavras, mas escrevendo nos termos de Maia Neto (2007, p. 23-24), quando observa e pensa no triunfo, sem limites, de costumes e valores da França e da Inglaterra na corte, através de *O Alienista*, Machado de Assis parece estar interessado em saber: “*qual o significado e função a vida social tem na vida humana?*”; “*qual é o status da realidade social?*”; “*qual é o valor da vida social? Ela é boa ou má?*”; “*quais os limites do conhecimento humano na vida social?*”. Essas são questões que, segundo Maia Neto (2007), orientam a filosofia cética de toda a ficção organizada por Machado de Assis.

De fato, como veremos no terceiro capítulo, Machado de Assis aplica, no seu fazer literário, uma postura cética, quando escreve *O Alienista*, mas que ele já vinha desenvolvendo, desde a década de 1860, quando escrevia as suas crônicas jornalísticas. Logo, para esse momento, o que precisamos compreender é que o ceticismo, a ser investigado no conto, não é qualificado, em nosso estudo, como um aspecto, mas como um fundamento da ficção machadiana. Ora, desde que Machado de Assis assumiu a carreira de jornalista, a partir da década de 1860, ele procurou articular os seus folhetins com a *antropologia filosófica*, com a *ontologia*, com a *ética* e com a *epistemologia*, cuja necessidade de ser compreendido pelos seus leitores o conduziu a uma inserção política, para que suas idéias transitassem de uma simples *maneira de conhecer* para tornarem-se uma *forma de ser*, durante a década de 1870. Nessas condições, a *hermenêutica* organizada por Machado de Assis, em *O Alienista*, o levou a destacar a loucura como tema válido para refletir, com ironia e ceticismo, certos costumes e

valores da Europa adotados pela corte, durante o Segundo Reinado, bem como para investigar as implicações do Positivismo e do Darwinismo Social, doutrinas filosóficas que influenciaram o pensamento de historiadores e críticos da literatura nacional.

Portanto, *O Alienista*, na condição de uma literatura, assume um papel importante, ao continuarmos a seguir de perto as idéias de Ricoeur (1977, p. 56): “*destruir o mundo*”. Em outros termos, ao fazer do seu discurso um evento, em *O Alienista*, Machado de Assis organiza uma temporalidade auto-referencial – o tempo da trama narrada – e a mediação entre a linguagem e o mundo – o tempo do narrador –, para revelar e esconder de modo sutil suas intenções. Esse processo de “*destruir o mundo*”, enfatizado por Ricoeur (1977), funciona como aspectos do *espelho transparente* organizado por Machado de Assis para interagir com seus leitores. Dessa maneira, *O Alienista* transita entre a fronteira da narrativa ficcional e da narrativa histórica, porque há nele um sentido político, articulado com questões de uma época, e um referente ou um mundo reinventado, porque o seu discurso assume um posicionamento de verdade que procura se aproximar de certas experiências vividas e testemunhadas por Machado de Assis. Isso significa que a narrativa literária toma a ficção como caminho exclusivo para reorganizar o mundo do autor e de sua sociedade. Esse “*destruir o mundo*” pela ficção, que caracteriza a narrativa literária, é entendido por Ricoeur (1977) como abolição de uma *referência de primeiro nível* ou *linguagem ordinária* para assumir uma *referência de segundo nível*.

A *referência de primeiro nível* pode ser exemplificada pela narrativa histórica, porque esta trabalha com o discurso descritivo, constatativo e didático, mas é a *referência de segundo nível* a característica fundamental da narrativa literária. A *referência de segundo nível* consiste no discurso fictício da literatura que abre possibilidades de colocar em evidência as experiências do escritor e de sua imaginação sobre o mundo. Além disso, a ficção também proporciona ao escritor a possibilidade de compreender a si mesmo porque, ao criar um evento pelo seu discurso, ele supera o modo de *ser-dado*, isto é, ele não limita o papel das alegorias em caracterizar as experiências vividas, mas procura, por intermédio delas, alcançar uma maneira de *poder-ser* pelas variações imaginativas que a sua obra literária realiza. Nesse sentido, Ricoeur (1977) considera que a ficção é o caminho privilegiado, trabalhado pela literatura, que realiza a *mimese* da “realidade”.

Ricoeur (1994, p.55) define *mimese* como a “[...] *imitação criadora da experiência temporal viva pelo desvio da intriga*”. Distanciando-se do modelo aristotélico²⁶, Ricoeur (1994) pensa a *mimese* pela relação entre o tempo e a narrativa. Desse modo, toda organização de uma narrativa ficcional e histórica implica na reconstrução de uma experiência temporal, e a *mimese*, por sua vez, funciona como uma característica de mediação nesse processo. Contudo, Ricoeur (1994) nos chama a atenção para o problema colocado pela narrativa no que toca ao desígnio referencial e à pretensão de verdade. Só a narrativa histórica assume a necessidade de se ancorar em uma referência que se inscreve na “*realidade empírica*”, pois a intencionalidade histórica está direcionada para os eventos que ocorreram, segundo as informações dos vestígios que são trabalhados pelo historiador. Nessas condições, a referência por meio de vestígios parece se distanciar da referência metafórica, comum a todas as obras literárias, na medida que, para esta última, o passado é sistematizado pela imaginação. Mas, ao problematizar essa questão de maneira inversa, Ricoeur (1994, p.125) pensa na possibilidade de aproximação da narrativa ficcional com a narrativa histórica:

[...] coloca-se a questão de saber se a narrativa de ficção, por sua vez, não retira da referência por meio de vestígios uma parte de seu dinamismo referencial. Toda narrativa não é contada como se tivesse ocorrido, como a testemunha o uso comum dos tempos verbais do passado para narrar o irreal? Nesse sentido, a ficção se inspiraria tanto na história quanto a história na ficção. É essa inspiração recíproca que me autoriza a colocar o problema da *referência cruzada* entre a historiografia e a narrativa de ficção (Grifos do autor).

De fato, ao considerarmos a possibilidade de referência cruzada entre a narrativa ficcional e a narrativa histórica, aspectos somados com uma estratégia de investigação e de observação, inspirado no método de esconder e de revelar de Poe, bem como sob a influência do Romantismo de Hugo, podemos perceber que o verossímil estava identificado em *O Alienista* de maneira tão sutil que ninguém pensaria em procurá-lo, como se ele estivesse posicionado em uma moldura e não na tela de um quadro. Nessas circunstâncias, concordamos com a leitura de Roncari (1999) e a apontamos como uma leitura possível, para pensarmos a sua aplicação na interpretação do conto *O Alienista*. Quem nos sinaliza sobre essa possibilidade é o próprio Machado de Assis (1944, p.119):

²⁶ Segundo Ricoeur (1994), Aristóteles não relaciona *mimese* com a experiência temporal. De fato, para Aristóteles, a *mimese* é uma característica da ação da própria tragédia, da comédia e da epopéia e que é atemporal.

Suponho que os leitores terão lido todas as memórias de viagem, desde as viagens capitão Cook às regiões polares até as viagens de Gulliver, e todas as histórias extraordinárias desde as narrativas de Edgar Poe até aos contos Mil e Uma Noites.

A partir dessa passagem de Machado de Assis, podemos chegar a duas observações importantes para o nosso estudo. Primeiro, essa passagem nos oferece o subsídio seguro de que Machado de Assis já tinha conhecimento do conto de Poe, em 1866, ou seja, Machado de Assis já conhecia o conto de Poe quinze anos antes de começar a publicar *O Alienista* em folhetins, entre os anos de 1881 e 1882; isso significa que essa estratégia de organização da narrativa não se aplica apenas ao seu conto *A Singular Ocorrência*. Segundo, ele já tinha a preocupação de interagir com os seus leitores, pensando em novas formas de organização da narrativa quando escrevia os seus contos e romances. Além disso, nas suas palavras de apresentação de sua obra, intitulada *Várias Histórias*, publicada em 1896, Machado de Assis (1944, p. 5) assumiu publicamente a sua admiração a Poe:

As várias histórias que formam este volume foram escolhidas entre outras, e podiam ser acrescentadas, se não conviesse limitar o livro ás suas trezentas páginas. É a quinta coleção que dou ao publico. É um modo de passar o tempo. [...] Não são feitos d'aquelle matéria, nem d'aquelle estylo que dão aos de Mérimée o caracter de obras primas, e collocam os de Poe entre os primeiros escriptos da América.

Nessa passagem, fica evidente que Machado de Assis reconhece Poe como um exemplo de escritor de qualidade, daí nós podemos identificar uma das razões que o induz a aplicar o seu método de esconder e revelar para organizar o seu *espelho transparente*. Portanto, Machado de Assis expõe de maneira sutil e cética às condições socioculturais da corte, quando escreve *O Alienista*. De fato, ao tornar transparentes as suas intenções, como se o espelho desenvolvido no seu conto refletisse certos costumes e valores da corte sem importância, a atenção do leitor pode terminar sendo deslocada para questões consideradas mais importantes, porém, na maioria das vezes, secundárias no que diz respeito à história por trás de suas alegorias.

1.2. *O Alienista* decodificado na fronteira da convergência e da divergência dialógica dos seus intérpretes

Nessas condições, ao identificarmos estudos feitos por historiadores e críticos da literatura sobre esse conto, não identificamos as questões anteriormente colocadas. O foco de análise comum nos estudos parece priorizar mais o significado histórico que tem Simão

Bacamarte do que as razões que o levam a confinar os outros personagens na Casa Verde. A partir dessa inquietação, pensamos na possibilidade de reinterpretar *O Alienista*.

A nossa opção metodológica é justificada pela mudança permanente que há na concepção do processo histórico e por causa de nosso lugar social. Segundo Schaff (1995), a história é reescrita continuamente porque há mudança nos critérios de avaliação dos acontecimentos passados, a partir do presente do historiador, assim como a sua percepção e seleção dos fatos históricos também mudam possibilitando a construção de uma outra imagem da história. Dessa maneira, o historiador reinterpreta o passado, a partir das questões que ele faz ao assumir uma posição social no seu presente, com a intenção de esclarecer outras informações que não foram percebidas em estudos anteriores. Certeau (2002) também afirma que toda pesquisa historiográfica relaciona-se com o lugar de produção sócio-econômico, político e cultural do historiador. Em outras palavras, o historiador ocupa um lugar de produção na sociedade, que pode ser de um liberal ou professor, jornalista ou advogado, acadêmico ou diletante. De fato, se, por um lado, a relação que fazemos entre o presente e o passado, a partir do estudo sobre *O Alienista*, caracteriza a nossa pesquisa e a nossa concepção de história, por outro, as condições sociais de nossa época também nos estimulam a inquirir sobre as interpretações anteriores acerca desse conto de Machado de Assis (1944). A rigor, identificamos oito trabalhos que tratam de *O Alienista*. Eles são discutidos a seguir.

Na sua obra, **A lata de lixo da História**, Schwarz (1977), um estudioso da teoria literária, adapta *O Alienista* para peça teatral de bonecos-escravos, em 1969. Vivendo num período em que a Ditadura Militar assume uma intervenção de maior controle e repressão contra a sociedade brasileira, após o Ato Institucional número 5 (AI-5), Schwarz (1977) discute, pela linguagem literária de *O Alienista*, o exercício do poder. Por isso, independente das significações que a loucura possa representar no conto, esse estudioso percebe um aspecto comum entre a experiência política brasileira de sua época com a do Segundo Reinado: *como* o poder é utilizado pelo homem ou *como* o poder lhe é atribuído. Nessas condições, a sua interpretação do conto assume uma leitura crítico-irônica dos usos e abusos do poder que organiza as experiências dos bonecos-escravos, no qual, estes últimos assumem o papel dos habitantes de Itaguaí, como uma farsa.

Ao procurar burlar a censura legalizada pelo AI-5, Schwarz (1977) revela sutilmente que a política, conforme coloca mais uma vez em evidência a História do Brasil, está caracterizada pela relação entre a ciência e o poder. Aqui a intertextualidade é adotada para denunciar a ciência como um saber que justifica a repressão, a tortura e a perseguição política por parte do governo brasileiro contra a população considerada contrária a sua postura

política. Bacamarte é o médico de Itaguaí responsável por controlar o comportamento de seus habitantes e de prendê-los na Casa Verde, com a autorização da Câmara e justificado teoricamente pela ciência, assim como o governo militar também condena à prisão e à tortura os “loucos” da esquerda marxista, identificados como subversivos. A democracia de Itaguaí, no final do século XVIII, controlada por Bacamarte com o apoio dos notáveis, assim como a democracia do Brasil, sob a tutela dos militares, na década de 1960, não passa de uma farsa, porque cumpre com os interesses políticos de uma minoria. Nessa perspectiva, Schwarz (1977) adapta *O Alienista* para uma peça de teatro de bonecos-escravos com o propósito de denunciar as contradições da sociedade brasileira de sua época. Portanto, no final da peça, os grupos dos notáveis/militares são lançados na lata de lixo da História.

Apesar de não ser um trabalho acadêmico, a leitura que Schwarz (1977) faz de *O Alienista* é válida basicamente pela possibilidade de pensar como Machado de Assis articula ciência e poder, no contexto do Segundo Reinado. Para isso, Schwarz (1977) assume uma postura de pesquisador pouco comum, durante a década de 1960, ao elaborar a sua interpretação de *O Alienista* para pensar a História do Brasil, segundo as condições políticas de sua época. Nesse sentido, é importante observarmos que, durante o regime militar, o Positivismo exerceu forte influência na historiografia brasileira, assim como, antes, também marcou a História do Brasil organizada por historiadores, membros do IHGB, durante a segunda metade do século XIX. Logo, ciência e poder são enfatizados por Schwarz (1977) como conceitos centrais para compreender *O Alienista*. Porém, esse estudioso não procura dar visibilidade ao significado histórico que tem o comportamento de outros personagens de Itaguaí para Machado de Assis, a partir do entendimento deste em relação à sociedade de sua época. De fato, para além da aproximação que há entre o poder de Bacamarte com o poder dos militares, não há uma preocupação de Schwarz (1977) em percorrer exclusivamente o universo cultural do Segundo Reinado, conforme aponta *O Alienista*, mas de identificar como certas experiências vividas no passado podem se atualizar no presente para satisfazer os interesses políticos de quem está no poder.

Uma outra obra, publicada em 1974, que merece destaque é **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**, de Faoro (2001). Ao procurar estabelecer um diálogo aproximado com algumas das idéias de Weber (1977), para interpretar os contos e romances de Machado de Assis, Faoro (2001) percebeu, pelo campo da linguagem sociológica, a relação que há entre as experiências e os personagens do narrador com a mentalidade das classes sociais e dos grupos de prestígio político e econômico do Brasil, durante a segunda metade do século XIX. Para isso, Faoro (1977) lança mão de uma metodologia particular, inclusive trabalhada em

uma outra obra precedente, **Os donos do poder**, editada, pela primeira vez, em 1958. A partir desse caminho, Faoro (2001) busca compreender como as obras de Machado de Assis, incluindo também *O Alienista*, representam os estamentos, identificados pelo “trapézio”, e as classes, por sua vez, simbolizadas pela “pirâmide”. De fato, Faoro (2001) procura apreender até que ponto as obras de Machado de Assis corroboram a sua tese de **Os donos do poder**, mas no que diz respeito ao período do Segundo Reinado.

A partir de **Os donos do poder**, Faoro (1977) cruza a História de Portugal com a História do Brasil, cujo recorte cronológico abrange seis séculos, indo de Dom João I, mestre de Avis, até Getúlio Vargas. Logo, para esse estudioso, a experiência política de Portugal e do Brasil se encontra por causa de um aspecto em comum: o poder centralizador sustentado pelo “Estado patrimonial”. No Brasil, a experiência política, apoiada no “Estado patrimonial”, satisfaz os interesses dos estamentos, ou seja, primeiro, os aristocráticos, eclesiásticos, forenses e militares, e, segundo, os burocráticos, em geral. Nessa condição, o “trapézio”, enquanto modelo de sociedade, é sustentado e articulado por uma relação de dependência recíproca, ou seja, tanto o “Estado patrimonial” serve aos estamentos, assim como os estamentos servem ao “Estado patrimonial”. Com isso, Faoro (1977, p.1) afirma a sua distância do “[...] marxismo ortodoxo, sobretudo ao sustentar a autonomia de uma camada no poder, não diluída numa infra-estrutura esquemática, que daria conteúdo econômico a fatores de outra índole”. Em outros termos, Faoro (1977) relativiza a leitura marxista ao colocar em evidência que nem sempre as classes, donas dos meios de produção, dominam e conduzem a sociedade, por causa de seu poder econômico. Por isso, a dependência que há da instância política com a econômica e da ideológica com os interesses de classes, conforme sugere a interpretação marxista, é adotada por Faoro (2001) com ressalvas. Em síntese, nem sempre as classes, donas da produção, dominam e dirigem a sociedade.

Portanto, quando Faoro (2001) discute o significado sociológico da literatura de Machado de Assis, a partir de **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**, ele aplica a mesma metodologia de **Os donos do poder**, mas de modo inverso. Em outros termos, ao invés de procurar compreender a individualidade de Machado de Assis pela sua sociedade, como fez na sua primeira obra, **Os donos do poder**, Faoro (2001) interpreta a sociedade daquele escritor pela sua individualidade, durante o Segundo Reinado. De fato, a partir dessa metodologia, trabalhada na sua obra **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**, Faoro (2001) discute que Machado de Assis, na condição de narrador de seus personagens, representa os jogos políticos e os anseios de poder no nível micro-social. Nessa perspectiva, ao considerar a literatura de Machado de Assis como *mímesis* do real, Faoro (2001) interpreta

que as relações sociais, durante o Segundo Reinado estão caracterizadas pelas tensões e pela relação de dependência da classe, os possuidores da riqueza, que precisam do estamento, os manipuladores do poder oficial. Nessa relação, os manipuladores do poder oficial, por representarem o Estado, exercem o direito de se apropriarem dos excedentes da vida econômica, ao taxar e confiscar os produtores de bens. Isso significa que capital e política, na História do Brasil, coexistem pela relação de interdependência, mas que oscila entre o amparo mútuo e os conflitos, apesar de não ter havido separação entre elas.

Em uma das primeiras passagens de sua obra, Faoro (2001) nos chama a atenção para a importância das categorias sociais dos personagens de Machado de Assis que como ele, são representados com ironia, a partir dos caminhos das suas tramas políticas, articuladas pelo desejo da classe em procurar o amparo no estamento. Dessa maneira, Faoro (2001, p. 14) faz duas considerações importantes. Primeiro,

Ninguém se engane com o painel aparente da sociedade na obra de Machado de Assis. Enchem a vista do leitor desprevenido as figuras dominantes, barões, conselheiros, comendadores e patentes da Guarda Nacional. Ministros, regentes, barões perpassam na superfície, sobretudo os ministros, alvo de ambições caladas e de ambições descobertas. Em nível próximo, vêm os banqueiros, capitalistas, fazendeiros e comerciantes. Todos, barões e capitalistas, conselheiros e banqueiros, comendadores e comerciantes, coronéis e fazendeiros – todos estão, para quem olha de longe, no ápice da pirâmide, confundidos e misturados, como se fossem membros de uma só confraria.

Segundo,

Nitidamente, há uma estrutura de classes – banqueiros, comerciantes e fazendeiros – sobre uma estrutura de titulares, encobrindo-a e esfumando-lhe os contornos. É a camada da penumbra que decide os destinos políticos, designa deputados e distribui empregos públicos. São as “influências”, os homens que mandam, que se entendem com os executores e dirigentes das decisões do Estado. Duas faixas se separam com clareza, no conteúdo e no conceito, na ação social, não raro entrecruzando-se e se confundindo. Para simplificar e com antecipação: **a classe em ascensão coexiste com o estamento; muitas vezes a classe perde sua autonomia e desvia-se de seu destino para mergulhar no estamento político, que orienta e comanda o Segundo Reinado** (Grifos nossos).

Nessa perspectiva, para Faoro (2001), Machado de Assis representa, como indivíduo, e também os seus personagens, essa oscilação de dependência mútua e de conflitos entre o estamento e a classe, durante o Segundo Reinado. Com essa proposta de leitura, Faoro (2001) busca caracterizar a vida política e econômica do Segundo Reinado. No entanto, é *O Alienista*, compreendido nessa direção, que nos interessa. Segundo Faoro (2001, p. 15), Bacamarte representa o estamento, caracterizado pelo “*uso de um anel de prata no dedo*

polegar da mão esquerda” e também por ser “*filho da nobreza da terra*”. Fazendo uso do prestígio político que a tradição lhe concede, Bacamarte passa a exercer o seu poder em Itaguaí, mas com a autorização e o apoio dos “principais”, aqueles que pertencem à classe, ligado a câmara, indivíduos abastados e de influência na corte. Nesse sentido, Faoro (2001) observa que, apesar do capital andar casado com o prestígio social, não é suficiente um homem, pertencente à sociedade do Segundo Reinado, ter apenas uma economia conferida em bens ou rendas, mas também faz-se necessário, para se garantir um prestígio social, ter uma tradição, ou seja, ter um modo de vida, uma educação e uma origem fidalga. Para os que não conseguem conciliar tais condições como, por exemplo, Mateus, um dos habitantes de Itaguaí, resta-lhe chamar a atenção da vizinhança com a sua suntuosa casa e, pelo que se podia ver pelo lado de fora, o seu interior através da porta e das janelas abertas: a sua mobília importada da Hungria e da Holanda. Assim, apesar dos laços de dependência do “trapézio” com a “pirâmide”, também havia conflitos entre eles. De fato, a casa nova de Mateus é tratada com desdém pela gente ilustre da povoação, apesar de também despertar-lhe inveja, porque ela é “[...] *mais grandiosa do que a Casa Verde, mais nobre do que a Câmara*” (FAORO, 2001, p. 15-16). Dessa passagem, Faoro (2001, p. 16) chama-nos a atenção para o contraste entre a classe, representada por Mateus, e o estamento, alegorizado pela *gente ilustre*, uma vez que esta última, por estabelecer a ordem política, “[...] *impede, obscurece, denigre a classe, com suas riquezas e pompas*”.

Feito essas considerações, no momento, podemos afirmar que Faoro (2001), a partir de sua obra, cumpre com o seu propósito, no qual as duas figuras geométricas, que fazem parte do título, colocam em evidência a conciliação e o contraste da sociedade do Segundo Reinado. De fato, as figuras geométricas, ora superpostas, pelo conflito de interesses entre a classe e o estamento, ora combinadas, pela relação recíproca de dependência, traduzem o quadro social do Segundo Reinado. No entanto, Faoro (2001) parece perder de vista, por exemplo, ao analisar *O Alienista*, a relação que há entre Machado de Assis e as questões políticas mais amplas de sua sociedade. Por trás da casa nova e da mobília importada de Mateus, também estava a sua loucura, um sintoma que governa o seu comportamento pela necessidade de aproximação com o modo de vida da aristocracia européia. Nessas condições, a insensatez de Mateus e de outros personagens, conforme é percebida por Bacamarte, o médico de Itaguaí, abre possibilidades para Machado de Assis refletir, também, até que ponto é possível adotar costumes e valores da Europa para posicionar o Brasil no caminho do progresso e da civilização. De certa maneira, quando se trata de *O Alienista*, Faoro (2001)

direciona a sua leitura apenas para os detalhes individuais de cada um dos personagens, segundo o contexto histórico da coexistência entre a classe e o estamento.

Em 1976, Lima (1991), também um estudioso da teoria literária, investigou o significado histórico de *O Alienista*. Apesar de trabalhar na mesma área de pesquisa que Schwarz (1977), Lima (1991), a partir de seu texto, intitulado **O palimpsesto de Itaguáí**, direcionou a sua atenção para o método organizado por Machado de Assis para criar palimpsestos, ao fazer política nas suas obras, mas sem deixar de lado a influência do romantismo. De certa maneira, a leitura que Lima (1991) faz de *O Alienista* acrescenta algumas informações e que não são mencionadas no estudo de Schwarz (1977) e de Faoro (2001), uma vez que estes não tratam das implicações desse conto para sociedade do Segundo Reinado. Em outras palavras, nem Schwarz (1977) e nem Faoro (2001) se preocupam em compreender como *O Alienista* é recepcionado por outros intelectuais do Segundo Reinado e como funciona o intercâmbio intelectual de Machado de Assis com outros letados contemporâneos.

A partir de *O Alienista*, Lima (1991) discute três questões. A primeira trata do significado da frieza, do pessimismo, da indiferença de Machado de Assis em relação ao seu envolvimento nas questões políticas de sua época. Ora, para esse estudioso, aquele escritor não ficou indiferente aos problemas políticos de sua época, conforme denunciou Romero. De fato, Lima (1991) argumenta que Romero não percebe um detalhe importante: que há na literatura de Machado de Assis, “[...] *uma verdadeira política do texto consistente em compor um texto aparente*” (LIMA, 1991, p. 1). Em outras palavras, para esse autor, Romero não foi capaz de perceber que Machado de Assis escondeu as suas intenções políticas, marcadas pela ironia e pelo ceticismo, nas “rasuras” realizadas na versão do primeiro texto para que um segundo encobrisse as palavras apagadas anteriormente. Daí, Lima (1991) sugere que o palimpsesto machadiano funciona como uma política de texto eficaz, porque ela é capaz de atrair os interesses de leitores “cultos” pela sua aparente trama inofensiva, constituída de personagens com pequenos vícios. No entanto, apesar da impressão tipográfica apagar um texto “primeiro” com a impressão do “segundo”, os traços daquele continuam presentes na literatura de Machado de Assis. Assim, Lima (1991, p. 1) aponta uma de suas primeiras conclusões:

O palimpsesto machadiano assim respondia à conjuntura específica de uma sociedade em que a atividade intelectual era quase sinônima de pecado solitário. Por isso o exercício intelectual no tempo de Machado consistia, e nisso pouco

mudamos, em fazer de conta que se pensava, em fingir-se que se admirava a inteligência, quando, em verdade, dela se fugia mais que o diabo da cruz.

Nessa passagem, Lima (1991), ao estudar *O Alienista*, aproxima-se da leitura de Schwarz (1977), ao perceber que um escritor, pela necessidade de sobrevivência, trabalha, na maioria das vezes, com convicções contrárias as que ele defende. De fato, se é verdade que Machado de Assis, durante o Segundo Reinado, criou palimpsestos para criticar e sobreviver aos padrões morais de uma sociedade de cor branca e hostil em relação aos negros e mulatos, no Segundo Reinado, também os escritores de militância política, filiados a esquerda marxista, contrária à Ditadura Militar, lançavam mão de suas estratégias políticas para sobreviverem conforme a regra moral dessa época.

A segunda questão diz respeito à discussão em torno dos trabalhos de outros intérpretes de Machado de Assis. Nesse momento, Lima (1991) percorre estudos que vai de Romero a Maya, cuja preocupação é discutir, em linhas gerais, as significações de *O Alienista* e de como outros estudos podem ser desenvolvidos, à luz de várias leituras possíveis, ainda que o palimpsesto machadiano oculte o “primeiro” texto com a impressão do “segundo”. Assim, estudos direcionados para a identificação e as razões de *pequenos indícios* desse “primeiro” texto vêm ocupando a atenção dos intérpretes de Machado de Assis. As obras de Machado de Assis, a partir de seu pessimismo, podem ser percebidas como uma das questões centrais, e que vem sendo discutidas desde o final do século XIX e meados do século XX.

Conforme aponta Lima (1991), o pessimismo de Machado de Assis é percebido por Romero como uma reação do escritor, por este não se identificar com o seu povo. Nessas condições, o descompasso entre Machado de Assis e os avanços intelectuais, promovidos pela sua sociedade, são responsáveis pela “pobreza” de suas letras, ou seja, segundo Romero, Machado de Assis demonstra em suas obras a sua “incapacidade” em acompanhar as novas tendências literárias de sua sociedade, fundamentadas no Positivismo e no Darwinismo Social, entre as décadas de 1870 e 1880. No entanto, Alencar (1991) distancia-se da leitura de Romero ao defender que o pessimismo, e até a indiferença política de Machado de Assis, é provocado por decorrências patológicas. No caso de Pereira (1991) e Pujol (1991), a patologia é válida para compreender a escrita pessimista de Machado de Assis, mas desde que considerasse também a sua articulação com a descrença na moral de sua época. Dessas várias leituras, Lima (1991, p. 2) percebe três correntes:

[...] pessimista porque não identificado a seu povo (Sílvio Romero) – pessimista porque epiléptico (linha psiquiátrica) – pessimista porque descrente na vitória moral, embora, em termos pessoais, fosse amigo dos amigos e dedicado ao trabalho e à família (A. Pujol, L. M. Pereira).

Contudo, Lima (1991) identifica na leitura de Maya (1991) e inclusive na de Gomes (1991) um distanciamento das três correntes que explica o pessimismo de Machado de Assis. Nessas condições, esses estudiosos são considerados, conforme a opinião de Lima (1991), os primeiros a realizarem interpretações de qualidade sobre o humor na obra de Machado de Assis. Ao invés de partir da biografia de Machado de Assis, Maya (1991) e Gomes (1991) detêm-se no humor do escritor. Mas, é na leitura de Maya (1991) que Lima (1991) dedica uma maior atenção. A partir de seu texto, publicado em 1912, intitulado **Na Casa Verde**, Maya (1991) afirma que o humor, trabalhado a partir de *O Alienista*, por Machado de Assis, exerce o papel de combate contra o conjunto de crenças de sua sociedade, indo do aspecto religioso ao científico. Por isso, o riso machadiano, ao mesmo tempo em que desperta o divertimento do leitor, também dessacraliza a autoridade religiosa e científica do conhecimento, uma vez que esse gesto alegorizado declara a morte dessas crenças, de maneira sutil e reservada. Nessa perspectiva, quando se discute humor, na literatura de Machado de Assis, significa considerar que a sua sátira, registrada pela ponta de sua pena, trava uma “batalha” contra um conjunto saberes e crenças considerado sagrado pelos letados de sua época. Portanto, de acordo com a opinião de Lima (1991), Maya (1991) procura entender o humor de Machado de Assis por um caminho adequado. Dessa maneira, Lima (1991) defende que é possível desenvolver leituras mais fecundas que tratem do significado do humor de Machado de Assis, e de como este é trabalhado em *O Alienista* e em outras de suas produções literárias. Esse caminho, trabalhado por Maya (1991), contesta e responde a indignação irritada de Romero (1897, apud Lima, 1991, p. 2): “[...] como admitir que alguém, em uma nação jovem e solar, viva da morte das crenças?”. Além disso, as influências de escritores estrangeiros, valorizadas por Machado de Assis, passam a não ser mais percebidas como uma prova apenas de um mimetismo e de uma dependência cultural, mas como uma possibilidade de sua procura por um estilo literário particular.

A leitura de Gomes (1991), que também trata de *O Alienista*, é mencionada de maneira rápida nos estudos de Lima (1991). Apesar disso, Lima (1991) chama-nos a atenção para a problematização de Gomes (1991) direcionada para o questionamento da base literária de Machado de Assis, no qual este busca inspiração em um texto de Swift, intitulado **A Serious**

and useful scheme to make an hospital for insanes, para discutir os limites da razão e da loucura. De acordo com a leitura feita por Lima (1991), Gomes (1991) demonstra sua dúvida em relação a essa suposta inspiração que Machado de Assis procura em Swift, ao escrever *O Alienista*, uma vez que, nesse conto, loucura e razão se confundem, ocasionando o desaparecimento de suas fronteiras. Em síntese, Gomes (1991) é a favor da discussão singular que Machado de Assis realiza, a partir de *O Alienista*, ao tratar da loucura e da razão, superando, desse modo, o ensaio de Swift.

Contudo, não temos como saber qual caminho percorre Swift para discutir a loucura, porque Lima (1991) não coloca em evidência a idéia central de seu texto. Apesar disso, acreditamos que a leitura de Maya (1991) e de Gomes (1991), enfatizada por Lima (1991), possibilita compreendermos apenas parte do significado que tem *O Alienista* para Machado de Assis. De certa maneira, ainda que o próprio Lima (1991) tenha demonstrado que Machado de Assis é um criador de palimpsestos, e de que esse caminho represente uma opção de sobrevivência, segundo a sua necessidade de se acomodar às boas maneiras de uma sociedade hostil, quando se trata de lidar com intelectuais contrários a certos aspectos da ordem cultural, no Segundo Reinado, é necessário realizarmos algumas considerações. Ora, em nenhum momento do seu texto, Lima (1991) coloca em destaque a relação que há entre a produção literária de Machado de Assis com a sua condição de mulato e autodidata, e muito menos como se processa a influência do Romantismo no seu estilo literário. Essa nossa observação também é válida para Maya (1991) e Gomes (1991), uma vez que ambos dedicam os seus estudos apenas para o significado do humor e de como Machado de Assis relaciona loucura e razão, conforme sugere a trama de *O Alienista*.

O Alienista discute razão e loucura, segundo a leitura de Maya (1991), na qual Lima (1991) se ancora com maior dedicação, a partir da relação de ambas com o “humorismo transcendental” de Machado de Assis, isto é, para esses intérpretes de Machado de Assis, *O Alienista* expressa o riso diante dos “grilhões”, construídos pelo segmento letrado da sociedade do Segundo Reinado, os “dirigentes” e “guardiões do saber”, que confinam a sociedade brasileira à “fatalidade determinista”. Desse modo, apesar de Lima (1991) dedicar o seu estudo ao significado que tem a relação entre razão e loucura, segundo as atitudes apenas de Bacamarte, de dona Evarista e do barbeiro Porfírio, acreditamos que ele se distancia da interpretação apoiada na linha psiquiátrica e que atribui à loucura de *O Alienista* um aspecto patológico. De fato, Lima (1991) aproxima-se da leitura de Schwarz (1977), mas também a supera. Para Lima (1991) a ciência e o poder, alegorizado por Bacamarte e pela sua relação

com Dona Evarista e o barbeiro Porfírio, dependem de dois aspectos: o técnico e o ideológico. A partir daí, Lima (1991) trabalha com a terceira e última questão.

De acordo com Lima (1991), interpretar o significado da relação entre a ciência e o poder, em *O Alienista*, isolando o aspecto técnico e o ideológico, só permite descrever as ações dos personagens, assim como não há possibilidade de avaliar criticamente os seus discursos, e de como essas ações se articulam com a maturidade de Machado de Assis, enquanto escritor, para pensar a sociedade do Segundo Reinado. Nessas condições, a técnica consiste no estilo de discurso dos personagens e a ideologia, por sua vez, é o conjunto de idéias que governam os comportamentos e as linguagens desses personagens. Ao que tudo indica, Machado de Assis realiza, em *O Alienista*, uma “vontade de poder” em função de seu interesse de criticar a oratória inflamada dos letrados de sua época através de Bacamarte. Assim, Lima (1991) parte da premissa de que o tema central de *O Alienista* é a loucura, mas ela só é compreensível pela sua relação com três variáveis: ciência, linguagem e poder; e não apenas com duas variáveis, conforme considera Schwarz (1977). A linguagem é acrescentada para se pensar a ciência no Brasil do século XIX, e no poder que esta última confere a Bacamarte, porque ambas só funcionam conjuntamente pela observação e com discursos, durante toda a trama.

Além disso, Lima (1991) é um dos primeiros intérpretes de Machado de Assis a trabalhar com uma das obras de Foucault (2005), **História da loucura**, para refletir sobre o significado da loucura, em *O Alienista*. Trata-se de uma reconstituição arqueológica da loucura pelo discurso de Bacamarte, ou seja, Lima (1991) ancora-se, de maneira breve, na leitura de Foucault (2005) para perceber como Bacamarte lida com os vários loucos de Itaguaí, pelo seu poder de discurso, para classificá-los e, pela sua observação, para confiná-los na Casa Verde. Com isso, Lima (1991) procura explicar porque os loucos de Itaguaí não se acomodam em um único modelo de comportamento. Segundo Foucault (2005), a loucura nem sempre foi uma des-razão e muito menos um sintoma patológico, ela é produto do papel que a razão assumiu, na cultura ocidental, de ser o princípio condutor de todo o pensamento intelectual, ao ter sido separada da irracionalidade, durante a Idade Clássica. Assim, se, a partir de *O Alienista*, a loucura tem vários significados, é porque ela é tratada, por Machado de Assis, como alegorias de certos costumes e valores do Segundo Reinado, e não como uma enfermidade.

No final da década de 1980, mais um trabalho abre outras possibilidades para interpretar *O Alienista*. Trata-se da obra **A razão cética: Machado de Assis e as questões do seu tempo**, de Muricy (1988), que ao se distanciar das pesquisas que precedem a sua,

identificadas pela sua filiação à linha marxista, weberiana e até mesmo à foucaultiana, centra-se apenas na leitura que procura compreender a relação que há entre razão e loucura pelo campo do discurso. Para Muricy (1988), alguns dos romances e contos, de Machado de Assis, colocam em evidência a sua crítica em relação à sociedade do Segundo Reinado, uma vez que a sua linguagem literária possibilita perceber como se dá o processo de racionalização da burguesia européia, incorporada pelo Estado brasileiro, através da aplicação de uma estratégia controladora do social pela medicina. Estabelecendo um cruzamento de idéias entre a obra de Foucault (1979), intitulada **Microfísica do poder**, com os trabalhos de dois de seus intérpretes, no Brasil – **Ordem médica e norma Familiar**, de Costa (1989), e **Danação da norma**, de Machado (1978) –, Muricy (1988) procura responder aos motivos da razão cética de Machado de Assis, indagados por Romero. Desse modo, *O Alienista* é contemplado no estudo dela, especificamente no capítulo 2, intitulado *As desventuras da razão*. Nessa parte, Muricy (1988, p. 36) faz a seguinte leitura:

[...] à positividade experimental, aos altos ideais humanitários do saber psiquiátrico e à sua suposta vinculação com os princípios universais da razão – vínculo que legitimava, no discurso médico, a intervenção da psiquiatria no social – que a narrativa ganha sua inteligência mais requintada.

Assim, Machado de Assis rir das certezas do cientificismo e de sua apologia ao progresso, acolhido pela corte, a começar pela adoção dos valores da modernidade européia, inclusive do saber médico francês. Segundo Muricy (1988), o principal motivo está no lugar social a que pertence Machado de Assis, conforme a ciência o classifica e a elite o confina: mulato e de origem social “inferior”. Daí, na opinião dela, a biografia assume uma importância necessária para entender os motivos que induz Machado de Assis a “vingar-se” da elite, ao avaliá-la, com ceticismo e crítica, a partir de sua literatura, o “[...] ‘novo tipo de civilização’, à ‘nova concepção moral relativa ao triângulo amor, casamento e família’ [...]”, que a ciência médica impõe no seu cotidiano (MURICY, 1988, p. 17).

Apesar de considerarmos necessária a relação que há entre a biografia de um escritor com a sua obra literária, a nossa leitura se distancia do caminho optado por Muricy (1988). O fato é que Muricy (1988) parece trabalhar com a leitura foucaultiana, especificamente no que toca à questão da *microfísica do poder*, deixando escapar que Machado de Assis, através de sua literatura, procura se acomodar as condições socioculturais da corte, durante a segunda metade do século XIX. Não é por acaso que a crítica realizada por Machado de Assis, em relação à História do Brasil, organizada pelos membros do IHGB, bem como ao programa de

literatura, divulgado pela “geração de 1870”, são caminhos escolhidos por ele para participar do intercâmbio intelectual, no Segundo Reinado. A preocupação do escritor de ser aceito como mulato, no círculo intelectual do Rio de Janeiro, é evidente, já no início de sua carreira de jornalista, quando trabalha no *Espelho*, em 1859, ao se identificar, durante a sua crítica em relação a uma peça teatral, intitulada *O Escravo Infiel*, com a seguinte passagem:

Em todo o drama o auctor procurou dar ao negro uma linguagem adequada; entrecabiu em um erro visível. Muitas pessoas que fallam com o escravo usam sempre de um phraseado de salão a que o negro responde com conhecimento e precisão. **Ha uma phrase lindíssima, entretanto, d'esse mesmo negro. - Eu sou negro mas as minhas intenções são brancas!** (ASSIS, 1944, p. 152, grifos nossos).

A admiração de Machado de Assis pela fala do personagem leva-nos a pensar que a sua condição de mulato não o deixa constrangido diante de seus leitores, ao mesmo tempo em que busca ascender socialmente pela sua literatura, conforme as condições estabelecidas por uma cultura organizada pela elite de cor branca e cosmopolita.

É verdade que, entre 1859 e 1882, Machado de Assis passa por mudanças no seu estilo literário, e isso se deve a sua preocupação de organizar uma estratégia de escrita reflexiva, irônica e cética para se relacionar com os seus leitores, inclusive marcado pela sua experiência de vida e pela influência da literatura estrangeira. Mas, em nenhum momento, Machado de Assis demonstra, a partir de *O Alienista*, um desconforto, por intermédio de seus personagens, por ser mulato. Nesse sentido, acreditamos que um dos motivos, responsável por inspirar Machado de Assis a escrever *O Alienista*, está no seu desentendimento com a sociedade de sua época, no que diz respeito às divergências de idéias assumidas em oposição a algumas idéias de Varnhagen, de Capistrano, de Romero e até mesmo de D. Pedro II acerca da organização de uma identidade nacional, a partir da História do Brasil e da literatura nacional, e de como eles, assim como os demais freqüentadores da corte, aceitam, sem restrições, o triunfo da cultura européia no Brasil.

Nesse sentido, não podemos perder de vista que o saber científico europeu, apreciado por nossos intelectuais, no Segundo Reinado, ao mesmo tempo em que aceitam Londres e Paris como centros hegemônicos da civilização, também confina negros e mulatos a uma condição social e cultural “inferior”, e de que estes são responsáveis pelo “atraso” econômico do Brasil. Isso significa que Machado de Assis, ao assumir publicamente a sua condição de mulato, a partir de 1859, quando idealiza um lugar social de aceitação e prestígio, problematiza essa condição, mas com dissidência, em meados dos anos de 1870, até, enfim,

adotar com influência hegemônica, nos seus contos e romances, o ceticismo como uma fundamentação da sua ficção. Em outros termos, entre o ano que inaugura os seus primeiros passos na carreira de jornalista, a partir de 1859, até a data em que publica o seu ensaio, intitulado *A Nova Geração*, em 1879, Machado de Assis joga de acordo com as regras políticas dos intelectuais da corte, do Segundo Reinado, com o propósito de se integrar à ordem cultural predominante, defendendo, sutilmente, uma possível coexistência entre brancos, negros e mulatos, desde que estes últimos provem a sua competência nas profissões que garantem prestígio a um homem do Segundo Reinado: a de escritor e político. Porém, após começar a sofrer duras críticas de Romero, a partir do início da década de 1880, Machado de Assis abandona essa proposta. Por isso, acreditamos que a publicação de *O Alienista* pode ter contribuído para a inauguração de um estilo pessimista na literatura de Machado de Assis.

Com essa perspectiva, concordamos com um dos posicionamentos de Muricy (1988), uma vez que o ceticismo, na literatura machadiana, é organizado na sua relação com a dimensão crítica, e que ambas podem ter os seus significados esclarecidos pelo estudo das transformações que ocorrem no seu estilo de escrita, de acordo com cada momento de sua vida. No entanto, ao discutir a literatura de Machado de Assis, amparado nas idéias da obra **Um mestre na periferia do capitalismo**, de Schwarz (1990), Muricy (1988) insiste em demonstrar como se processa a denúncia que Machado de Assis faz, na medida que ocorrem transformações de sua moral e de seu estilo literário, acerca do discurso liberal da política brasileira que legitima, sob a autorização do Estado, a aplicação de uma medicina higienista capaz de diminuir o poder político e de enfraquecer com a autonomia moral da família patriarcal.

Assim, a principal preocupação da obra de Muricy (1988) é confirmar, na literatura de Machado de Assis, o funcionamento dos mecanismos de normalização da vida social brasileira, conforme sugere a leitura de Foucault (1979) e de seus intérpretes no Brasil. Inclusive, é no confronto da interpretação marxista com a foucaultiana que *O Alienista*, enquanto fonte histórica, assume um destaque ainda maior na historiografia. De fato, ao seguir de perto também alguns dos caminhos de Schwarz (1977), Patto (1994), a partir do seu texto **Teoremas e cataplasmas no Brasil Monárquico: o caso da medicina social**, publicado em 1994, critica estudos inspirados nas idéias de Foucault (1979) que tratam de investigar as relações entre ciência e poder, no contexto histórico do Brasil, durante o Segundo Reinado. De início, a autora faz uma síntese da obra **Ordem médica e norma familiar**, de Costa (1989), e **Danação da norma**, de Machado. Se, por um lado, o primeiro

focaliza a sua análise no papel político das ações médicas que teriam corrido no interior das famílias burguesas, por outro, o segundo centraliza-se na análise das medidas de saneamento do espaço urbano a partir das práticas políticas discretas de controle social, no Rio de Janeiro. E, em seguida, Patto (1994) aponta certos equívocos dessas interpretações ao discutir o contexto histórico de Machado de Assis e as suas intenções ao escrever *O Alienista*.

Costa (1989) trabalha com o conceito *microfísica do poder*, de Foucault (1979), para entender como os habitantes da corte, inclusive as famílias burguesas, eram disciplinados através das técnicas normalizadoras, higienistas e psiquiátricas, oriundas do saber médico a serviço do Estado. As razões para isso foram: os focos de insubordinação contra a autoridade da Coroa portuguesa, que eclodiram nas cidades brasileiras no final do século XVIII; a chegada da Família Real, no início do século XIX, que teria ocasionado problemas demográficos e exigido um novo ritmo econômico subordinado aos interesses do capitalismo europeu, exclusivamente o inglês; e os crescimentos desordenados das cidades sob a interferência dos mandonismos da aristocracia rural. Contudo, Patto (1994) contesta essa interpretação de Costa (1989), que constrói a imagem do Rio de Janeiro oitocentista como uma cidade disciplinada e higienizada. Para isso, ela discorre sobre o descompasso que há entre o Brasil e a Europa, a fragilidade do conhecimento da medicina e dos limites de sua aplicação, bem como as péssimas condições de higiene do Rio de Janeiro na época que Machado de Assis escreveu *O Alienista*.

Patto (1994) toma como referência teórica o *materialismo histórico* e adota, como eixo temático, as *idéias fora do lugar*, de uma obra de Schwarz (1990), intitulada **Ao vencedor as batatas**, para discutir sobre a diferença de ritmo cultural entre o Brasil e a Europa, no século XIX, inclusive a partir de *O Alienista*. Ela se opõe às idéias de Costa (1989) e de Machado (1978) ao encaminhar o seu estudo através de *o quê* e *como* intelectuais e outros freqüentadores da corte adotava certos costumes e valores de Londres e Paris, como referências do progresso e da civilização.

A pretensão da intelectualidade do Rio de Janeiro e de outras cidades em tentar posicionar o Brasil na direção do progresso e da civilização também influenciou a nossa frágil medicina. Patto (1994) chama a atenção para os cuidados ao estabelecer o paralelo entre o Brasil e a França no que diz respeito ao entendimento que se deve ter da relação entre a política de saúde e o capitalismo industrial. É verdade que, em Paris, entre a segunda metade do século XVIII e durante o século XIX, o Estado passou a intervir no meio familiar através de uma política médica, tanto psiquiátrica quanto higienista, cujo intuito foi o seu controle, pela moral e pela ciência, com finalidades econômicas. Em outras palavras, o Estado

preocupou-se em cuidar da saúde do grande contingente de famílias pobres que circulavam livremente nessa capital européia com o objetivo de engajá-las nas fábricas para satisfazer às necessidades da produção de manufaturas.

Todavia, não é possível confirmar esse tipo de experiência histórica da França na mesma proporção e ritmo no Brasil. Isso se deve ao fato de que

O Brasil imperial é nação periférica especializada na agricultura de exportação que tem como centro de gravidade o mundo rural. Sua desruralização será um processo lento, ainda incompleto nos anos de 1930. [...] A criação de indústrias é mais principiante ainda. A esse respeito, os historiadores são unâimes: nem mesmo na Primeira República se pode falar em industrialização do país. O “Estado Moderno, voltado para o desenvolvimento industrial”, que requer o controle demográfico e político da população não é, portanto, o Estado brasileiro do segundo imperador (PATTO, 1994, p. 100).

É, nesse contexto histórico, que Patto (1994) discute sobre a característica e o desempenho da medicina no Brasil. Ainda que a nossa medicina do Segundo Reinado fosse influenciada pelo modelo francês, ela se limitava em ser teorizada nas Faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia, ao reconhecer a importância da higiene física, moral e sexual da criança, do adolescente e da mulher, apontando, também, para questões relacionadas à insalubridade das casas, à dissipação dos cortiços e à ausência de saneamento do espaço urbano. E, na prática, a nossa medicina que prevalecia era realizada por barbeiros, boticários, aprendizes, anônimos, algebristas, curandeiros, entendidos etc., uma vez que havia poucos médicos, devidamente licenciados, a serviço dos representantes da Coroa, no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras. Inclusive, os hospícios, asilos e orfanatos não estavam a serviço dos interesses do Estado no sentido de auxiliar o médico no controle higienista. Os mentores dessas instituições cuidavam dos doentes, visitavam presos e alimentavam os famintos, de acordo com os preceitos da Irmandade de Misericórdia, ou seja, praticavam a caridade balizada pela moral religiosa ao invés de controlá-los pelas técnicas de normatização da medicina higienista irradiada pela política legal de intervenção do Estado Imperial.

E, se não é possível confirmar uma medicina brasileira tão eficaz quanto à francesa, a partir da *microfísica do poder*, durante o Segundo Império, o que dizer das condições de higiene no Rio de Janeiro no tempo em que Machado de Assis publicou *O Alienista*? Segundo Patto (1994), eram insalubres. A idéia de higiene importada da Europa já circulava nos meios intelectuais brasileiros, porém são várias as comprovações de que ela não foi aplicada na mesma época, com a mesma proporção e com a mesma intenção como ocorreu na França, uma vez que, no Rio de Janeiro, as praias eram sujas, pois eram locais de despejo de

excremento e de lixo das casas e das ruas, e que também atiravam bichos e negros mortos por lá; não havia rede de esgoto, e isso era motivo comum da má impressão causada entre franceses e ingleses que visitavam o Rio de Janeiro para prestação de serviços comerciais.

Dessa maneira, a crítica de Patto (1994), em relação à tese de Costa (1989), aponta para outra direção: a circulação teórica e não prática das idéias higiênicas importadas da Europa pelos intelectuais brasileiros. Dessa maneira,

Pesquisas recentes têm mostrado que o principal móvel das reformas realizadas no Rio, nesta época, não foi político, mas *econômico*: além de facilitarem a circulação das mercadorias, as obras públicas realizadas na cidade implicavam concessões estatais que engordavam o capital de empresas importadoras, construtoras e imobiliárias nacionais e estrangeiras pelo superfaturamento das obras, pela especulação imobiliária e pela oferta de vantagens fiscais que resultavam em lucros astronômicos, para não falar do aumento das fortunas dos próprios governantes (PATTO, 1994, p. 106, grifo da autora).

Apesar da circularidade das idéias higiênicas da burguesia urbana européia nos meios intelectuais brasileiros, como se já não bastasse a quantidade insuficiente de médicos higienistas autorizados, o próprio Estado Imperial não oferecia o amparo político e econômico necessário para eles atuarem com eficiência. Além disso, é interessante observarmos que Patto (1994) dá maior atenção às idéias de Costa (1989) ao criticar a possibilidade de trabalhar com a *microfísica do poder* para ler o tipo de medicina, a sua aplicação e as condições de higiene que circulam no Rio de Janeiro oitocentista de Machado de Assis e em outras principais cidades brasileiras. É óbvio que a sua preferência, em detrimento às de Machado (1978), bem como o caminho escolhido não é aleatório. De acordo com Certeau (2002, p. 72),

Ao “nós” do autor corresponde aquele dos verdadeiros leitores. [...] Como o aluno de outrora falava à classe tendo por detrás dele seu mestre, uma obra é menos cotada por seus compradores do que por seus “pares” e seus “colegas”, que a apreciam segundo critérios científicos diferentes daqueles do público e decisivos para o autor, desde que ele pretenda fazer uma obra historiográfica. Existem as *leis* do meio. Elas circunscrevem possibilidades cujo conteúdo varia, mas cujas imposições permanecem as mesmas. Elas organizam uma “polícia” do trabalho. Não “recebido” pelo grupo, o livro cairá na categoria de “vulgarização” que, considerada com maior ou menor simpatia, não poderá definir um estudo como “historiográfico”. Ser-lhe-á necessário o ser “acreditado” para aceder à enunciação historiográfica.

Seguindo ainda de perto as idéias desse historiador, é considerada uma obra de valor aquela aceita pelos seus pares que instituem regras, qualificando-a através do conjunto de operações identificadas pela sua problematização, pela sua fundamentação teórica, e, ainda, quando ela abre possibilidades para novas pesquisas. Apesar de ambos falarem de lugares

sociais distintos, uma vez que Costa (1989) é psiquiatra e Patto (1994) é psicóloga, há uma questão comum que centraliza a atenção de seus trabalhos: estudar o saber científico, como um símbolo da civilização e do progresso que instaura verdades e provoca implicações, na sociedade brasileira, sejam estas a partir de uma medicina, que é idealizada por uma prática que não existe, ou pela sua especulação.

De certo modo, através desse tema comum, mas que se envereda por interpretações divergentes, Patto (1994) estabelece um convite provocativo a um embate entre seus pares, no que toca ao tema ciência e poder e a sua relação com a História do Brasil. A partir das razões aludidas aqui, Patto (1994) critica a leitura foucaultiana de Costa (1989) e de Machado (1978) como um caminho possível e seguro sobre o papel político dos médicos e da superação dos problemas da falta de higiene no Rio de Janeiro oitocentista. Mas, se esses intérpretes de Foucault (1979) são criticados por Patto (1994), então, é coerente fazermos a seguinte pergunta: ela também não estaria criticando sutilmente a interpretação de Muricy (1988) sobre *O Alienista*? A partir de sua discussão do significado que tem “*bacamarte*”, termo que inspira Machado de Assis a colocá-lo como sobrenome do alienista, temos a resposta:

O nome do alienista – bacamarte, uma arma de fogo – tem sido tomada como prova da intenção de Machado de dar relevo à violência contida na prática da psiquiatria. É improvável, no entanto, que em 1881 o autor de *Papéis Avulsos* estivesse denunciando o poder político da medicina. Sabe-se, entre tantos outros fatos que lançam dúvida sobre essa tese, que foi só em 1884 que a psiquiatria compareceu nos currículos das Faculdades de Medicina; que o primeiro médico psiquiatra a ocupar o posto de diretor do Hospício D. Pedro II só o fez em 1886; que a primeira publicação especializada – os *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins* – é de 1905; que a aquisição pela Psiquiatria do estatuto de especialidade médica autônoma é de 1912 e que a lei federal de assistência aos doentes mentais só será promulgada em 1934 (PATTO, 1994, p. 109, grifos da autora).

Embora Patto (1994) não mencione diretamente que a sua interpretação sobre *O Alienista* também é uma crítica ao livro de Muricy (1988), parece saltar aos olhos, nessa passagem, essa preocupação. Logo, a revisão de Patto (1994) sobre o conto cumpre dois propósitos: identificar as intenções de Machado de Assis ao escrever esse conto, e demonstrar a impossibilidade de comprehendê-lo, ancorando-se nas obras dos intérpretes de Foucault (1979). Apesar de não ocupar o ofício de historiadora, Patto (1994) aponta para a incoerência cronológica do trabalho de Muricy (1988) e, ao mesmo tempo, chama-nos a atenção, de maneira sutil, para o mandamento número um dos historiadores: qualquer hipótese e conceitos apoiados em uma teoria só têm alguma validade quando as condições culturais, o tempo e o lugar das sociedades são respeitados.

Porém, quando se trata de discutir os possíveis motivos que induz Machado de Assis a escrever *O Alienista*, discordamos em parte da leitura de Patto (1994). Na opinião de Patto (1994), Machado de Assis era epilético, gago e sem filhos e, por isso ironizava a medicina através do médico Simão Bacamarte em várias passagens do conto. Isso significa um acerto de contas que Machado de Assis estabelece com a medicina de sua época, porque esse saber não tem soluções para os seus problemas. Concordamos em parte com essa interpretação, pois é bem provável que Machado de Assis não tivesse simpatia pela medicina de sua época. De fato, durante o Segundo Reinado, esse saber médico e higienista se caracterizava muito mais por sua capacidade teórica, inclusive para identificar somente os problemas, do que para solucioná-los. Nessa perspectiva, acreditamos ser válida a leitura de Patto (1994), uma vez que há um problema comum entre Machado de Assis e o médico Simão Bacamarte: ambos não conseguem ter filhos. Ora, Patto (1994) é psicóloga, então, por um lado, é compreensível que ela articule a sua leitura de *O Alienista* com o seu lugar social de produção, isto é, com um lugar que “[...] se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam” (CERTEAU, 2002, p. 67). Nesse sentido, esse conto apresenta-se como um dos raros momentos que Machado de Assis, na condição de escritor maduro, permite que parte da sua vida pessoal se confunda com uma de suas histórias. Todavia, quando se trata de apontar a epilepsia e a gagueira de Machado de Assis (1994) dentre as razões que o motiva a escrever *O Alienista*, não percebemos confirmações seguras para essa consideração. A esse respeito, Massa (1971, p. 368) adverte-nos: “*atesta-se que êle gaguejava no fim da vida. Não se sabe em que data, exatamente, esta enfermidade se manifestou*”.

Apesar de Massa (1971) estabelecer um recorte cronológico bem mais delimitado – de 1855 a 1870 – com a intenção de estudar a biografia intelectual de Machado de Assis, a partir de sua juventude, distanciando-se, de certa maneira, do nosso trabalho, que vai de 1860 a 1882, acreditamos que essa passagem ilumina o nosso caminho, apontando para o equívoco de Patto (1994). De fato, com essa afirmação de Massa (1971) podemos estabelecer um acerto de contas com uma daquelas linhas interpretativas, identificadas no texto de Lima (1991), ao explicar a origem do pessimismo na literatura de Machado de Assis e do qual Patto (1994) parece compartilhar: referimos-nos à versão da linha psiquiátrica. Conforme já observamos, segundo a linha psiquiátrica, Machado de Assis é um escritor pessimista por causa de sua epilepsia. No entanto, ao continuarmos a seguir a interpretação de Massa (1971), mas ampliando-a para o início da década de 1880, é possível afirmarmos que Machado de Assis continua a participar da vida pública de maneira semelhante ao de sua juventude. Por

exemplo, se a *Petalógica*²⁷ e os saraus literários²⁸ que Machado de Assis freqüentava foram deixados para trás, juntamente com a sua juventude, não foi por causa de gagueira ou epilepsia. No início da década de 1880, conforme aponta Magalhães Júnior (1981), Machado de Assis, com 41 anos de idade, era um escritor destacado na corte. Nesse período, ele começou a publicar *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em folhetins, pela *Revista Brasileira*. A boa receptividade de sua literatura, por parte de críticos literários contemporâneos, com exceção de Romero, proporcionou a Machado de Assis, notoriedade e a importância cada vez maior, ao contribuir, no papel de escritor de peças de teatro, com a realização de eventos sociais na corte.

Machado de Assis contribuiu com as comemorações do tricentenário da morte de Camões, ao escrever a peça teatral, *Tu, só tu, puro amor*, inspirada em *Os Lusíadas*, e que foi apresentada para Dom Pedro II e a imperatriz Teresa Cristina, bem como para a elite em geral, no Teatro Pedro II. Inclusive, Dom Pedro II louvou a peça de Machado de Assis. Dessa maneira, quando se trata de discutir a biografia intelectual de Machado de Assis, é necessário considerarmos que a sua literatura se confunde com a sua vida política, aliás, ambas são duas faces de uma mesma moeda, uma vez que ele ocupa o cargo de Secretário da Agricultura, em meados dos anos de 1880, e as suas alegorias assumem uma importância cada vez maior para refletir e ironizar as condições de vida da sua sociedade, mas sem comprometer a sua ascensão social. Portanto, diante das atividades desempenhadas na sua vida pública, acreditamos na possibilidade de Machado de Assis não ter sido acometido de epilepsia e gagueira ou pelo menos de não ter sofrido prejuízo com elas.

Acreditamos que *O Alienista* pode ser resultado da insatisfação de Machado de Assis em relação a sua sociedade, porque essa, a começar pelo exemplo da “geração de 1870” e dos membros do IHGB, aceita, sem restrições, os costumes e valores europeus. Todavia, Morin (1998) nos chama a atenção para as implicações que há quando um indivíduo procura questionar o *imprinting cultural* de uma sociedade. Para Morin (1998), toda a idéia é identificada por uma sociedade como não-conforme, ou seja, como crença discordante, quando ela ameaça romper com os conformismos intelectuais. Essa situação é tratada pela sociedade de maneira repressiva ou intimidatória, uma vez que a sua normalização,

²⁷ Procuramos discutir a influência da *Petalógica* na vida e na literatura de Machado de Assis no segundo capítulo.

²⁸ Segundo Massa (1971), os saraus literários eram sociedades de pessoas cultas, comerciantes e empregados no comércio. Elas se reuniam nas residências de seus integrantes, cujo propósito era combater a indiferença do público do Rio de Janeiro, que só se entusiasmava com os espetáculos de ópera ou com as exibições de peças de teatros. Nessas ocasiões, os envolvidos, inclusive Machado de Assis, na década de 1860, liam as suas obras e poesias de outros autores, para serem apreciadas por um público limitado.

responsável por governar o seu *imprinting cultural*, silencia todo aquele indivíduo tentado a duvidar. De fato, a mesma sociedade que coloca Machado de Assis em destaque pelo seu talento literário, também o ameaça com o poder imperativo/proibitivo, ancorado no Positivismo e no Darwinismo Social, ao negar-lhe o direito de contrariar o conjunto de crenças oficiais, que reconhece o branco europeu como uma raça “superior” em detrimento do mulato e do negro. Isso significa que, se Machado de Assis aceita o convite para fazer uma peça de teatro para homenagear Camões, é porque ele aceita parcialmente o *imprinting cultural* do Segundo Reinado, por causa da sua necessidade de inclusão a um círculo de amizades que lhe dê um apadrinhamento político necessário para sua sobrevivência.

De certa maneira, Machado de Assis tinha consciência da fragilidade de seu lugar social, por ser mulato e autodidata. Essas condições ameaçam a sua carreira de escritor e político, a ponto de deixá-lo, não só constrangido, conforme é possível percebermos a partir das críticas que ele sofre de Sílvio Romero, mas também abalado emocionalmente. Um outro exemplo, digno de nota, é identificado por Magalhães Júnior (1981), quando, no ano de 1883, Araripe Júnior, jornalista, crítico literário e bacharel, procura defender Machado de Assis em carta destinada ao seu primo, o padre Carvalho. Ao que tudo indica, o padre leu os contos de *Papéis Avulsos* e identificou em uma delas, *A Sereníssima República*, uma sátira de Machado de Assis em relação à corrupção eleitoral que ocorre na província do Amazonas, entre os anos de 1869 e 1872, quando o Ministro da Justiça, José de Alencar, inclui o seu irmão, Leonel, na chapa conservadora, para concorrer a uma das vagas na Câmara dos Deputados, apesar deste nunca ter passado por lá e pelas dúvidas que se lançaram acerca da validade do seu título de bacharel, por parte de seus opositores. Esse jogo político de oposições desperta uma verdadeira batalha parlamentar entre José de Alencar, que procura interceder em favor da inclusão política de Leonel, e os deputados, arrastando-se por três anos, no qual leva o padre Carvalho a chamar esse acontecimento de “eleição de tartarugas”. Mas, apesar dessa possibilidade de interpretação de seu primo, Araripe Júnior a desconsiderou do seguinte modo:

Não tem razão em supor que o Assis lhe fizesse alusões nos *Papéis Avulsos*. O Assis é um homem que só ofende por engano, e basta que se lhe diga que todo mundo tomou tal conto como alusivo a F. ou B. para que ele não durma. Os seus últimos trabalhos incontestavelmente contêm acerbas críticas ao meio em que vivemos; mas tudo lhe resulta do espírito de generalização. Ora, há bem pouco tempo saiu na *Gazeta de Notícias* um conto seu em que se fala de um indivíduo atacado de uma moléstia, a que o autor deu o nome de lapso, e que consistia no esquecimento ou perda da noção da dívida. Uma fantasia originalíssima... Todos disseram logo que aquilo era com o L. Veloso. Pois bem: o Assis ficou para morrer. O tipo é comum na nossa sociedade, e nem posso crer que o chefe de sessão (sic)

da Secretaria de Agricultura pretendesse ofender um ministro da Coroa (ARARIPE JÚNIOR, 1883, *apud* MAGALHÃES JÚNIOR, 1981, p. 38-39).

Portanto, diante do envolvimento de Machado de Assis em eventos comemorativos, assim como de sua participação na vida política, ao ocupar o cargo de chefe de sessão da Secretaria da Agricultura, leva-nos a desacreditar na possibilidade da epilepsia e da gagueira o terem motivado a escrever *O Alienista*. Por ser um homem de vida pública, ao invés de optar por uma condição social que lhe assegurasse uma reserva, Machado de Assis procura trabalhar com alegorias nos seus contos e romances, como caminho necessário para burlar toda e qualquer censura que está ameaçado de sofrer, por causa de sua dependência com o sistema político do Segundo Reinado, em virtude do referido cargo que ocupa.

Ao procurar discutir *O Alienista*, no seu texto, intitulado **A História do Brasil em Papéis Avulsos de Machado de Assis**, a partir de informações que demonstram a sua relação com os outros contos de *Papéis Avulsos* e com *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Gledson (1998) demonstra como a ficção machadiana está caracterizada por vários sentidos atribuídos à História do Brasil. Logo, nesse estudo, Gledson (1998) coloca em evidência a principal questão responsável por motivar Machado de Assis a escrever *Papéis Avulsos*: trata-se da formação da identidade nacional. É claro que, segundo Gledson (1998), os leitores do Segundo Reinado não conseguem perceber tais intenções na literatura machadiana. Isso se deve à abordagem alegórica que Machado de Assis trabalha para evitar a exposição direta de seu posicionamento político, ao estabelecer uma relação estreita entre a literatura e a história. Nessa perspectiva, quando observamos o papel de *O Alienista*, durante a época de sua publicação, entre 1881 e 1882, fica-nos a impressão, de que a identidade do Brasil se revela pela identidade pessoal de cada um dos personagens envolvidos na trama. Para Gledson (1998), *O Alienista* e os demais contos, que fazem parte de *Papéis Avulsos*, reforçam a sátira de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, uma vez que todas elas têm uma lógica histórica que se completa, ao evidenciar, com alegorias, a ausência de figuras representativas e capazes de estabelecer uma identidade nacional. Dentro da tradição histórica brasileira, segundo aponta *Papéis Avulsos* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Dom Pedro I e José Bonifácio não conseguem assumir o papel de herói nacional. Por isso, Machado de Assis busca inspiração em figuras emblemáticas, como Simão Bolívar e Porfírio Díaz, para criar parte de seus personagens, cujo propósito é demonstrar “[...] o fracasso inevitável e a trivialização de grandes idéias no ambiente medíocre e pejado de clichês do Brasil” (GLEDSO, 1998, p. 27).

Gledson (1998), ao interpretar *O Alienista*, comprehende a diferença que há entre o tempo de sua narrativa, que se passa no final do século XVIII, com o tempo de Machado de Assis, a segunda metade do século XIX, como um caminho para pensarmos no nascimento da razão Iluminista, bem como no *porquê* e *como* ela chega na América Latina. Além disso, esse descompasso de tempo, para Gledson (1998), também sugere possibilidades para se pensar em uma “realidade” muito mais ampla, isto é, Gledson (1998) sustenta a hipótese de que o tempo da trama de *O Alienista* faz alusão não só à tomada da Bastilha, durante a experiência revolucionária de 1789, na França, mas também às revoltas que eclodem no Brasil, durante o período Regencial. Nesse sentido, trata-se de pensar como a razão iluminista é apropriada pelos nossos intelectuais, a partir de 1822, quando o Brasil lança-se na busca por sua identidade nacional, e de como as revoltas da Regência – dentre essas, a Balaiada (1839-1840), na província do Maranhão – reagem diante da ausência significativa de uma mudança política necessária para melhorar a vida dos homens pobres e livres e dos escravos. É com esse raciocínio que Gledson (1998) nos propõe interpretar a “revolta dos Canjicas” como uma alegoria aos movimentos sociais do período Regencial. Daí, que estudar *O Alienista* pressupõe discutir tanto questões políticas como filosóficas, pois esse conto apresenta como o poder, que tem as suas raízes no período colonial, é exercido no Brasil.

Então, é na fase colonial, conforme o entendimento de Gledson (1998, p. 27), que Bacamarte, recém-chegado de Coimbra, consegue “[...] ser rei em terra de cegos”. A “terra de cegos” é o Brasil e também a América Latina, alegorizada por Itaguaí, assim como Bacamarte pode representar Simão Bolívar, e Porfírio, o barbeiro e líder dos Canjicas, pode estar associado a Porfírio Díaz, de acordo com Gledson (1998), ao compartilhar das palavras de Faoro (1998) acerca de *O Alienista*, durante o Primeiro Congresso de Literatura Brasileira, em 1989. Essas relações, sustentadas por Faoro (1998), por mais ousado que possa ser, na opinião de Gledson (1998), merecem a nossa atenção, na medida em que Machado de Assis pode ter organizado o processo narrativo de *O Alienista* pensando não só na História do Brasil, mas também, a partir desse conto, para compreender qual é o lugar e o papel da América Latina frente ao contexto histórico internacional.

Apesar de ser um caminho válido para se interpretar *O Alienista*, Gledson (1998) não explica como se dá o processo de intercâmbio cultural entre o Brasil e as outras nações da América Latina com Londres e Paris, a partir dos personagens que são confinados na Casa Verde de Itaguaí. Ora, Gledson (1998) discute apenas os significados alegóricos do conto, a partir de Bacamarte e do barbeiro Porfírio. De fato, se é verdade que Machado de Assis tem uma lógica histórica impecável, então, será que o seu conto não tem algo a mais para dizer,

para além do significado dos dois personagens aludidos aqui? Nessas condições, a leitura de Gledson (1998), que trata de *O Alienista*, deve ser considerada como um importante ponto de partida. Portanto, apesar de ter se emancipado politicamente e economicamente de Portugal, o Brasil de Machado de Assis ainda continua a ser Colônia, só que dessa vez, da Inglaterra e da França, uma vez que as condições de seu desenvolvimento cultural, mas também de outras nações da América Latina, estão condicionadas por um conjunto de idéias científicas e de doutrinas econômicas que justificam a necessidade de as transformarem em consumidoras de manufaturas européias.

Em 1996, dois anos após a publicação do trabalho de Gledson (1998), Pesavento (1996) também procura interpretar *O Alienista*. Trata-se de um texto, intitulado **Com os olhos de clio ou a Literatura sob o olhar da História a partir do conto *O Alienista*, de Machado de Assis**, cujo propósito é compreender como *O Alienista* pode, historicamente, representar uma versão do passado, mas a partir de sua contextualização. E, para cumprir com a sua proposta, Pesavento (1996) divide a sua leitura em duas partes. A primeira procura discutir quais são as possibilidades de informações que uma literatura pode oferecer a um historiador, uma vez que este último, conforme exige o seu ofício, a partir de sua narrativa e de sua interpretação, procura construir uma versão plausível do passado. Nessas condições, a literatura passa a ser trabalhada não como uma simples fonte ou um somatório de informações a mais, capazes de se acomodar aos interesses do historiador, que deseja sistematizar o quadro geral de um contexto histórico amplo. A idéia aqui é entender o passado pela própria linguagem literária, ao invés de trabalhar com ela como uma informação de apoio para compreender certas lacunas que os “dados oficiais” apresentam, ainda que estes últimos sejam mais “seguros” na identificação de aspectos mais “precisos” do passado.

Quando se trata de identificar a diferença entre os “documentos oficiais” e a literatura, Pesavento (1996) dialoga com o conceito de sensibilidade de Febvre, ao interpretar a literatura, a partir de sua representação de mundo e do seu papel social. Trabalhar com literatura, na perspectiva de Febvre, pressupõe, ao historiador, não somente percebê-la como um registro do “clima” da época de sua circulação, mas também como um caminho pelo qual se divulga e socializa o sistema de valores, conceitos e noções que caracterizam a vida dos homens e os orientam nas suas práticas sociais. Contudo, Pesavento (1996) estabelece algumas condições, para que o historiador possa trabalhar com a literatura, pelo domínio da história cultural. Na primeira condição, ela dialoga com Chartier ao dizer que a literatura não mantém uma relação transparente com o “real”. De fato, a literatura posiciona-se como um referente do “real” por intermédio de modelos discursivos e delimitações peculiares para cada

situação de escrita. E isso exige do historiador, necessariamente, não tratar as ficções como um documento qualquer, capaz de refletir a “realidade histórica”, mas de considerar as suas especificidades enquanto texto localizado, a partir de suas relações com outros textos, e que procura construir uma representação, ao invés de uma descrição.

Dessa maneira, Pesavento (1996, p.110) conduz-nos para a sua segunda condição. Apesar de o texto literário ser tratado como uma construção historicizada e “[...] que se expressa por um conjunto de signos que comportam significados e coerências dentro do universo mental de uma época”, não se trata de identificar um “sentido oculto” nele, mas de compreendê-lo por uma lógica interna de sentido, organizada pelo autor, na sua época, e de como os seus leitores, por sua vez, podem atribuir-lhe outros significados. Esses pressupostos fazem parte de uma sugestão metodológica, e podem orientar o trabalho do historiador pelo domínio da história cultural. Adotar esse caminho pressupõe interpretar uma obra literária, pela organização de sua rede de significados, mas sem perder de vista a necessidade de cruzar as suas informações com outras que ele já possui, a partir de seu universo de referência. Isso significa que o historiador, ao optar por uma leitura sensível do passado pela literatura, não realiza uma operação passiva, porque ele lança mão de uma estratégia, obedecida pelo seu lugar social, para se aproximar “daquilo que foi” e, concomitantemente, construir novos significados. Inclusive, quando se trata de discutir a produção e recepção da literatura, Pesavento (1996) reforça a sua argumentação, ao tratar da diferença entre o cronista, o leitor qualquer e o historiador, a partir do ponto de vista de Benjamin (1996). Nessa perspectiva, o cronista não explica a história narrada, pois ele deixa esse papel para o leitor que, por sua vez, é livre para interpretar a literatura da maneira como deseja. Mas, o historiador obedece a uma estratégia de interpretação, apoiado na autoridade que lhe confere o conhecimento específico, ao enunciar a sua versão do “real”.

Todavia, as condições estabelecidas por Pesavento (1996) criam, no leitor, uma expectativa que, de certa forma, parece corresponder por completo a sua proposta. É que, na segunda parte do seu texto, ela aplica de maneira limitada as duas condições, quando se propõe a interpretar *O Alienista*. Ainda que as suas colocações sejam válidas, não há uma contextualização mais detalhada quando se trata de compreender a relação que existe entre a crônica de Machado de Assis, intitulada *A Nova Geração*, com *O Alienista*. Ora, se Machado de Assis critica a “nova geração de 1870”, então, quem são os seus representantes? Por que a “nova geração de 1870” apropria-se de certas idéias da geração científica das décadas de 1880 e 1890, ou seja, de Darwin, Comte, Renan, Heackel e Spencer, para substituir a “geração dos românticos”?

Essas questões colocam em evidência que Pesavento (1996) não realça a importância que há na discussão que Machado de Assis realiza com Capistrano, quando ironiza com as idéias de Romero e com a leitura acerca da História do Brasil, desenvolvido por Varnhagen, ao publicar, na *Gazeta de Notícias*, o seu ensaio *A Nova Geração*, em 1879, e *O Alienista*, entre os anos de 1881 e 1882. Esse aspecto, que tem relação com a biografia de Machado de Assis, não é discutido por Pesavento (1996), divergindo da proposta que pretendemos cumprir. Acreditamos que a relação entre certos momentos da vida de Machado de Assis e *O Alienista*, pode nos dar maiores detalhes do dinamismo cultural de sua época, na medida em que o seu processo criativo é tomado como um dos aspectos centrais a ser investigado. Essa postura metodológica exige, em nossa pesquisa, uma leitura antropológica, ou seja, esse caminho adotado no nosso trabalho procura entender o cosmopolitismo e a insensatez da corte, durante a segunda metade do século XIX, pelo processo criativo de *O Alienista*, mas orientado pelo *ponto de vista do nativo*, conceito trabalhado por Geertz (2001). Nessa perspectiva, ao interpretarmos *O Alienista* estamos considerando como a lógica de visão de mundo, o juízo de valor e a opinião política de Machado de Assis são organizados. Esse procedimento nos conduz a tratar *O Alienista* como produto da relação de Machado de Assis com as mudanças culturais que fazem parte de sua época, caracterizado por contradições constitutivas. As contradições constitutivas se referem à maneira como Machado de Assis se acomoda às oportunidades de trabalho que lhe são oferecidas, ao mesmo tempo em que ele critica a ordem cultural do Segundo Reinado, por causa do seu lugar social de mulato, autodidata e jornalista.

Portanto, Pesavento (1996) lançou mão da História Cultural para interpretar *O Alienista*, diferenciado-se da postura teórica dos intérpretes anteriores – Schwarz (1977), Faoro (2001), Lima (1991), Muricy (1988), Patto (1994) e Gledson (1998) –, apresentando, no seu estudo, pelo menos, duas novidades. A primeira delas trata-se de reconhecer a importância que o Rio de Janeiro têm para Machado de Assis. De acordo com essa historiadora, quando Machado de Assis descreve o Rio de Janeiro, no seu conto *O Alienista*, essa cidade é representada por duas imagens: a imaginária que é idealizada como um centro civilizado e fascinante, ao oferecer, a seus habitantes, a sensação da modernidade ainda que seja marcada por emoções contraditórias; e a “real”, alegorizada pela Itaguaí, ao trocar de sinais e sentidos com a cidade “real”, no qual o conto é desenvolvido. Em outras palavras, para Pesavento (1996), o exemplo do passeio de Dona Evarista, esposa de Bacamarte, no Rio de Janeiro, sugere que Machado de Assis inventa Itaguaí para ser a metáfora do Rio de

Janeiro, ao mesmo tempo em que aquela é também a metonímia desta que, por sua vez, assume o papel de metrópole.

Quanto à segunda novidade, Pesavento (1996) procura descrever os motivos que levam Bacamarte a confrinar os habitantes de Itaguaí na Casa Verde. Porém, justamente pelo fato da historiadora não relacionar o processo criativo de *O Alienista* com certos detalhes da biografia de Machado de Assis, ela encerra a sua interpretação em breves comentários. Apesar disso, o seu estudo opta por um caminho plausível, bem como sugere a possibilidade de que Machado de Assis suspende, em algumas passagens de *O Alienista*, a sua opinião acerca dos vícios dos costumes e valores dos habitantes de Itaguaí, para despertar nos leitores a reflexão e a crítica de sua própria sociedade.

E, por fim, o trabalho de Chauvin (2005), intitulado ***O Alienista: a teoria dos contrastes em Machado de Assis***, é resultado final de sua dissertação de mestrado, apresentada ao Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da Universidade de São Paulo, no ano de 2002. Entre os estudos sobre o conto em questão, o de Chauvin (2005) destaca-se dentre os demais por duas razões: primeira, pela quantidade de diversos artigos e ensaios de outros estudiosos recuperados por ele e que versam sobre o conto, apontando outras possibilidades de estudos; segunda, refere-se a sua opção metodológica, caracterizada pela preocupação de evidenciar a relação que há entre *O Alienista* e alguns romances do próprio Machado de Assis – *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, *Quincas Borba*, *Dom Casmurro* e *Esaú e Jacó* –, assim como há também uma aproximação profícua entre o conto, em questão, com a literatura estrangeira – *O Elogio da Loucura*, de Roterdam; *Dom Quixote De La Mancha*, de Cervantes; *O Livre Arbítrio*, de Schopenhauer; a *Bíblia* e o *Alcorão*. De fato, ao desenvolver a sua dissertação, Chauvin (2005) cumpre com o seu objetivo: compreender como Machado de Assis organiza uma teoria dos contrastes, a partir da relação que há entre *O Alienista* com os seus outros contos, crônicas, romances e também com a literatura estrangeira.

Assim, no campo da teoria literária, o trabalho de Chauvin (2005) procura dialogar com outros estudos que também discute *O Alienista*. O seu trabalho está dividido em sete capítulos, mas o próprio autor adverte que só os cinco primeiros e o último tratam da questão central. Entretanto, a sua proposta mantém pouca relação com a nossa própria leitura de *O Alienista*. Ele parte da teoria literária para compreender os aspectos formais desse conto – personagens, narrador, ação, tempo e espaço – mas sem perder de vista o contexto histórico, ainda que este último seja tratado como uma instância secundária. Logo, o primeiro capítulo de sua pesquisa demonstra que Machado de Assis procura se inspirar, por exemplo, no *Dom*

Quixote De La Mancha e no *Elogio da Loucura* para caracterizar a loucura de Bacamarte, assim como em outros personagens no mesmo conto, mas também aplicáveis para *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Quincas Borba*. Diante do caminho optado por Machado de Assis em organizar uma unidade, no que toca aos aspectos comuns que há nos seus personagens de contos e romances, Chauvin (2005) interpreta a loucura como um pretexto para o escritor satirizar a valorização que a sociedade atribui ao Positivismo e a psiquiatria em “uso”, no Segundo Reinado.

Porém, ainda que Chauvin (2005) faça colocações aceitáveis, a sua leitura, nesse primeiro momento, não deixa claro *porque* e *como* a loucura dos personagens de *O Alienista*, a começar por Bacamarte, funciona como uma crítica ao Positivismo. Nesse sentido, podemos perceber que na literatura, um produto cultural de um autor que faz parte de uma sociedade, quando interpretada com maior ênfase dada à teoria literária, ao invés de estabelecer a sua articulação de maneira minuciosa com a história, pode implicar em certas limitações. Então, apesar de não ter um campo de atuação exclusivo como a teoria literária, a história lhe dá apoio teórico necessário para entender o significado que tem uma produção literária para o seu autor, a partir do tempo do narrador e do que está sendo narrado. Isso justifica a nossa intenção de considerarmos, quando estudamos *O Alienista*, um necessário diálogo entre a história e a teoria literária, mas a partir de quatro momentos que se relacionam – obra, autor, leitor e contexto; ao invés de priorizar apenas os dois primeiros. De certa maneira, Chauvin (2005) procura superar essa limitação, ao recuperar a leitura de outros intérpretes de *O Alienista*, ainda que o contexto histórico de Machado de Assis seja discutido por ele como um aspecto secundário. Não é por acaso que, ao longo de todo o seu estudo, Chauvin (2005) dedica boa parte das 250 notas de rodapé em explicar, brevemente, características da biografia do próprio Machado de Assis e de seu contexto histórico.

No segundo capítulo, Chauvin (2005) procura discutir os motivos que induzem Machado de Assis a escrever *O Alienista*. Trata-se apenas de identificar um conjunto de significados que se encerra no próprio campo da linguagem dos contos e romances de Machado de Assis, ao assumir o papel de organizar uma relação dialética entre as suas personagens. Por isso, no terceiro e quarto capítulo, a relação de significados opostos entre os personagens de *O Alienista* – por exemplo: sábio versus vulgo, razão versus loucura e médico versus Itaguaí – é entendida, por Chauvin (2005), como uma assimetria. Mas, é Bacamarte, considerado, nessa perspectiva, o personagem principal e que coloca em evidência a preocupação de Machado de Assis em organizar esse jogo de oposições. Com essa leitura, Chauvin (2005) justifica porque Bacamarte reorganiza a sua teoria sobre a loucura.

No entanto, fica a impressão de que Machado de Assis escreve os seus contos e romances para depurar um estilo próprio, mas sem assumir a preocupação de ser aceito, como escritor, pela corte. Nessas condições, não é suficiente compreender a relação que há entre o estilo de escrita de um autor pela comparação de suas obras com a literatura estrangeira, uma vez que também é importante relacioná-las com o contexto histórico. Dessa maneira, ao avaliarmos criticamente o trabalho de Chauvin (2005), é coerente fazermos as seguintes perguntas: por que Machado de Assis procura pensar a loucura, a partir de seus personagens, nas suas diferentes obras? Por que, ao organizar a sua teoria dos contrastes, esse mesmo escritor busca parodiar a literatura estrangeira? De fato, essas duas questões colocam em evidência algumas das possíveis lacunas existentes no trabalho de Chauvin. Ao retomarmos a análise do terceiro capítulo, quando se trata de compreender o significado cultural dos personagens confinados na Casa Verde, a partir do próprio ponto de vista de Machado de Assis, Chauvin (2005) limita-se em caracterizá-los, não estabelecendo uma possível relação de seus costumes e valores da corte, durante o final do século XIX. Até porque a teoria dos contrastes só assume destaque entre os habitantes de Itaguaí com a chegada de Bacamarte na vila, uma alegoria que representa a chegada de uma novidade: a ciência que se relaciona com o *Corão* e a *Bíblia* para explicar, pelo dogma, o limite entre a razão e a loucura.

Continuando essa análise dos capítulos cinco, seis e sete do trabalho de Chauvin (2005), percebemos a sua pouca preocupação em relacionar as loucuras e ocupações dos habitantes de Itaguaí com o próprio contexto histórico do Segundo Reinado. O motivo para isso está no fato dele procurar semelhanças entre elementos no tempo da trama narrada com a *Bíblia* e com *O Alcorão*, e também com o tempo do narrador, preocupado em satirizar certos aspectos culturais do período da Colônia e do Primeiro Império, no que diz respeito à História do Brasil. De fato, Chauvin (2005), em uma das passagens de sua interpretação, afirma que os personagens de *O Alienista* desempenham ocupações variadas e que fazem lembrar as atividades dos doze apóstolos, conforme está registrado na *Bíblia*. Trata-se de demonstrar que as profissões e habilidades dos habitantes de Itaguaí assumem o papel de servir aos interesses do “Deus Bacamarte”, quando este organiza e reorganiza as suas teorias absolutistas sobre a loucura, assim como as ocupações dos doze apóstolos estão subordinadas às necessidades do Senhor. Essa leitura do conto parece ter sentido lógico, uma vez que Machado de Assis era leitor da *Bíblia*, e daí a possibilidade dele ter parodiado certas experiências dos judeus, ao organizar a trama de *O Alienista*. Inclusive, o primeiro nome do médico é Simão, como um dos apóstolos de Cristo. Também Machado de Assis inclui o *Corão*, o livro sagrado dos árabes, lido por Bacamarte, para parodiar a tentativa dessa personagem de conciliar ciência e

religião, como solução para melhor ser aceito diante da autoridade de um outro personagem, o padre Lopes. Logo, ao invés de Bacamarte substituir o conhecimento religioso pelo científico, ele prefere incorporar o dogma do pensamento religioso aos seus interesses científicos, como fez Averroís, filósofo e médico árabe, ao conceder maior importância à medicina teórica como caminho necessário para se realizar uma prática com princípios verdadeiros.

Nessas condições, por trás dos estereótipos e das ocupações dos habitantes de Itaguaí está a voz do narrador, Machado de Assis, que critica o dogma da ciência e da religião e a tirania dos bons costumes. Entretanto, Chauvin (2005) não discute o que é ser um escritor mulato e autodidata para o próprio Machado de Assis, para certos intelectuais da corte, a partir do conhecimento científico que governava projetos de uma identidade nacional, concomitantemente estabelecendo direitos e deveres para os seus demais habitantes, mas sem perder de vista a dualidade de vida que disso resulta.

Assim, feitas às considerações acima, é possível resumi-las em cinco questões:

a) os trabalhos discutidos aqui atribuem maior importância ao médico Simão Bacamarte, deixando para segundo plano os demais personagens. Por isso, buscamos inverter as posições, a partir do método de esconder e revelar, organizado por Machado de Assis, sob a influência do conto de Poe, conforme sugere o estudo de Roncari (1999). Nessas condições, consideramos que as teorias científicas acerca de razão e da loucura de Bacamarte só assumem um significado histórico importante quando este interage com os habitantes de Itaguaí;

b) a maioria dos trabalhos interpreta a loucura das personagens, inclusive a de Bacamarte, como um sintoma patológico. No entanto, procuramos interpretar a loucura dos personagens do conto, *O Alienista*, como metáforas, governadas pelo *imprinting cultural*, e que se traduzem em certos costumes e valores de Londres e de Paris, apreciados sem limites pela corte, como marcos da civilização e do progresso, durante o Segundo Reinado, e que são investigados e ironizados por Machado de Assis;

c) não conhecemos ainda um trabalho que discuta o processo criativo de Machado de Assis, quando se trata de compreender *O Alienista*, a partir de sua relação com o contexto histórico do autor e deste, por sua vez, com os seus pares, sobretudo a partir da influência exercida pela influência do engajamento político e da literatura de Hugo;

d) nenhum dos trabalhos por nós identificados consegue esclarecer, com detalhes, a relação que há entre o Positivismo e o Darwinismo Social, a partir da própria linguagem literária de *O Alienista*, e como essas duas correntes teóricas ameaçam a inclusão social de Machado de Assis no contexto político de suas relações públicas, no Segundo Reinado.

e) e, por fim, os trabalhos aqui aludidos discutem o ceticismo de *O Alienista* apenas como um aspecto da narrativa de Machado de Assis. Logo, procuramos compreender o ceticismo como uma fundamentação da sua narrativa, quando investigamos o significado histórico desse conto.

Essas e outras questões serão discutidas nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO II

O RIO DE JANEIRO DE MACHADO DE ASSIS: UM PALCO DE LUTA PELA MODERNIDADE

Para essa segunda parte, buscamos discutir como Machado de Assis se aproxima e se distancia do *imprinting cultural* do Segundo Reinado. Dessa forma, chamamos a atenção para algumas características da conformidade cultural, pelo aspecto material e simbólico, que exerce influência na relação entre o escritor e a corte em um contexto de relações sociais, políticas e econômicas em que triunfa o cosmopolitismo na rua do Ouvidor.

É por esse caminho que procuramos demonstrar como a cultura material e simbólica, organizada pelos seus freqüentadores, na rua do Ouvidor, impõe-se como uma possibilidade de inclusão social dada a Machado de Assis, e de como ele se distancia dessa norma quando escreve *O Alienista*. Por cultura material, Pesez (1988, p. 180) entende que são “[...] as injunções materiais que pesam na vida do homem e às quais o homem opõe uma resposta que é precisamente a cultura”. Logo, o simbólico surge nessa relação, em que a cultura apresenta-se como uma resposta organizada pelo homem, e que está caracterizada por um entendimento coletivo e pessoal, mas que não é harmoniosa. Isso se deve aos interesses opostos entre classes sociais e entre essas e seus próprios integrantes que podem apresentar reivindicações conflitantes, transformando, assim, a relação de ambos os casos em um palco de luta por uma ascensão social individual.

Dessa maneira, quando Machado de Assis escreve *O Alienista*, ele parece refletir acerca de brechas que há na conformidade cultural da elite rural e da camada média. De fato, o escritor procura lutar por sua cidadania, aproximando-se e distanciando-se dos interesses das duas classes, ao trabalhar com a sua pena. E isso nos leva a pensar na importância que tem a rua do Ouvidor e suas adjacências para a sua vida e para a sua literatura. Ora, não podemos excluir o fato de que é nesse espaço público e ao seu redor – onde a elite rural e a camada média circulam e se reúnem, para se apropriar e reproduzir costumes e valores da Europa e para se auto-identificar com ela, em termos práticos e simbólicos, a partir do seu poder de consumo e de seus interesses e contatos políticos –, que Machado de Assis constrói o seu juízo de valor e seu ponto de vista, quando começa a escrever as suas crônicas, a partir do final da década de 1850.

Nessas condições, a rua do Ouvidor é considerada pela elite rural e pela camada média como o seu principal espaço geográfico e simbólico, porque é por lá que elas consomem os

artigos de luxo importados da França e, nas suas proximidades, manufaturas da Inglaterra, com o auxílio de lojas e armazéns especializados. É essa conformidade cultural que pretendemos estudar especificamente aqui, mas a partir de como Machado de Assis a reorganiza, quando se envolve em uma rede de relações sociais, literárias e políticas na rua do Ouvidor e também quando escreve *O Alienista* com ironia e ceticismo, ao sugerir que aquela experiência apresenta-se como um palco de conflito cultural, cujo propósito é a proximidade dos costumes e dos valores da Europa. De fato, acreditamos que é entre a sua proximidade e seu distanciamento de certas normas socioculturais, realizadas na rua do Ouvidor, que Machado de Assis organiza o conhecimento necessário para compreendê-la e criticá-la a partir de *O Alienista*. De acordo com Needel (1993), o consumo de artigos de luxo e de outros produtos manufaturados é percebido pela elite rural e pela camada média como uma oportunidade de estarem mais próximos da França e da Inglaterra, no qual os seus hábitos, valores e os seus entendimentos do papel social de sua própria classe vão sendo modelados e justificados por doutrinas autorizadas, como o Positivismo e o Darwinismo Social.

Portanto, discutir como Machado de Assis organiza um conhecimento prévio para ironizar as experiências vividas do Segundo Reinado pressupõe compreender como ele procura a rua do Ouvidor para ascender socialmente. Logo, é por meio dos contatos com os círculos literários e políticos que ele realiza por lá, especificamente nos jornais, nas livrarias, nos gabinetes de leitura e em outras lojas do seu interesse, que a sua escrita é influenciada pelos confrontos literários, políticos e econômicos que caracterizam a vida intelectual *da* e *na* corte. É nesse contexto histórico, quando está no início da sua carreira de jornalista, no ano de 1859, ao trabalhar para *O Espelho*, que o escritor faz a seguinte afirmação:

Ora pois, a palavra, esse dom divino que faz o homem simples matéria organizada, um ente superior na criação, a palavra foi sempre uma reforma. Fallada na tribuna é prodigiosa, é creadora, mas é o monólogo; escripta no livro, é ainda o monólogo; **esculpida no jornal, é prodigiosa e creadora, mas não é o monólogo é a discussão. E o que é a discussão? A sentença de morte de todo o *status quo*, de todos os falsos princípios dominantes. Desde que uma coisa é trazida a discussão, não tem legitimidade evidente, e nesse caso o choque da argumentação é uma probabilidade de queda** (ASSIS, 1944, p. 46-47, grifos nossos).

A publicação desse trecho no jornal parece sugerir que Machado de Assis reivindica aos seus leitores o direito de refletir, com a sua pena, acerca dos assuntos que governam os costumes e valores que circulam na corte, como princípios de verdades. Dessa maneira, quando escreve esse artigo, Machado de Assis começa a contribuir com o hábito de consumo dos seus leitores, um aspecto cosmopolita. Podemos, então, dizer que saber ler e escrever, no

Segundo Reinado, está associado à educação formal e clássica, inspirada em um hábito europeu, uma característica que confere privilégios sociais e políticos tanto para o escritor, como para os jovens das camadas médias e para os filhos das oligarquias rurais, na condição de leitores concordantes e discordantes. Isso porque escrever e ler jornais civiliza o escritor e o leitor pelo embate de idéias, pelo confronto de modelos de comportamentos, pela possibilidade de conquistar oportunidades de contatos profissionais e/ou desafetos intelectuais.

Ora, no final da década de 1850, o escritor usa o jornal e, posteriormente, o folhetim ficcional, para modelar opiniões, costumes e valores de seus leitores, a partir de suas reflexões. Nesse sentido, segundo Morin (1998), podemos afirmar que é confrontando o seu ponto de vista com o de seus leitores, que Machado de Assis começa por tentar enfraquecer o *imprinting cultural* deles. Vejamos como isso se realiza, a partir de sua relação com a rua do Ouvidor e seus freqüentadores e de como essa experiência é aproveitada para o desenvolvimento de sua estratégia de escrita que, por sua vez, é aplicada na publicação de *O Alienista*.

2.1. Inclusão social *versus* insensatez cultural

No início da década de 1860, a rua do Ouvidor, com os seus oitocentos metros de extensão, já se destacava entre os demais espaços públicos do Rio de Janeiro. Porque ela, em termos simbólicos, era considerada a Europa no Rio de Janeiro. As suas calçadas eram cercadas, pelos dois lados, por lojas que comercializavam artigos de luxo e as últimas tendências da Europa. As suas confeitorias, os seus gabinetes de leituras, as suas livrarias, os seus jornais e os seus clubes estimulavam a freqüência da elite rural e da camada média. Logo, era nesse espaço físico que a corte procurava estar mais próximo da Europa, ou seja, a elite rural e a camada média compravam pessoalmente artigos de luxo e outras manufaturas importadas de Paris e de Londres para assumirem o modo de vida da aristocracia européia. Nesse sentido, Needel (1993) destaca que a burguesia, na Europa, procurava organizar um lugar social de prestígio, ao copiar os símbolos da cultura aristocrática (por exemplo: o gosto pela decoração e pelo *bric-à-brac* oriental), em que o seu lar estava associado a um museu desorganizado, mas que representava o seu triunfo sob todas as culturas conquistadas por ela. No entanto, a elite brasileira copiava os costumes e valores da aristocracia inglesa e francesa, mas com o interesse de ordenar uma cultura moderna e superior no Rio de Janeiro, apoiado em um mercado urbano europeu de consumo e que estava sendo impulsionado pela burguesia.

Dessa maneira, foi a partir da sua ascensão, sob a influência predominante da cultura da sociedade aristocrática, que a burguesia, a partir de seus interesses e de suas atitudes, estimulou a moda do consumo e do estilo de vida moderna. Essa vida moderna estava caracterizada por uma ansiedade da burguesia, ao desejar ser reconhecida como uma classe legítima e apoiada na economia industrializada. Com isso, a consolidação dos interesses da burguesia européia realiza-se com a expansão de um mercado urbano cada vez mais marcante na Europa e no Brasil.

Sem dúvida, quando tratamos de discutir a influência do mercado burguês no Brasil, é a rua do Ouvidor o foco da nossa atenção. A rua do Ouvidor era o centro da vida cultural, social e intelectual do Rio de Janeiro. Conforme explica Needel (1993), por ser a capital do Brasil e também uma cidade portuária, o Rio de Janeiro havia crescido com a corte desde a chegada de Dom João VI e da família real, em 1808. Mesmo quando o Brasil ainda era uma Colônia de Portugal, a atenção dos nossos intelectuais e comerciantes já estava direcionada para a França e a Inglaterra. Logo, foi durante o período em que Dom João VI e sua corte se estabeleceram no Brasil, entre 1808 e 1821, que o cosmopolitismo começou a se destacar ainda mais no Rio de Janeiro. De fato, o Rio de Janeiro, reconhecida como a nova sede do governo português, passou por mudanças urbanas para oferecer o conforto necessário para os novos habitantes exilados, enquanto o exército de Napoleão estivesse assumindo o controle de Portugal. Nessas condições, Dom João VI autorizou a abertura dos portos brasileiros para a realização do comércio com as nações “amigas”, mas com preferência para a Inglaterra. Assim, é nesse processo de relações econômicas entre o Brasil e a Inglaterra que alguns traços arquitetônicos e aspectos culturais do período colonial, no Rio de Janeiro, foram gradativamente deixados para trás, quando algumas de suas ruas ganharam iluminação pública e pavimentação, os edifícios imponentes, considerados feios, foram substituídos por outros e, acrescentando-se a isso, foram construídos novos armazéns e chafarizes. É nesse contexto de transformações físicas e econômicas no Rio de Janeiro que Freyre (2000) discute algumas implicações da presença dos ingleses na cidade, na condição de caixeiros ou auxiliares de armazéns, donos de casas comerciais, oriundos da pequena burguesia, e até de engenheiros, no qual são identificados pela nossa elite como homens “superiores”, por pertencerem à Inglaterra, um país rico por sua indústria. Dessa forma, a vinda deles para o Rio de Janeiro estimula o consumo de suas manufaturas por parte da elite rural e da camada média. Os armazéns dos ingleses, localizados nas ruas mais espacosas do Rio de Janeiro, ofereciam desde tecidos, acessórios de ferro (pregos e foices) e chá, até máquinas, vidros em caixa para janelas, munições, selas, móveis e pianos. E, em termos simbólicos, essas

manufaturas eram percebidas como acessórios masculinos, por causa de seu tamanho e peso (FREYRE, 2000).

Isso explica porque a rua do Ouvidor não era ocupada, exclusivamente, pelos negociantes ingleses, uma vez que ela não oferecia espaço físico necessário para acomodar o comércio deles. Mas, isso não implicava dizer que o comércio inglês era inexistente por lá, uma vez que a sua presença, desde 1808, contribuía também para dinamizar o comércio naquele espaço, mas sem exercer predominância. Portanto, segundo Freyre (2000), a maioria dos comerciantes ingleses faz da rua Direita (ver ilustração 1), da rua da Alfândega e da rua dos Pescadores o seu centro ecológico de atividade.



Ilustração 1 – Rua Direita.

Foto: Marc Ferrez, 1899.

É, nessa circunstância, que a rua do Ouvidor, desde 1820, torna-se uma área de comércio predominante dos franceses (ilustração 2). A presença de comerciantes franceses, como uma característica do cosmopolitismo no Rio de Janeiro, é resultado não só da abertura do comércio, em 1808, mas, também, porque, durante o tempo em que esteve no Brasil, Dom João VI cria a Escola Real de Ciências, Artes e Comércio, inspirada no estilo francês. Logo,

dezessete homens²⁹, quase todos eles ligados a instituições acadêmicas francesas, são contratados pelo rei para fazerem parte da Missão Artística Francesa no nosso país, em 1816. A proposta do rei português era fortalecer a monarquia no Brasil, em que as artes e as ciências serviriam de instrumentos de poder político e para promover a sua administração com qualidade e beleza.



Ilustração 2 – Rua do Ouvidor.
Foto: Marc Ferrez, 1899.

De certa maneira, essa proximidade entre Dom João VI e sua corte com a cultura francesa também garantiu para a França uma maior reaproximação econômica com o Brasil. Em outros termos, ao investir em uma instituição francesa de ciências, artes e comércio, Dom

²⁹ De acordo com Ventura (1991), entre os dezessete homens que estiveram no Brasil, no período de 1816 a 1820, Ferdinand Denis foi um dos que mais contribuiu para o despertar de um movimento literário nacional. Autor de *Cenas da natureza entre os trópicos* e *Resumo da história literária no Brasil*, Denis foi um dos responsáveis por despertar a preocupação, entre os literatos, de discutir as implicações culturais que há na relação entre o clima dos trópicos com os habitantes do Brasil. Para Denis, a natureza funciona como uma possibilidade do homem se distanciar de uma sociedade injusta e sustentada pelo trabalho escravo para refletir sobre a origem de seu país. Com isso, uma literatura genuinamente peculiar poderia nascer no Brasil, ao buscar no passado à origem de um sentimento nacional. Além disso, os naturalistas como Johan Baptist Von Spix e Karl Friedrich Von Martius, ao acompanharem D. Leopoldina para seu casamento com Dom Pedro I, aproveitaram a ocasião para realizarem uma viagem de exploração ao Brasil, em 1817. Logo, a aventura desses dois naturalistas resultou, também, em uma obra: *Viagem pelo Brasil*. Schwarcz (1993) acrescenta que coube inclusive a Von Martius a maior responsabilidade por ter apresentado uma solução para compreender o Brasil, após ter vencido o concurso promovido pelo IHGB, em 1844, de “Como escrever a História do Brasil”. A tese de Martius consistia em relacionar o desenvolvimento do país com a composição e aperfeiçoamento das três raças: o índio, o branco e o negro. Portanto, esses autores foram responsáveis por introduzir critérios naturalistas para investigar o meio e a raça, a partir da literatura nacional e da historiografia brasileira. Esses critérios foram retomados por Varnhagen (1855), a partir de sua obra *História geral do Brasil* (1855), e por Romero (1888) na *História da Literatura Brasileira* (1888).

João VI garantiu, no Brasil, um mercado para os produtos franceses de luxo. Assim, por volta da década de 1820, a cultura material francesa começou a marcar uma presença cada vez maior na rua do Ouvidor, com a chegada de comerciantes e artesãos franceses. De fato, por não precisarem de tanto espaço físico como os ingleses, os comerciantes franceses fizeram da rua do Ouvidor e outras ruas estreitas as mais elegantes da corte, por causa de suas lojas de objetos miúdos e de moda feminina. Por isso, Freyre (2000) observa que são raros os negociantes ingleses que desejam dividir um espaço para realizarem o seu comércio muito próximo dos franceses, já que estes lhes passam a impressão de serem traidores do seu próprio sexo, por serem identificados pelos ingleses como efeminados ou adamados. Apesar desse estranhamento em relação ao comércio dos franceses por parte dos ingleses residentes no Brasil, a rua do Ouvidor assume, aos poucos, destaque, porque são as manufaturas, que circulam por lá, reconhecidas pela elite rural e pela camada média como as mais finas e consideradas as últimas “conquistas”, como por exemplo: perucas, jóias, perfumes, flores artificiais, bebidas, vestidos, periódicos e livros. De fato, Needel (1993) afirma que todos os produtos e acessórios comercializados na rua do Ouvidor são inéditos e “civilizados”. É por ela, em meados da década de 1850, que Machado de Assis participa do intercâmbio intelectual, mas são também as experiências vividas por ali o alvo de suas observações, sob as quais seleciona os temas de suas crônicas de jornal e de seus folhetins literários.

Inclusive, Needel (1993) nos chama a atenção para o fato de que, para Machado de Assis, a rua do Ouvidor é o único caminho para se conquistar o respeito. Na verdade, foi próximo de lá, no Rocio (hoje conhecido por praça Tiradentes), durante a sua juventude, que a sua carreira teve início, como vendedor de livros, tipógrafo e escritor, ao trabalhar na *Marmota Fluminense*, a partir de 1855. A experiência que ele adquiriu, ao labutar nesse jornal, foi marcante para a sua formação de escritor, por duas razões. Primeiro, o reforço do seu interesse pela prosa jornalística com assuntos políticos e científicos de dois jornais franceses – *Constitutionel* e *Moniteur* –, uma vez que Paula de Brito, o editor chefe da *Marmota*, costumava traduzi-los pessoalmente ou solicitava a um de seus empregados franceses e até ao próprio Machado de Assis que o fizesse. Logo, esses assuntos internacionais, registrados na *Marmota*, conquistaram a atenção dos envolvidos na sua publicação para a língua portuguesa e do público leitor.

Segundo, a sua participação nas reuniões da *Petalógica*, realizadas em uma sala reservada da *Marmota Fluminense*, também contribuiu para o despertar do seu interesse por poesias e contos, bem como pelos assuntos do cotidiano da corte. De acordo com Massa (1971), a *Petalógica* deriva da palavra *pêta* que, por sua vez, significa mentira ou conto.

Portanto, era uma sociedade literária³⁰, na qual Machado de Assis participava, entre 1855 e 1860. As reuniões da *Petalógica* funcionavam na *Marmota Fluminense* todos os sábados à tarde, e quem as coordenava era Paula de Brito. E acerca dela, Machado de Assis (1944, p.280-281) fez o seguinte comentário, quando escreveu para o *Diário do Rio de Janeiro*:

[...] a Petalógica de Paula Brito – o café Procopio [...], - onde ia toda gente, os políticos, os poetas, os dramaturgos, os artistas, os viajantes, os simples amadores, amigos e curiosos, - onde se conversava de tudo – desde a retirada de um ministro até a pirueta de uma dançarina da moda; onde se discutia tudo, [...] verdadeiro campo neutro onde o estreante das letras se encontrava com o conselheiro, onde o cantor italiano dialogava com o ex-ministro. [...] Os petalógicos, espalhados por toda a superfície da cidade, lá iam, de lá saíam, apenas de passagem, colhendo e levando notícias, examinando boatos, farejando acontecimentos, tudo isto sem desfalcar os próprios negócios de um minuto sequer.

Por causa dos contatos literários e políticos estabelecidos, quando participou da *Petalógica*, Machado de Assis aproximou-se e envolveu-se com o mercado cultural da rua do Ouvidor. O seu contato com outros jovens e até mais experientes na carreira das letras, durante as discussões em pauta da *Petalógica*, conduziu Machado de Assis a alcançar outras oportunidades no jornalismo. Assim, a inclusão social do escritor começou pela *Marmota*, passou pela *Petalógica* e continuou no *Café Procópio*. Provavelmente, no *Café Procópio*, localizado na rua do Ouvidor, as conversas entre Machado de Assis e seus colegas de profissão eram menos formais do que na *Marmota* e na *Petalógica*, em que o hábito de consumir café, na companhia de literatos, realizava-se como uma proximidade com a cultura eurófila da aristocracia, assim como essa rotina auxiliava na sua reprodução. Dessa maneira, quando Machado de Assis começa a desenvolver uma rotina de vida pública, na rua do Ouvidor e em suas proximidades, implica dizer que ele desenvolve e amplia as suas relações sociais e políticas, ao mesmo tempo em que ele reconhece os seus pares e passa a ser reconhecido por eles.

Foi nesse processo de contatos profissionais e de apropriação de costumes e valores da aristocracia inglesa e francesa, na rua do Ouvidor e nas suas proximidades, que Machado de Assis participou, juntamente com a corte, da fantasia brasileira. Durante o século XIX, falar de fantasia brasileira, de acordo com Needel (1993), significa o reconhecimento do estilo e dos símbolos da cultura aristocrática inglesa e francesa como “superior”, na qual a elite por

³⁰ Hallewell (1985) explica que os expoentes do movimento romântico, entre 1840 e 1860, freqüentavam as reuniões da *Petalógica*. Podemos citar alguns exemplos: como os poetas Antônio Gonçalves Dias e Laurindo Rabelo; romancistas como Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida; também políticos como Antônio Peregrino Maciel Monteiro; ministros do governo como José Maria da Silva Paranhos (pai do Barão de Rio Branco) e Eusébio de Queiroz (que foi responsável pela proibição do tráfico de escravos); senadores como Francisco Otaviano; e, por fim, jornalistas como Saldanha Marinho, Firmino Rodrigues da Silva e entre outros.

aqui direciona a sua atenção para organizar o seu lugar na sociedade do Segundo Reinado. Não é por acaso que, ao trabalhar como vendedor de livros e tipógrafo, na *Marmota Fluminense*, Machado de Assis passa a fazer parte da corte, mas na condição de um profissional liberal. O fato é que a presença dos ingleses no Brasil, depois do privilégio comercial oferecido a eles, por Dom João VI, em 1808, conforme observa Freyre (2000), também marca a valorização do trabalho manual e de sua relação com a atividade intelectual. O exemplo mais marcante disso é a presença dos engenheiros no Brasil, em meados da década de 1850. Por serem reconhecidos pela sua “superioridade”, porque dominaram intelectualmente uma técnica para construção de estradas de ferro, o que, segundo a crença da época, conferia-lhes também uma “superioridade racial”, de forma que os ingleses, na condição de engenheiros, eram tratados por “doutores”. No entanto, quando algum deles era flagrado, pelos seus assistentes brasileiros, com as mangas de sua camisa arregaçada, quando estava ensinando, na prática, como os seus operários deviam trabalhar, imediatamente ele perdia o título de doutor e era tratado como senhor.

Nessas circunstâncias, apesar da resistência que havia da parte de seus assistentes brasileiros, ao negar-lhes o direito de continuar a reconhecê-los como “doutores”, a lógica da labuta inglesa foi valorizada pelos profissionais liberais que freqüentavam e trabalhavam na rua do Ouvidor. De certa maneira, por serem reconhecidos pela nossa elite rural e pela camada média como pertencente a uma “raça superior”, qualquer aptidão técnica dos ingleses, que fosse administrada e aplicada, na prática, podia ser aceita e até adotada como uma referência de conduta no Brasil. Assim, foi nesse contexto que a relação entre trabalho manual e atividade intelectual, realizada pelos ingleses no Brasil, foi gradativamente adotada como sinônimo de ascensão social, por homens livres pobres e, também, na maioria dos casos, por mulatos. A esse respeito, Hallewell (1985) explica que, enquanto os brancos, nascidos no Brasil, apropriam-se do hábito da aristocracia européia de repudiar atividades ligadas ao comércio, restringindo o seu interesse para a agricultura e assuntos do governo, os escravos e “pessoas de cor livres”, por sua vez, contentavam-se em fazer parte da classe de artesãos.

Assim, após a sua inclusão social pela *Marmota*, Machado de Assis envolveu-se no universo cultural da literatura do Segundo Reinado, selando o seu compromisso, a partir daí, com a impressão de jornais que ele traduziu ou escreveu. Com isso, Machado de Assis assimilou o modelo de trabalho dos ingleses, no tocante à valorização da relação entre o trabalho manual e o intelectual, assim como buscou inspiração também na literatura inglesa, nos modelos de *humour* e de estilo de escrita para publicar, primeiro, suas crônicas jornalísticas e, depois, contos e romances. E foi por meio dessas influências que o nosso

escritor começou a conquistar destaque, quando freqüentou a *Petalógica* e o *Café Procópio*, onde também conquistou vínculos de amizades com outros diretores de Jornais. Com efeito, a sua necessidade de sobrevivência o induziu a colaborar como cronista nos outros Jornais, como o *Correio Mercantil* e o *Paraíba*. Portanto, foi trabalhando para esses dois jornais, por volta de 1859, que o escritor começou a exercitar o seu engajamento na política do Segundo Reinado.

Todavia, Massa (1971) nos faz uma cuidadosa observação: a relação entre a política e a escrita de Machado de Assis realiza-se não apenas pela liberdade, como, por exemplo, a que o *Correio Mercantil* pode oferecer-lhe de imediato, apesar do seu editor chefe, Francisco Otaviano, envolver-se com o grupo liberal formado e liderado por Teófilo Otoni e Saldanha Marinho, em 1860. O que Massa (1971) nos chama a atenção aqui é para um evento particular da vida de Machado de Assis, como jornalista, e que o influencia diretamente no seu engajamento político: a proximidade de Machado de Assis com Charles Ribeyrolles. E, só depois, é que o escritor aproveita a oportunidade para fazer política com a sua escrita. De fato, conforme observa Magalhães Júnior (1958), Victor Frond, um fotógrafo inglês que vive no Brasil, ao planejar a atualização das pinturas de Jean-Baptiste Debret, intitulada *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, solicita a presença de Ribeyrolles para ajudá-lo nesse projeto.

A presença de Ribeyrolles no Rio de Janeiro, entre 1858 e 1859, como colaborador de *O Brasil Pitoresco*, título da obra de Victor Frond, proporcionou a Machado de Assis uma nova amizade e a sua mudança acerca do reconhecimento de seu papel como jornalista. Como *O Brasil Pitoresco* precisava ser publicado e traduzido do francês para o português, Machado de Assis foi convidado por Ribeyrolles a colaborar com esse projeto. E foi, nessa ocasião, que o nosso escritor deixou de ser um monarquista convicto e exaltado, sob a influência de Paula de Brito, para adotar o temperamento político do seu novo amigo.

É importante observarmos que Ribeyrolles, na condição de jornalista panfletário, é um militante republicano que participa da Revolução de 1848 em favor da retirada de Napoleão III do governo da França. Na verdade, após a desmobilização do movimento, em 1849, Ribeyrolles é acusado pelo governo francês de ser um organizador de multidões e comandante das barricadas nas ruas de Paris. Por este motivo teve um destino semelhante ao de seu companheiro, Hugo: o exílio. De forma que, entre as conversas, durante a organização de *O Brasil Pitoresco*, Ribeyrolles ensina a Machado de Assis que a República é um caminho possível para colocar o fim em desentendimentos religiosos, ao separar a Igreja do Estado – é o sustento político do Liberalismo – e, por fim, é o reconhecimento da liberdade de expressão política do cidadão como parte integrante de seus direitos e que deve ser igual para todos que

vivem amparados à sua sombra. É sob a influência de Ribeyrolles que Machado de Assis (1944, p.34-35) repensa o seu papel de jornalista, no contexto político do Segundo Reinado, em 1859, quando escreve para *O Espelho*, a seguinte passagem:

O folhetinista é originário da França, onde nasceu, e onde vive a seu gosto, como em cama no inverno. De lá espalhou-se pelo mundo, ou pelo menos por onde maiores proporções tomava o grande veículo do espírito moderno; fallo do jornal. Espalhado pelo mundo, o folhetinista tratou de acomodar a economia vital de sua organização às conveniências das atmosferas locais. [...] O folhetinista é a fusão do admirável do útil e do futil, o parto curioso e singular do serio, consorciado com o frívolo. Estes dous elementos, arredados como pólos, heterogêneos como água e fogo, casam-se perfeitamente na organização do novo animal. [...] Efeito estranho é este, assim produzido pela afinidade assinalada entre o jornalista e o folhetinista. D'aquelle cahe sobre esta luz séria e vigorosa, a reflexão calma, a observação profunda. [...] O folhetinista, na sociedade, ocupa o lugar do colibri na esfera vegetal; salta, esvoaça, brinca, tremula, pária e espaneja-se sobre todos os caules succulentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo o mundo lhe pertence; até mesmo a política.

À medida que os anos da década de 1860 avançam, Machado de Assis não percebe apenas a rua do Ouvidor como um lugar para se obter prestígio social e garantir a sua sobrevivência. Para o escritor, ela se caracteriza também pelas relações sociais de interesses políticos. Ao relacionar as suas observações das experiências do cotidiano, por influência da *Petalógica*, juntamente com as leituras da literatura e do engajamento político de Hugo e das experiências de Ribeyrolles, Machado de Assis aproveita a ocasião de seu ofício de jornalista para ironizar com a política do senado e com os costumes e valores que gravitam na rua do Ouvidor e nas suas proximidades. De fato, é tirando proveito dessas experiências como aprendiz e observador, que Machado de Assis procura refletir, ao seu modo, acerca da cultura eurófila, ao identificar nela o que é útil e fútil no processo de sua apropriação por parte da elite rural e da camada média, como uma necessidade delas se manterem na rota do progresso e da civilização.

Conforme sugere Morin (1998), é verdade que, por um lado, o *imprinting cultural* de uma época está caracterizado pela normalização, invariância e reprodução, e que opera como limitações sociais e culturais em um indivíduo, deixando o seu conhecimento imobilizado e aprisionado. Mas, por outro, esse autor também nos ensina que é preciso levar em consideração que as condições do *imprinting cultural* também podem promover a autonomia de pensamento, uma vez que as mudanças sociais, culturais e históricas ocasionam alterações nas possibilidades de objetividade, de inovação e de desenvolvimento do conhecimento.

De fato, as mesmas oportunidades de trabalho que são oferecidas para Machado de Assis sobreviver, também o estimulam a desenvolver uma autonomia própria de pensamento

acerca do seu papel de cronista e de seu lugar social na corte. É nesse sentido, que Granja (2000, p.18) faz uma observação interessante: “[...] *Machado de Assis desenvolveu, a partir dessas primeiras crônicas, alguns recursos ou técnicas do fazer literário, assim como explorou assuntos que estariam presentes em sua obra de ficção.*” Porém, essa autora também faz uma outra ressalva. Segundo ela, é aceitável, e até interessante, que se considere as crônicas de jornais e folhetins, escritas por Machado de Assis, como um “laboratório de ficção”, mas sem limitá-las no seu real valor apenas em si e por si mesma. Por isso, para que se compreenda o processo de desenvolvimento da escrita de Machado de Assis, é necessário decifrar as suas crônicas a partir de sua relação com o contexto histórico, e de como elas proporcionam o desenvolvimento de sua ironia, que está presente, posteriormente, nos seus contos e romances, inclusive no tocante as querelas políticas, ocorridas entre os grupos liberais e conservadores com quem ele se envolve e/ou acompanha na função de repórter no senado.

Nesse sentido, Granja (2000) considera o *Diário do Rio de Janeiro* como um dos jornais que melhor coloca em evidência a militância política de Machado de Assis, calcada nas idéias liberais. Em 1860, Machado de Assis começou a escrever nesse jornal, dirigido por Saldanha Marinho, com o apoio de Henrique Cezar Muzzio e Quintino Bocaiúva. Logo, ao resenhar os debates ocorridos na Câmara, Machado de Assis confronta o que aprendeu sobre militância política, a partir da experiência de Ribeyrolles e de Hugo, com a política exercida na câmara. Dessa maneira, Machado de Assis procurou expressar o seu distanciamento da conformidade cultural do Segundo Reinado, ao ironizar com a retórica dos políticos conservadores e até com as algumas medidas políticas de Dom Pedro II. Para isso, o nosso escritor apostou o seu prestígio e a sua competência de cronista, quando escreveu as suas crônicas, em especial para o *Diário do Rio de Janeiro*. Ora, ao realizar um dialogismo cultural com o engajamento político, aprendido com a literatura de Hugo, Machado de Assis organizou nas suas crônicas do *Diário do Rio de Janeiro* um *tom dialogal*, caracterizado pela ironia e pelo trabalho com citações da literatura francesa e inglesa.

Atento aos confrontos entre os grupos dos conservadores e dos liberais, no senado, Machado de Assis procurou exercer a sua inserção política com a escrita, mas em favor dos liberais. Daí que, conforme observa Granja (2000), o *tom dialogal* funciona como um jogo de linguagem registrado, em que a escrita individual de Machado de Assis é apoiada pela liberdade política oferecida pelo *Diário do Rio Janeiro* e que consiste em impor, com sutileza, a sua opinião pessoal como se fosse geral e aceita pelos seus leitores. Sem dúvida, um dos artifícios de convencimento trabalhado por Machado de Assis é a tentativa de induzir o leitor

a compartilhar de suas próprias perguntas e respostas. Por isso, o nosso escritor, quando faz uma indagação acerca dos acontecimentos políticos relacionados com os senadores e das experiências vividas do Segundo Reinado, ele mesmo a responde. É nesse processo que a ironia do nosso escritor funciona como um pacto com o seu leitor. Com isso, em algumas crônicas e folhetins, a sua ironia ora provoca o leitor a pensar ao inverso algumas de suas informações, ora serve de crítica ao manter uma relação análoga com a literatura inglesa ou francesa, por serem estas identificadas como um conhecimento autorizado e de prestígio no universo cosmopolita da corte. Em uma de suas crônicas do *Diário do Rio de Janeiro*, de 1861, Machado de Assis coloca em evidência a sua discordância em relação a uma medida política autorizada por Dom Pedro II. Trata-se da abertura de crédito suplementar por intermédio do Ministério da Fazenda, inspirado na experiência da política de Luís Napoleão.

De posse de certos recursos de linguagem que constituem as suas crônicas, Machado de Assis (1944, p.109) desenvolve a seguinte argumentação, no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1861: “[...] *Fould, o ministro das finanças de Luiz Napoleão, acabava de condenar esse sistema de créditos suplementares, achando neles a origem da crise por que passa atualmente a França.*” Como podemos perceber nessa passagem, o escritor procura denunciar para os seus leitores a incoerência da medida política de Dom Pedro II, uma vez que ela foi condenada, na França. Nessas condições, a medida política, copiada pelo imperador, não passa de um engano. E, após desenvolver vários outros comentários discordantes acerca desse assunto, Machado de Assis (1944, p. 110-111) conclui:

Queria o governo com o seu ato contrariar o memorial Fould, fazendo crer que nos créditos suplementares é que está o ideal financeiro, e que só neles reposam a paz pública e felicidade nacional? Aqui hão de me perdoar. De um acto de nosso governo só a China poderá tirar lição. **Não é desprezo pelo que é nosso, não é desdém pelo meu paiz. O paiz real, esse é bom, revela os melhores instintos; mas o paiz official, esse é caricaturado e burlesco. A satyra de Swift nas suas engenhosas viagens, cabe-nos perfeitamente. No que respeita a política nada temos a invejar ao reino de Lilliput** (grifos nossos).

Por ser um autodidata e para conseguir credibilidade junto aos seus leitores exigentes, como é o caso dos bacharéis, Machado de Assis compara o Brasil, governado por Dom Pedro II, com Lilliput, um país imaginário da obra de Swift, intitulada *As Viagens de Gulliver*. Isso significa que o “Brasil oficial”, que Dom Pedro II tenta organizar, ao adotar os “créditos suplementares”, de acordo com a concepção do nosso escritor, não passa de uma caricatura ridícula, sustentado por uma medida política sem sentido, assim como são as guerras e os desentendimentos dos lilliputianos. Além disso, essa ironia machadiana também nos chama a

atenção para um outro aspecto desse episódio: nem tudo o que se realiza como experiência política na França pode servir de modelo para o “Brasil real” e que tem “os melhores instintos”. Isso significa que Machado de Assis aprecia, de modo crítico, a relação neocolonial entre o Brasil e a França, ao relativizar os benefícios dessa aproximação cultural.

E, seguindo ainda de perto os recursos desenvolvidos nas suas crônicas do *Diário do Rio de Janeiro*, de acordo com Granja (2000), Machado de Assis não só atribui para citação literária o papel de realizar a sua ironia, como também de construí-la em um nível cada vez mais velado. Com isso, ele espera que o seu leitor, inclusive aquele que é alvo de suas críticas, possa desvendar o sentido textual de suas crônicas. Mas, a ironia, desenvolvida por Machado de Assis (1944, p. 160-161), também é aplicada no seu sentido mais comum, no ano de 1862:

O historiador do futuro que quizer tirar dos debates da imprensa os elementos do seu estudo da história do império, **ha de vacillar sobre a expressão da memória que hoje domina a praça do Rocio. A impressa official, que parece haver arrematado para si toda a honestidade política, e que não consente aos cidadãos a discussão de uma obra que se levanta em nome da nação, calumniou a seu modo as intenções da imprensa oposicionista.** [...] O que é o facto, é que a estatua se inaugurou e o bronze lá se acha no Rocio, como uma pyramide da epoca civilizada, desafiando a ira dos tempos (grifos nossos).

Nesse primeiro momento, Machado de Assis critica o *Jornal do Comércio*, ao publicar informações acerca da inauguração de uma estátua de bronze em homenagem a Dom Pedro I, na Praça do Rocio, atual praça Tiradentes (ver ilustração 3), a mando de Dom Pedro II. Para o nosso escritor, as informações publicadas pela imprensa oficial, a serviço dos interesses políticos do governo, colocam em evidência uma História do Brasil falseada, cuja memória nacional está sendo manipulada. O fato é que, ainda nessa época, Dom Pedro I é considerado inimigo dos liberais. De certa maneira, os conservadores, arregimentados em torno de Dom Pedro II, apóiam a inauguração da estátua de Dom Pedro I como uma renovação de suas expectativas políticas. Trata-se, simbolicamente, de uma expressão do sentimento nacionalista, mas direcionada para a manutenção da ordem monárquica. A esse respeito, Mattos (2004) coloca em destaque que a Coroa procura construir uma unidade nacional em torno dos interesses da classe senhorial. Logo, ao lançar mão de propostas políticas específicas, Dom Pedro II procura recuperar a hierarquia existente entre os interesses dominantes nas diferentes províncias, o que consiste em privilegiar, em primeiro lugar, os interesses da elite rural das províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, isto é, os interesses dos cafeicultores do Vale do Paraíba e do Oeste paulista, ao oferecer-lhes vagas, no senado, para fazer valer as suas inserções no cenário político e econômico do Império. Mas, por outro lado, os liberais e

defensores da República defendem o culto a imagem de Tiradentes na condição de herói nacional.

Desse modo, o grupo liberal e republicano compreendeu a inauguração da estátua de Dom Pedro I como um ato de provocação da parte do grupo conservador.



Ilustração 3 – Praça Tiradentes.
Foto: Alberto Cohen, 1905.

É diante dessas circunstâncias que Machado de Assis (1944, p. 161-162, grifos nossos) prossegue com a sua ironia:

[...] Mas sabe o leitor quem teve grande influencia nas festas de ante-hontem? O adjectivo. Não ria, leitor, o adjectivo é uma grande força e um grande elemento! E ninguém melhor do que os publicistas do *Jornal do Commercio* comprehende o valor que elle tem, e nem o emprega melhor. Foi o adjectivo quem fez as despezas das arengas escriptas anteriormente em defesa da estatua. Na apotheose, o adjectivo serviu de oleo cheiroso com que se incensou todas as virtudes duvidosas. Na censura, o adjectivo foi, por assim dizer, o succo venenoso com que aquelles bugres ungiram a ponta das suas flechas. Bem empregado, com geito e o tempo, como de ferro aconselha o poeta para tornar mezinha, o adjectivo fez nos artigos ministereaes um grande papel. Veja leitor como esta palavra – immortal – veiu sempre de um substantivo desamparado de importancia intrinseca. Se, por cançado, não podia elle aparecer mais vezes, lá vinha um *inclito*, lá vinha um *magnanimo*, lá vinha um substantivo *augusto*. E outros da mesma valia e peso. [...] Não ria, o leitor demasiado sério da importancia d'estas considerações. Desconhecer o adjectivo monta o mesmo que desconhecer a luz (grifos nossos).

Como podemos perceber, a ironia empregada pelo escritor assume o seu sentido mais comum: afirmar pelo seu contrário o que se pretende. Ao sugerir “não ria, leitor”, o nosso

cronista quer dizer “ria leitor”, ao ironizar com os integrantes do *Jornal do Comércio*, quando os denominam de “adjetivo”. Logo, o “adjetivo” tem o seu poder político identificado: o uso da palavra, no qual só quem tem autorização para usá-lo e apoiá-lo são os “substantivos”, ou seja, os homens que têm títulos, e que também são “adjetivos”, reunidos em torno dos interesses políticos de Dom Pedro II.

Assim, ao exercer a sua autoridade como jornalista, Machado de Assis escreve folhetins que tratam das experiências socioculturais da corte. Embora os seus folhetins apresentassem, como já percebemos, informações que a maioria dos leitores, do Segundo Reinado, já conheciam, é interessante observarmos que o *teatro imaginário* também é um outro recurso desenvolvido como estratégia de sua escrita. O *teatro imaginário*, uma vez trabalhado em conjunto com o *tom dialogal* e a ironia, também procura cumprir o papel de provocar no leitor um efeito de convencimento acerca de sua discordância ou concordância de um evento comentado. De fato, quando se trata de discutir o *teatro imaginário*, Granja (2000) explica que Machado de Assis passa a escrever a suas crônicas, a partir de 1864, buscando referências no teatro e nas peças teatrais, com o propósito de organizar o seu próprio texto. Nessas condições, Machado de Assis procura unir imagens reconstruídas por uma narrativa cômica e/ou trágica, tomando como alvos de seus comentários, os discursos e as atitudes de alguns personagens ilustres da política brasileira ou dos integrantes anônimos da corte.

Nessas condições, Machado de Assis observa e registra as experiências do palco político e social do Rio de Janeiro, chamando a atenção do leitor para as situações que sugerem comportamentos inadequados. Essas atitudes, dignas de registro para o nosso escritor, também são compartilhadas, na maioria das vezes, pela opinião pública, ou seja, mais particularmente por aqueles que tem simpatia pelas idéias liberais. Como podemos observar, os tristes vícios, os discursos políticos sem sentidos ou enganadores, as medidas públicas ineficazes são algumas das experiências que o nosso escritor coloca em evidência nas suas crônicas semanais. Um exemplo marcante, do emprego do *teatro imaginário* no seu texto está registrado no *Diário do Rio de Janeiro*, de 1864:

Um jornal d'esta côte deu, ha dias, aos seus leitores uma notícia tão grave quão succinta. É nada menos que a predição de uma catastrophe universal. Diz a folha que o professor Newmager, de Melbourne, prediz que em 1865 um cometa passará tão proximo á terra, que esta corre sérios riscos de perecer. Renovam-se, pois, os sustos causados pela prophecia do cometa de 13 de junho, susto que, por felicidade nossa, não foram confirmados pela realidade. [...] Também eu, apezar de já descrer até dos cometas, não pude lêr a frio a noticia d'este proximo cataclisma, e fiquei dominado por um sentimento de tristeza e desanimo. Pois que! – disse eu comigo – dar-se-há caso que o Creador não esteja contente com os homens? Logo, é certo que somos grandemente velhacos, immensamente egoístas, profundamente

hypocritas, tristemente ridículos. Logo, é certo que esta comedia que representamos cá em baixo tem desagradado a divindade, usando do principio de Boileau, lança mão de pateada solemne e estrondosa? (ASSIS, 1944, p. 30-31, grifos nossos)

Nessa passagem, é bem expressiva a preocupação que tem Machado de Assis de reconstruir essa experiência, mas procurando devolvê-la para o seu leitor como um *teatro imaginário*. Procurando avaliar a corte por um critério moral, o escritor realiza uma mediação entre o seu conhecimento prévio, assentado na literatura estrangeira, com o que está sendo narrado. De fato, ele chama a atenção do seu leitor para o medo da corte de morrer e deixar de encenar suas atitudes ridículas, marcadas pelo “egoísmo”, pela “avareza” e pela “hipocrisia”. Ao retomarmos à discussão de Ricoeur (1977), esse texto machadiano “*destrói o mundo*” quando toma as experiências vividas pela corte como seu referente para transformá-la numa comédia. Além disso, quando Machado de Assis procura demonstrar que a encenação cômica da corte se realiza pelo princípio Boileau, é bem provável que o escritor tenha adotado a proposta do romantismo de Hugo (2007).

O fato é que Boileau é citado por Hugo (2007) quando este escreve o prefácio de sua peça de teatro mais marcante, *Cromwell*, em 1827. Inclusive, é com a publicação dessa obra que Hugo (2007) assume a vanguarda do romantismo francês, ao propor a substituição da literatura clássica e de sua estética simétrica pela arte dramática. Trata-se de substituir a ênfase dada às atitudes grandiosas dos heróis, realizadas nas epopéias da literatura clássica (ou antiga) e que serve de inspiração para se pensar o *sublime* que há no homem, pela relação de contraste desta com o *grotesco*. De acordo com o Hugo (2007), o *grotesco* desempenha o papel de dramatizar o lado disforme e horrível do homem, no tocante a situações cômicas e trágicas. É, nessas condições, que Boileau é exemplificado por Hugo (2007) como um poeta do século XVII, que procura relacionar o belo e a perfeição – o *sublime* – com o feio, o disforme, o trágico e o cômico – o *grotesco* –, mas sem confundi-los. Com isso, a literatura romântica deve ser orientada a dramatizar o “real”, ao “pintar” (caracterizar) a história dos povos, mas naquilo que os historiadores esquecem e desprezam como, por exemplo, os pormenores de vestuários, de costumes e de fisionomias, enfim, detalhes do cotidiano (HUGO, 2007).

Na verdade, a nossa hipótese de que Machado de Assis pode ter seguido as orientações de Hugo (2007) para cunhar o seu *teatro imaginário* é sustentado pelo inventário que Massa (2001) realiza na biblioteca do nosso escritor. Dos livros de Hugo (2007), que compõe o acervo da biblioteca de Machado de Assis, há um deles, para esse momento, que chama-nos

mais a atenção é *Ode et ballades* (*Odes e Baladas*). Conforme Hugo (2007) discute no prefácio do seu *Cromwell*, o *ode*, isto é, o poema faz parte do primeiro estágio em que se encontra a literatura e o teatro, organizado pelos gregos antigos. É, nesse momento, que predomina a tragédia e a epopéia, caracterizada por heróis, semideuses, deuses, oráculos e por suas fatalidades. E, embora na *Ilíada* Homero tenha confrontado esses personagens *sublimes* com personagens *grotescos* – por exemplo: tritões, ciclopes e sátiros – para, Hugo (2007) essa literatura representa a infância da arte ocidental. Isto porque o *grotesco* antigo é pouco desenvolvido e apresenta-se com pouca importância. Logo, ao discutir a literatura ocidental, Hugo (2007) identifica influências cada vez maiores e variadas do *grotesco*, à medida que a sua história se aproxima do século XIX. Entre a Idade Média e a Idade Moderna – a fase do drama ou da idade adulta –, cabe ao *grotesco* o papel de se contrastar com o *sublime*, mas orientado pela moral cristã, para demonstrar a oscilação entre os defeitos e as virtudes do homem nas obras literárias.

O que Hugo (2007) pretende demonstrar, para essa fase, é que o *sublime* representa a pureza ou o belo, estando encarnado, por exemplo, em Julieta e Desdêmona de Shakespeare, enquanto o *grotesco* assume várias faces, ou seja, caracteriza-se por situações ridículas, pelas doenças, pelas paixões, pelos vícios, pelos crimes, pela luxúria, pelo terror, pela avareza e pela hipocrisia que estão representadas no Iago de Shakespeare, no Tartufo de Molière, no Mefistófeles de Goethe e entre outros. Com essa proposta, Hugo (2007) conclama os escritores de literatura, do século XIX, a conduzir a arte dramática para o seu último e mais maduro estágio: a velhice. Nessas condições, o caminho necessário para se alcançar essa última fase é trabalhar a característica fundamental do romantismo francês: a coexistência contrastante do *sublime* com o *grotesco*. Assim, Hugo (2007) procura valorizar o *grotesco* na elaboração da literatura romântica para dar equilíbrio ao *sublime*, mas sem deixar de relacioná-las com as experiências vividas que circundam o contexto do escritor. Por isso, ao assumir destaque como o oposto do *sublime*, o *grotesco* é

[...] uma das supremas belezas do drama. Não é só uma conveniência sua; é freqüentemente uma necessidade. [...] Infiltira-se por toda a parte, pois da mesma forma que os mais vulgares têm várias vezes acessos de sublime, os mais elevados pagam freqüentemente tributo ao trivial e ao ridículo. Portanto, freqüentemente inapreensível, freqüentemente imperceptível, sempre está presente no palco, ainda quando se cala, ainda quando se oculta. Graças a ele, não há impressões monótonas. Ora lança riso, ora lança horror na tragédia (HUGO, 2007, p. 50-51).

Desse modo, quando Machado de Assis aponta os tristes vícios encenados pela corte como se fossem virtudes, provavelmente ele está dialogando com a proposta do romantismo de Hugo (2007). Nesse sentido, o *grotesco* corresponde a todas aquelas atitudes consideradas ridículas na vida social e na instância política da corte, e que são ironizadas pelo nosso cronista como se fossem *sublimes*. Numa certa medida, em 1865, nos parece que Machado de Assis (1944, p. 305-307) põe novamente em prática essa proposta do seguinte modo

Alleluia! Começou o reinado de virtude. Sim illustres prelados [...], a casta e foragida virtude voltou a ocupar o trono da humanidade; o seculo regenerou-se; já não há indifferença, nem duvida, nem impiedade; os vícios abriram vôo, como as águas dantescas, e volveram para sempre aos antros do inferno; o diabo cortou as pontas e lançou a cauda ao fogo; Mephistopheles abandonou o Fausto; o Fausto repousa no seio de Margarida; o mundo é um Eden; a vida um idyllico: estamos em pleno Theocrito. Quereis a prova? As folhas do Rio de Janeiro publicaram o anno passado uma grande noticia. Era uma predição do professor Newmager, de Melburne. Segundo este sabio devia aparecer em 1865 um cometa, ao qual estava destinado um d'estes dous importantes papeis: Ou destruir o globo, com um golpe de cauda; Ou dar aos olhos dos homens uma cousa nunca vista desde o começo do mundo: um dia de 72 horas. [...] Pois bem! O cometa apareceu, o cometa paira sobre nossas cabeças, mas é um cometa inoffensivo, tenue, descorado, que ainda não destruiu a menor cousa, e que promette retirar-se em perfeito estado de paz. Conclusão: começou o reinado de virtude; o mundo creou pelle nova. Já não ha hypocritas, nem velhacos, nem egoistas, nem vaidosos, nem incrédulos, nem invejosos, nem máos. Tartufo é um homem sincero; Bertrano é um homem honrado; D. Juan envergou o burel do monge [...]

A ironia machadiana realiza uma analogia dos vícios, ao seu contrário de alguns personagens da literatura ocidental e que são identificados, por Hugo (2007), como *grotescos*. Isso significa que, para Machado de Assis, as atitudes dramatizadas pela corte, não passam de vícios disfarçados de virtudes. De fato, nessa passagem, o nosso escritor procura registrar o *grotesco*, sob a influência da proposta de Hugo (2007), ao identificar alguns aspectos ridículos da corte a partir da sua crônica. Com isso, ele parece evidenciar, no seu texto, o seu presente como comédia e que endereça a sua sátira aos personagens da corte. Em outras palavras, uma vez assentando o seu *teatro imaginário* no terreno da comédia, Machado de Assis traz o ridículo ou os tristes vícios (o *grotesco*) da vida pública para a sua crônica, depois de ter, juntamente com o seu leitor, assistido de camarote à sua dramatização. É de se observar, também, que esse caminho adotado pelo nosso escritor, provavelmente busca comungar com a proposta de construção de um sujeito histórico, ao trabalhar com a dramatização da vida social pela linguagem literária, segundo a perspectiva de Hugo (2007). De acordo com esse expoente do romantismo francês, tudo o que há no mundo, na história, na vida e no homem pode ser apreendido pela arte. Logo, a arte interpreta os séculos e a natureza, questiona a história, aplica-se em reproduzir a “realidade” dos fatos, mas em especial os costumes

(HUGO, 2007). A história do costumes, “pintada” com um tom apaixonante pela arte dramática, valoriza uma narrativa que procura estabelecer uma relação entre o *grotesco* e o *sublime*, como meio de superar as contradições da história oficial dos historiadores, ao corrigir suas omissões e seus truncamentos com imaginações apoiadas na cor do tempo (HUGO, 2007). Isso pressupõe que a arte dramática reestabelece

[...] o jogo dos fios da providência sob as marionetes humanas, reveste o todo com uma forma ao mesmo tempo poética e natural, e lhe dá esta vida de verdade e de graça que gera a ilusão, este prestígio de realidade que apaixona o espectador, e primeiro poeta, pois o poeta é de boa fé. Assim, a finalidade da arte é quase divina: ressucitar, se trata da história; criar, se trata da poesia (HUGO, 2007, p. 69).

Com efeito, ao aplicar essa proposta no seu *Cromwell*, Hugo (2007) questiona os estudos biográficos dos historiadores, que abrange os séculos XVII e XIX. Por ser um personagem que marcou a história da Europa, pelo seu envolvimento na reforma política e religiosa da Inglaterra, Cromwell foi estudado por alguns historiadores, inclusive por Jean-Jacques Bossuet. Diante dessas razões, Hugo (2007) não rejeita a importância de Cromwell como sujeito histórico e, por isso mesmo, escreve uma peça teatral para discutir as dimensões do seu perfil e das condições políticas da Inglaterra, do século XVII. Todavia, uma vez cumprindo com essa proposta, Hugo (2007) esclarece, no prefácio de sua peça, que os biógrafos de *Cromwell* deixaram incompleta a história deste personagem. Na concepção daquele autor, os historiadores parecem ter negligenciado a reunião dos traços “bizarros” e “colossal” de Cromwell. Em outras palavras, ao investigar a história da Inglaterra, Hugo (2007) descobre um Cromwell completamente novo. Não se trata somente de um Cromwell militar ou de um Cromwell político (este último discutido por Bossuet), mas de um Cromwell complexo, heterogêneo, múltiplo, marcado também por atitudes contraditórias, que apresenta maldade e bondade, genialidade e mesquinhez, austeridade e melancolia em seus costumes; enfim, vítima dos discursos realistas de sua jovem filha, simples militar e grosseiro (HUGO, 2007).

É com essa perspectiva, trilhada por Hugo (2007), que Machado de Assis pode ter desenvolvido parte dos recursos que caracterizam as suas crônicas e, posteriormente, os aplicou, também, na sua literatura. E antes de encerrarmos essa discussão, é importante destacar um outro indício que confirma a influência da proposta de Hugo (2007) na literatura machadiana. Machado de Assis (1944), quando discute o papel da História do Brasil, a partir de sua obra, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, também lança mão do exemplo Cromwell

para dizer que, se não há uma única história da Revolução Inglesa, também não há uma só versão da História do Brasil. Isto porque a história de Cromwell e a História do Brasil são como uma “loureira”, caracterizada por ramos de tamanhos variados, isto é, ambas coexistem e se relacionam com outras histórias de “bandeira menor”, as dos costumes aludidos por Hugo (2007). Essa concepção de História do Brasil, apresentada e discutida por Machado de Assis (1944), já se encontra presente nas suas crônicas. De fato, quando o nosso escritor recorre a tradição literária para organizar os recursos de sua narrativa – a ironia, o *tom dialogal* e o *teatro imaginário* –, ele transforma a sua narrativa (crônicas dos jornais) em um evento (as experiências vividas na corte) e que se realiza pelo cruzamento entre o tempo do narrador e o tempo do narrado. Daí as analogias, entre os integrantes da corte com personagens da literatura estrangeira, que Machado de Assis realiza nas suas crônicas, limitam-se em buscar, nos costumes e valores de ambos, os referenciais que o autor pretende descrever e avaliar.

Portanto, algumas dos recursos desenvolvidos nas suas crônicas estão também presentes em *O Alienista*. Como veremos a seguir, esse conto transforma o palco social do Rio de Janeiro ora em uma comédia, ora em uma tragédia. Ao que tudo indica, Machado de Assis pode ter desenvolvido parte dessa história para ironizar com o triunfo da cultura franco-inglesa na corte. E, para cumprir com o seu propósito, o nosso escritor procurou articular o romantismo, de Hugo, com o método de esconder e revelar de Poe. Parece que as atitudes *grotescas* e *sublimes* dos habitantes de Itaguaí sustentam o *espelho transparente*, no qual elas são expostas de maneira tão sutil, que *quase* corremos o risco de deixá-las para serem discutidas como aspectos secundários.

2.2. Itaguaí: um *espelho transparente* da experiência cosmopolita da corte

A mudança de posição entre o personagem Bacamarte e os habitantes de Itaguaí, no qual o médico resolve se confinar na Casa Verde e, ao mesmo tempo, liberta os habitantes de Itaguaí dessa mesma instituição, pode nos revelar uma das preocupações de Machado de Assis. Como tínhamos assinalando, desde as suas primeiras crônicas, inclusive aquelas publicadas pelo *Diário do Rio de Janeiro*, Machado de Assis já vinha ironizando com os costumes e valores da corte. Nessa perspectiva, ao final do conto, a soltura dos loucos da Casa Verde demonstra, ironicamente, que não há fronteiras entre a insanidade e a razão. Tanto a loucura como a razão procuram justificar os costumes e valores cosmopolitas dos habitantes de Itaguaí.

Dessa maneira, Machado de Assis procura esconder e revelar as suas ironias acerca dos vícios dos habitantes de Itaguaí, mas, para isso, toma o palco social da corte como referência. Logo, quando pensamos como vivem os habitantes de Itaguaí, antes de Bacamarte chegar de Coimbra, não podemos deixar de perceber que são as experiências vividas desses personagens que justificam as teorias daquele médico. Com isso, é provável que Machado de Assis esteja tornando transparente a prioridade acerca da sua avaliação sutil em relação às condições de vida da corte. Para Trigo (2001), a relação entre Machado de Assis e o Rio de Janeiro tem implicações para a sua literatura. De acordo com esse intérprete da literatura machadiana, não é possível isolar os contos e romances de Machado de Assis do contexto em que eles se inscrevem e em que são escritos. De fato, Machado de Assis procura retratar o Rio de Janeiro por meio de sua literatura, quando articula esta última com as suas experiências de cronista, ao registrar as suas impressões acerca da moda, dos costumes, dos valores e das mudanças sociais do Segundo Reinado (TRIGO, 2001).

Além de observador arguto das experiências vividas da corte, parece que Machado de Assis transmitiu, também, para os seus contos e romances, o temperamento sedentário que manteve inalterado por quase toda a sua vida. Ora, desde 1875, quando estabeleceu sua residência com Carolina, sua esposa, na rua das Laranjeiras, número 4, e, a partir de 1883, na rua Cosme Velho, número 18, Machado de Assis acordava antes das 6 horas da manhã. A sua residência, alugada, garantia-lhe o conforto necessário. Depois da refeição na companhia de Carolina, ambos se sentavam em uma cadeira de balanço dupla, de mãos dadas, próximo de uma das três janelas da sala, que dava visibilidade para a rua e para o jardim. Depois de dividir a sua atenção entre um silêncio afetuoso com Carolina e a sua admiração pelas flores, Machado de Assis ocupava-se com leituras de obras da literatura estrangeira e nacional, mas também com a produção de folhetins, no seu gabinete. E, às 10 horas, pontualmente, deixava a sua residência para tomar o bonde, cujo destino era a repartição, onde trabalhava no cargo de funcionário público.

Terminado o seu expediente, às 16 horas, ele tomava outro bonde para rua do Ouvidor, onde encontrava os amigos, na Livraria Garnier e nos gabinetes de leituras. Depois de conversar e de ter comprado e/ou alugado os últimos lançamentos da literatura nacional e estrangeira, ele se dirigia a um dos jornais, em que prestava serviço, e entregava um folhetim ao editor chefe para ser publicado na semana seguinte. E, de volta a sua casa, jantava e levava Carolina para passear, também, na rua do Ouvidor ou para realizar visitas formais a outras mulheres “respeitáveis” (ilustração 4).



Ilustração 4 – Machado de Assis e Carolina.
Foto: s./d., 1902.

Após o cumprimento dessa formalidade, com o cair da noite, Machado de Assis retornava com Carolina para casa. Mas, às vezes, a permanência de ambos em espaços públicos podia se prolongar, quando freqüentavam clubes para assistir uma ópera ou para apreciar a exibição de uma peça de teatro. No entanto, quando os eventos sociais noturnos não atraíam a atenção do casal, era em casa que essa programação terminava. Assim, enquanto o sono não chegava, com o auxílio da iluminação de um lampião, Machado de Assis retomava suas leituras e seus escritos.

Durante essa rotina, Machado de Assis combinava conhecimento prévio, aprendido com as leituras, refletia acerca das suas experiências no cotidiano do Rio de Janeiro e escrevia o que pensava delas, pela manhã e a noite. Logo, Trigo (2001) sustenta a hipótese de que, ao cumprir com essa rotina, Machado de Assis pode ter elevado o Rio de Janeiro à categoria de um de seus personagens mais queridos. Nessas condições, quando se pensa no Rio de Janeiro de Dom Pedro II, a partir de *O Alienista*, não podemos deixar de considerá-lo como uma imagem construída com intrigas históricas e com a urdidura do cotidiano da corte. A história dos costumes, valorizada por Hugo (2007), parece orientar Machado de Assis a ironizar, primeiro, as loucuras da corte, representados por alguns dos costumes e valores dos habitantes de Itaguaí. Dessa maneira, Itaguaí torna-se o *espelho transparente* do palco social do Rio de Janeiro, onde costumes e valores, oriundos da Europa, são adotados pela elite rural e pela camada média como “remédio universal” para poderem seguir a rota do progresso e, assim, alcançar a civilização. Ou dito de outra forma, Machado de Assis ironiza com sutileza a

proximidade da corte com a Europa, quando descreve o comportamento dos personagens de Itaguaí.

Nesse sentido, é possível que as teorias formuladas acerca da loucura, por Bacamarte, possam ser compreendidas como aspectos do cosmopolitismo e que se realiza em Itaguaí ou no Rio de Janeiro. Isso significa que as teorias do médico procuram desviar a atenção do leitor do aspecto histórico e social, que há no conto, para o dilettantismo. Logo, ao desenvolver estratégias para a sua narrativa, Machado de Assis nos revela, por intermédio das loucuras dos habitantes de Itaguaí, vícios que há por trás da polidez da corte. A ênfase dada às práticas sociais do cotidiano da corte toma como alvo a transição da normalidade para a anormalidade, e vice-versa, que se realiza nos habitantes de Itaguaí, quando certas experiências vividas são influenciadas pelos costumes e valores importados do Velho Mundo. De fato, quando compreendemos a vida da corte, mas a partir de *O Alienista*, podemos perceber uma conformidade cultural que há na dramatização de suas experiências. Ao seguirmos essa linha de reflexão, parece que cada habitante de Itaguaí representa alguns dos aspectos da cultura cosmopolita da corte.

O primeiro caso de loucura foi o de Costa. Herdeiro de uma fortuna em dinheiro deixado pelo seu tio, Costa foi tomado por um “sentimento cavalheiresco”. O fato é que esse personagem começou a emprestar o seu capital para quem lhe pedisse, mas sem lucrar e sem prazo de devolução. O resultado disso é que, em cinco anos, Costa foi perdendo toda a sua fortuna:

Se a miseria viesse de chofre, o pasmo de Itaguahy seria enorme; mas veio devagar; elle foi passando da opulência á abastança, da abastança á mediania, da mediania á pobreza, da pobreza á miséria, gradualmente. Ao cabo daquelles cinco annos, pessoas que levavam o chapéo ao chão, logo que elle assomava no fim da rua, agora batiam-lhe no hombro, com intimidade, davam-lhes piparotes no nariz, diziam-lhes pulhas. E o Costa sempre lhano, risonho. Nem se dava de ver que os menos cortezes eram justamente os que tinham ainda a dívida em aberto; ao contrário, parece que os agasalhava com maior prazer, e mais **sublime resignação** (ASSIS, 1944, p. 33-34, grifos nossos).

Logo, para os que não podiam pagar-lhe a dívida, Costa perdoou-lhes e emprestou mais dinheiro (ASSIS, 1944). De certa maneira, essa insensatez de Costa parece sugerir uma ironia de Machado de Assis em relação à conduta do aristocrata europeu na vida pública e que é apropriada pela corte. Trata-se de sugerir reflexões acerca das relações sociais que se realiza pela ostentação da riqueza, uma vez que o poder econômico de um integrante da corte, durante o Segundo Reinado, podia atrair contatos políticos importantes, aparar arestas e reafirmar a sua importância na vida social. De fato, Needel (1993) demonstra que a

preservação de um bom convívio na corte se dá a partir da freqüência em instituições de lazer – dança de salão, corridas de cavalo e clubes – e em instituições domésticas – em uma grande fazenda e nos casarões – em momentos festivos. Logo, a elite rural e a camada média, às vezes, costumavam freqüentar os mesmos ambientes de lazer, no qual durante os intervalos dos eventos públicos e na sociabilidade de um lar, permitiam a combinação de negócios relacionados à agricultura e ao comércio. Com efeito, o *apadrinhamento familiar* se realizava nesses lugares de sociabilidade, onde a elite rural costumava arregimentar em torno dos seus interesses bacharéis em início de carreira e/ou profissionais liberais influentes na política. Needel (1993) demonstra que, o *apadrinhamento familiar* consiste num sistema de união familiar, em que um casal de prestígio político e econômico adota um jovem como seu parente, pelo batismo ou na condição de genro. Tal vínculo emocional e familiar permitia a concretização do interesse de ambos: de um lado, um aristocrata rural, na condição de padrinho, reforçava a concretização de seus interesses na vida política, durante o Segundo Reinado, ao ampliar a sua rede de relações na corte, quando investia na carreira profissional e política de seu afilhado ou genro e, do outro, este mesmo conquistava cargos públicos com facilidade.

Nessas condições, a maneira com que Costa usa a fortuna deixada pelo seu tio, possivelmente, ilustra, de modo irônico, aspectos desse *apadrinhamento familiar*. Logo, os seus empréstimos procuram simular a necessidade de investir seu capital para ampliar e manter a sua sociabilidade em Itaguaí:

Um dia, como um d'esses incuráveis devedores lhe atirasse uma chalaça grossa, e elle se risse d'ella, observou um desafeiçoad, com certa perfídia: “- Você suporta esse sujeito para ver se elle lhe paga”. Costa não se deteve um minuto, foi ao devedor e perdoou-lhe a dívida. [...] Costa era perspicaz, entendeu que ele negava todo o merecimento ao acto, atribuindo-lhe a intenção de regeitar o que não vinham metter-lhe na algibeira. Era puderoso e inventivo; duas horas depois achou um meio de provar que não lhe cabia um tal lábeo: pegou de algumas dobras, e mandou-lhes de empréstimo ao devedor.

– Agora espero que... – pensou elle sem concluir a phrase.

Este ultimo rasgo do Costa persuadiu a crédulos e incrédulos; ninguém mais pôz em dúvida os sentimentos cavalheirescos d'aquelle digno cidadão (ASSIS, 1944, p. 34).

É interessante observarmos que, juntamente com a necessidade de ser reconhecido como “digno cidadão” de Itaguaí, Costa está sempre “lhano” e “risonho” diante das piadas de seus devedores. O que “roía a alma” de Costa não era a perda de sua fortuna ou de tê-la investido na amizade de homens interessados, apenas, em tirar proveito de seu poder econômico, mas o “desafeto” deles. Essa polidez de Costa diante das contrariedades da vida

social se aproxima de um perfil de homem, do Segundo Reinado, e que é discutido por Holanda (1995) a partir do *homem cordial*. Quando discute triunfo gradativo de certas virtudes *antifamiliares* sobre a família patriarcal, Holanda (1995) explica que as novas relações sociais na vida urbana exigem dos jovens, desvinculados da vida provincial e rural, a substituição do “*viver por si*” por um espírito de iniciativa pessoal e por uma concorrência entre eles na condição de cidadãos. Nesse aspecto, percebe-se que essas novas experiências conduzem os jovens a uma inclinação cada vez mais igualitária na luta pela sua sobrevivência e pelo alcance de seus objetivos. Por isso, o que importa para Costa é a sua prosperidade social, isto é, ser reconhecido como “cidadão mais ilustre” de Itaguaí. Logo, para manter esse reconhecimento, Costa não só continuava distribuindo a sua fortuna com os habitantes de Itaguaí, mas também agia com cordialidade ou generosidade e lhaneza no trato diante das ofensas e piadas de seus devedores. Ao que tudo indica, quando descreve a postura de Costa, Machado de Assis ironiza com a vida da corte orientada por um jogo político de interesses entre homens civilizados e que são capazes de comprar e vender o seu prestígio na sociedade.

Porém, a discussão que Machado de Assis parece sugerir em torno dessa questão, não se encerra com o confinamento de Costa na Casa Verde. Isso se deve a atitude da prima de Costa que, por sua vez, procura interceder em favor da sua libertação junto a Bacamarte:

Se elle gastou tão depressa o que recebeu, a culpa não é d'elle. [...] - Não, senhor. Eu lhe digo como o negocio se passou. O defuncto meu tio não era máo homem; mas quando estava furioso era capaz de nem tirar o chapéu ao Santíssimo. Ora, um dia, pouco tempo antes de morrer, descobriu que um escravo lhe roubara um boi; imagine como ficou. A cara era um pimentão; todo ele tremia, a boca escumava; lembra-me como se fosse hoje. Então um homem feio e cabelludo, em mangas de camisa, chegou-se a elle e pediu agua. Meu tio (Deus lhe falle n'alma!) respondeu que fosse beber ao rio ou ao inferno. O homem olhou para elle, abriu a mão em ar de ameaça, e rogou esta praga: - “Todo o seu dinheiro não ha de durar mais de septe annos e um dia, tão certo como isto ser o *sino salomão!*” E mostrou o *sino salomão* impresso no braço. Foi isto, meu senhor; foi esta praga d'aquelle maldicto (ASSIS, 1944, p. 36-37).

A sua justificativa não é convincente, e ela também não escapa de ser recolhida a Casa Verde. Nesse momento, Machado de Assis procura colocar em destaque o triunfo da razão sobre a religião. Classificada de “alucinada” por Bacamarte, a postura religiosa da prima de Costa simboliza uma outra característica cômica da corte: a imagem que ela organiza do negro. Sob o ponto de vista da moral cristã, o negro é um agente negativo capaz de provocar problemas na ordem instituída pelos brancos. É interessante observarmos que, segundo a explicação da sua prima, o latrocínio de um escravo é compreendido como o motivo inicial e que resulta no gasto de toda a herança de Costa. Logo, ao colocar em destaque essa

explicação, assentada em valores religiosos, parece que Machado de Assis ironiza com isenção da culpa que o homem branco e cristão tem dos seus infortúnios. Contudo, apesar de não ter sido levada a sério por Bacamarte, o discurso da prima de Costa parece nos chamar a atenção para a permanência de algumas imagens que se mantém do negro, ainda que a racionalidade da ciência, valorizada pelo Positivismo, supere a moral cristã, durante o Segundo Reinado: elemento de raça inferior por ser descendente de africanos, viciado, imoral, incapaz para o trabalho livre e criminoso em potencial. Certamente, o que há de comum entre a moral cristã e o Positivismo é que ambos tratam o escravo como um agente negativo da sociedade: para o primeiro é a personificação da imoralidade e, para o segundo, o inimigo do progresso e da civilização. Ora, de acordo com Souza (1986), durante o período colonial, os portugueses cristãos percebiam a África como um lugar de imenso pecado e, portanto, a única forma dos habitantes daquele continente escaparem dessa fogueira eterna era submetendo-se ao trabalho escravo, na América. Desse modo, a labuta no Novo Mundo apresentava-se como uma possibilidade de salvação para o escravo. Por isso, na condição de representante dessa compreensão que se fazia do negro, entre os séculos XVI e XVIII, mas que estava em fase de superação pelo entendimento racional e científico, no século XIX, a prima de Costa torna-se prisioneira da Casa Verde:

Bacamarte espertara na pobre senhora um par de olhos agudos como punhaes. Quando ella acabou, estendeu-lhe a mão polidamente, como se fizesse á própria esposa do vice-rei, e convidou-a a ir fallar ao primo. A misera acreditou; elle levou-a á Casa Verde e encerrou-a na galeria dos alucinados (ASSIS, 1944, p. 37).

Assim, o isolamento da prima de Costa na Casa Verde pode servir de exemplo para compreendermos como Machado de Assis pensa o processo de separação entre o Estado e a Igreja, durante o Segundo Reinado. Nessas condições, o isolamento social imposta à prima de Costa, por Bacamarte, confere a inviabilidade de se manter o Padroado Régio. De fato, Dom Pedro II, na condição de maior representante do Estado, adotou a ciência como a nova referência de conhecimento, cujo interesse foi o de tentar construir uma nova identidade para o Brasil (SCHWARCZ, 1993). Freqüentador assíduo de exposições, expedições e reuniões de cunho científico nacional e internacional, Dom Pedro II procurou, por meio dessas iniciativas, substituir a imagem negativa do Brasil, como nação da mata e da selvageria, por uma imagem moderna, industriosa, civilizada e científica (SCHWARCZ, 1993). Como resultado, essa proposta de Dom Pedro II parecia complementar e concluir com uma série de restrições, impostas pelos seus antecessores para a Igreja, no tocante a intervenção dessa instituição na

vida da corte e em seus negócios. Por exemplo: o Tratado de 1810 ou o do Comércio e Navegação e o de Aliança e de Amizade, realizado entre Dom João VI e a Inglaterra, não só possibilitou a realização do comércio dos ingleses, no Brasil, mas também lhes garantiu a liberdade de professarem a sua religião, o Protestantismo, e, concomitantemente, a Inquisição foi proibida. Segundo Skidmore (1976), embora tenha sido mantida como instituição religiosa do Império, pela Constituição Brasileira de 1824, no qual os cemitérios e os ensinos primários e secundários foram confiados à sua responsabilidade, a Igreja Católica foi obrigada, por lei, a aceitar que parte de suas finanças fossem controladas pelo Estado.

Assim, ao sugerir uma reflexão em torno do triunfo do poder político do Estado sob a Igreja, parece que Machado de Assis constrói uma imagem burlesca e irônica da falta de consenso entre Bacamarte e a prima de Costa. Burlesca, porque a ciência trata a moral cristã como um conhecimento obsoleto e desnecessário para se pensar em soluções para os problemas de ordem social e política no Brasil, e irônica porque a passagem do pensamento religioso para uma compreensão racional e científica não altera as condições de vida do negro, no Segundo Reinado. Em outros termos, é provável que a prisão da prima de Costa esteja relacionada com a mudança do discurso religioso para o discurso científico, importado do Velho Mundo, para justificar a preservação de uma nova ordem cultural, mas que continua satisfazendo, apenas, aos interesses políticos e econômicos da corte. Por certo, as observações e as reflexões realizadas por Machado de Assis acerca da condição de vida na corte, a partir do diálogo entre a prima de Costa e o Bacamarte, parece conferir a uma de suas impressões, de que tanto a moral cristã como o saber científico procuram valorizar os interesses individuais dos brancos.

De fato, os interesses individuais, valorizados pela corte, estão caracterizados pela ostentação e preservação da riqueza, que Machado de Assis embora procure ironizar a partir da experiência de Costa, também o faz pela procura frenética do embelezamento e da sofisticação de um estilo de moradia inspirada no paradigma aristocrático europeu. Nesse sentido, a construção de um patrimônio e a necessidade de usá-lo para chamar a atenção da corte também se torna alvo da ironia de Machado de Assis:

Só a casa bastava para deter e chamar toda a gente; mas havia mais – a mobília, que elle mandara vir da Hungria e da Holanda, segundo contava, e que se podia ver do lado de fóra, porque as janelas viviam abertas – e o jardim, que era uma obra-prima de arte e de gosto. Esse homem, que enriquecera no fabrico de albardas, tinha tido sempre o sonho de uma casa magnifica, jardim ponposo, mobilia rara. Não deixou o negocio das albardas, mas repousava d'elle na contemplação da casa nova, a primeira de Itaguahy, mais grandiosa do que a Casa Verde, mas nobre do que a da camara. Entre a gente illustre da povoação havia choro e ranger de dentes, quando

se pensava, ou se fallava, ou se louvava a casa do alardeiro – um simples alardeiro, Deus do céo! (ASSIS, 1944, p. 38-39).

Mateus, o alardeiro a que se refere Machado de Assis, é o terceiro louco de Itaguáí. Esse personagem parece colocar em evidência a leitura que o nosso escritor realiza de um outro aspecto da cultura da corte: o uso do patrimônio para ostentar riqueza e sucesso profissional. Conforme já discutimos, a chegada de comerciantes ingleses, por volta da primeira metade do século XIX, começou a alterar alguns costumes e valores da corte. Os ingleses procuraram reproduzir, na capital do Brasil, parte de seus hábitos e nisso incluíram o consumo de móveis de seu país de origem. Com efeito, o consumo dessa manufatura, seja ela inglesa ou oriunda de outras regiões da Europa, ocasionou alterações significativas na vida privada dos habitantes do nosso país. Graham (1973) destaca que, antes da presença dos ingleses, o lar brasileiro era vazio e sóbrio, com tetos altos e com piso de largas tábuas. E, diante dessas circunstâncias, o único lugar confortável era a rede. Porém, a medida que os bairros ingleses foram sendo erguidos no Rio de Janeiro, após a chegada de comerciantes, engenheiros e professoras, o modelo do lar europeu tornou-se uma referência de moradia para a corte. Ao adotar certos recursos domésticos da cultura inglesa nas suas residências – por exemplo: mobílias, tapetes e até lareiras –, a corte desejava criar um ambiente que se aproximasse da moderna cultura européia. Nessas condições, a ironia machadiana não parece condenar esse tipo de consumo. Porém, o fato é que Mateus não está satisfeito de ter concretizado o seu sonho, ao adquirir uma “casa magnífica” com um “jardim pomposo” e uma “mobília rara”. Desejando competir com a “gente ilustre” de Itaguáí, Mateus procura chamar a atenção para os resultados do seu sucesso profissional, ao trabalhar como “simples alardeiro”.

É provável que, a partir de Mateus, Machado de Assis esteja nos chamando a atenção para a competitividade realizada entre a camada média e a aristocracia rural. Ao que tudo indica a ostentação do poder econômico na vida pública, a partir da exibição do seu patrimônio, pode ter sido utilizada como um caminho necessário para participar da política, no Segundo Reinado. Lembremos que a “casa nova” de Mateus é “mais grandiosa do que a Casa Verde” e “mais nobre do que a da câmara”. A Casa Verde pertence a Bacamarte, “um filho da nobreza da terra”, e a câmara está sob o controle dos políticos ilustres de Itaguáí. Portanto, Machado de Assis parece ironizar com a vaidade da camada média, porque o consumo de mobílias européias não se apresenta, apenas, como uma necessidade dela estar mais próxima da Europa:

De manhan, com effeito, era costume do Matheus estatelar-se, no meio do jardim, com os olhos na casa, namorando, durante uma longa hora, até que vinham chamalo para almoçar. Os vizinhos, embora o cumprimentassem com certo respeito, riamente por traz d'elle, que era um gosto. Um d'esses chegou a dizer que Matheus seria muito mais economico, e estaria riquissimo, se fabricasse as albardas para si mesmo; epígrama inintelligivel, mas que fazia rir ás bandeiras despregadas (ASSIS, 1944, p. 39).

Ainda que seja ridicularizado pela sua postura, o triunfo do poder econômico de Mateus sobre o prestígio social e político da aristocracia rural, também pode representar o destaque cada vez maior da camada média no cenário urbano. Ora, é importante considerarmos que, com o decreto da Lei Eusébio de Queirós, em 1850, ao proibir o tráfico negreiro, as atividades urbanas começaram a se tornar, cada vez mais, importantes. Logo, sem condições de desempenhar o papel de credor para a aristocracia rural renovar a sua mão-de-obra escrava com o tráfico, Dom Pedro II passou a apoiar financeiramente as atividades desenvolvidas nos centros urbanos. De fato, o imperador autorizou a abertura de crédito para comerciantes, pequenas iniciativas industriais e instalações de estradas de ferro. Nesse contexto, marcado por uma valorização da atividade urbana, Mateus pode simbolizar a necessidade da camada média de organizar o seu lugar de importância no cenário econômico e político do Segundo Reinado, a partir de seu ofício e da ostentação cômica de seu patrimônio. E o resultado não podia ser outro: Mateus foi o terceiro recluso na Casa Verde, por causa do seu padecimento de “amor ás pedras” (ASSIS, 1944, p. 40).

Assim, após o confinamento de Mateus na Casa Verde, os habitantes de Itaguaí começam a atribuir motivos para as atitudes de Bacamarte. Alguns falam em “vingança”, outros afirmam que é “cobiça por dinheiro”, e há até quem acredite que é um “castigo de Deus” (ASSIS, 1944, p. 42). Entretanto, Machado de Assis, a partir do *tom dialogal*, sugere ao leitor que tais justificativas não tem significado, porque é um “[...] produto diário da imaginação pública” (ASSIS, 1944, p.42). O escritor sinaliza, de modo irônico, para as limitações que tem o conhecimento popular diante do saber científico de Bacamarte. Como podemos observar, à medida que o médico se relaciona com os habitantes de Itaguaí, a loucura vai se revelando sob vários aspectos, diante de suas observações. E, nessas condições, o personagem Martim Brito torna-se o próximo alvo do alienista.

Com a chegada do Rio de Janeiro de Dona Evarista, esposa de Bacamarte, cerca de cinqüenta convidados estavam participando de um jantar de boas vindas. O clima de terror instaurado em Itaguaí, por causa das investidas de Bacamarte, “homem de ciência”, contra os loucos, parece estimular alguns de seus convidados a disputar a sua atenção e a sua simpatia, ao prestar homenagens a Dona Evarista com brindes, discursos, versos e apologias (ASSIS,

1944). É pela etiqueta, que a disputa simbólica se realiza nesse jantar. E para vencer nesse jogo, o jovem Martim Brito usa o seu dom de orador:

“Deus, disse elle, depois de dar o universo ao homem e à mulher, esse diamante e essa perola da corôa divina (e o orador arrastava triumphalmente esta phrase de uma ponta a outra da meza), Deus quiz vencer a Deus, e creou D. Evarista” (ASSIS, 1944, p. 45-46).

De certo modo, Martim Brito consegue se destacar entre os convidados, ao deixar Dona Evarista de “olhos baixos”, uma postura de modéstia diante desses elogios, assim como desperta a atenção e a reflexão do alienista:

[...] o alienista sorria agora para o Martim Brito e levantados todos, foi ter com elle e falhou-lhe do discurso. Não lhe negou que era um improviso brilhante, cheio de rasgos magníficos. Seria d'elle mesmo a idéa relativa ao nascimento de D. Evarista ou tel-a-hia encontrado em algum auctor que?... Não, senhor; era d'elle mesmo; achaou-a n'aquelle occasião e pareceu-lhe adequada a um arroubo oratorio. De resto, suas idéas eram antes arrojadas do que ternas ou jocosas. **Uma vez, por exemplo, compoz uma ode á queda do márquez de Pombal, em que dizia que esse ministro era o “dragão aspérrimo do Nada” esmagado pelas “garras vingadoras do Todo”; e assim outras, mais ou menos fóra do comum; gostava das idéas sublimes e raras, das imagens grandes e nobres...**

- Pobre moço! pensou o alienista. E continuou comsigo: - Trata-se de um caso de lesão cerebral: phenomeno sem gravidade, mas digno de estudo... (ASSIS, 1944, p. 46-47, grifos nossos).

Nessa passagem, Machado de Assis parece ironizar com o excesso de valorização da arte do bem falar, a retórica dos políticos, durante o Segundo Reinado. Ora, conforme já discutimos, Machado de Assis, quando trabalhava para o *Diário do Rio de Janeiro*, na condição de repórter do senado, na década de 1860, já estava atento aos discursos de efeito apenas teórico dos políticos. Naquela época, Machado de Assis denunciava, nas crônicas, a incapacidade dos parlamentares do Império de sustentar uma dissertação longa acerca de algum assunto, bem como, na maioria das vezes, costumavam se perder com palavras “dúbias” ou “desdenhosas” na exposição de suas idéias. Todavia, esse tipo de vício, quando Machado de Assis escreve *O Alienista*, continua fazendo parte da vida política da corte, durante os primeiros anos da década de 1880. O fato de considerarmos o Bacamarte como uma possível imagem cômica de Dom Pedro II, nos induz, também, a identificarmos o jovem Martim Brito como uma alegorização de um bacharel em busca de amparo para seguir carreira política. Possivelmente, a partir da reflexão que Bacamarte realiza do discurso de Martim Brito, Machado de Assis considera ridículo certos jogos políticos de homens ilustres da corte, no qual usam da etiqueta francesa para expressar seus sentimentos, com segundas

intenções, e, assim, poderem se aproximar e exercer influência junto a Dom Pedro II. Nesse sentido, ao discutir as condições de vida de um nobre no tempo de Dom Pedro II, Schwarcz (1998) nos chama a atenção para a diferença entre a etiqueta de homens e de mulheres. Para o homem, é permitido um discurso inteligente e correto em eventos sociais, e Martim Brito exemplifica essa postura. No caso da mulher, é exigido dela uma atitude modesta e silenciosa, por isso a reação de Dona Evarista não poderia ser outra diante dos “rasgos magníficos” de Martim Brito em sua homenagem. Logo, Machado de Assis, através da reflexão de Bacamarte, provavelmente lança mão de uma comparação entre o discurso de Martim de Brito com uma *ode* que trata de Marquês de Pombal, um expoente da razão iluminista, de Portugal, para denunciar que os discursos de exaltação política e pessoal, embora possam servir para demarcar posições sociais, constroem falsos heróis na história do cotidiano civilizado da corte.

E o uso da etiqueta continua a ser, ainda, o alvo da ironia de Machado de Assis. Mas, só que dessa vez é a “vocação das cortesias” a referência da reflexão em pauta. Por esse motivo, Gil Bernardes é o louco que sofre de excesso de nobreza:

Era um rapaz de trinta annos, amável, conversado, polido, tão polido que não cumprimentava alguém sem levar o chapéo ao chão; na rua, acontecia-lhe correr uma distancia de dez a vinte braças para ir apertar a mão a um homem grave, a uma senhora, ás vezes a um menino, como acontecera ao filho do juiz de fora. Tinha vocação das cortezias. De resto, devia as boas relações da sociedade, não só aos dotes pessôaes, que eram raros, como a nobre tenacidade com que nunca desanimava deante de uma, duas, quatro, seis recusas, caras feias, etc. O que acontecia era que, uma vez entrando n’uma casa, não a deixava mais, nem os da casa o deixavam a elle, tão gracioso era o Gil Bernardes, apesar de se saber estimado, teve medo quando lhe disseram, um dia, que o alienista o trazia de olho; na madrugada seguinte fugiu da villa, mas foi logo apanhado e conduzido á Casa Verde (ASSIS, 1944, p. 48).

Se for verdade que, a partir de Martim de Brito, Machado de Assis procura ironizar com o uso da etiqueta francesa na vida privada da corte, com Gil Bernardes, o nosso escritor parece continuar a tomar como alvo a mesma característica cultural, mas, só que dessa vez na vida pública. Nesse sentido, é provável que Gil Bernardes represente o abuso da polidez por parte dos integrantes da corte para alcançar vantagens políticas e econômicas, no Segundo Reinado. Aliás, se compararmos as atitudes de Costa, de Martim Brito e de Gil Bernardes, é possível percebermos que cada um deles pode caracterizar aspectos de um mesmo perfil de homem ou de alguns tipos de homens da corte. De fato, cada um deles, em circunstâncias divergentes, parece utilizar-se de regras da etiqueta francesa para definir o seu lugar na sociedade, bem como para conseguir uma oportunidade de entrar no círculo de amizades de

Bacamarte, através da conquista de sua simpatia e de sua admiração. Nessas condições, Gil Bernardes cumprimenta a todos, inclusive uma criança, mas, Machado de Assis denuncia a razão: é filho de um “juiz de fora”. Logo, Machado de Assis, a partir de Gil Bernardes, constrói uma imagem de bajulador para certos homens da corte, e que esse vício é tão comum quanto a compra e a venda de um lugar na sociedade, bem como o uso da retórica em cerimônias domésticas para atrair a simpatia dos anfitriões. É importante lembramos que, quando Machado de Assis registra as suas ironias para refletir acerca da história do cotidiano da corte, pela literatura, ele, na maioria das vezes, as avalia pelo seu significado contrário. Dessa maneira, ficamos com a impressão de que, na maioria das ocasiões em que a etiqueta é colocada em prática, para Machado de Assis, não passa de uma arte que oculta um palco de luta individual pela sobrevivência política, embora ela apresente-se, para essa época, como um aspecto necessário de pertencimento ao mundo da civilização urbana.

Needel (1993) destaca que a “nova geração” de intelectuais procura exercer o seu poder político através das instituições do Segundo Reinado. De fato, na maioria das vezes, os filhos de fazendeiros não desejavam manter mais o seu *status* tradicional, respaldado por um poder político conferido pela posse da terra, por isso eles buscavam o Rio de Janeiro ou províncias vizinhas – como São Paulo e Minas Gerais – para lutar por um lugar no funcionalismo público. Por esse motivo, é possível entender a loucura de Martim Brito e de Gil Bernardes, no qual ambos podem alegorizar a necessidade de sobrevivência política que induz os bacharéis a se mostrarem para a corte com atitudes polidas, mas se desempenhando nos gestos para serem admirados. Inclusive, é bem expressiva a luta política desses personagens, cada um a sua maneira, pela sobrevivência na vida social de Itaguaí, uma vez que Machado de Assis parece estabelecer uma analogia das atitudes de cada um deles com a competitividade entre os animais de uma mesma espécie, no contexto das adversidades do meio natural. Isso significa que, provavelmente, ao identificar a apropriação de alguns aspectos da etiqueta francesa na corte, Machado de Assis adota, de modo velado, a teoria de Darwin, em **A origem das espécies e a seleção natural**, para ironizar com a competitividade e a luta política entre bacharéis pelo triunfo de suas idéias limitadas e pedantes, na corte. Além disso, não podemos deixar de considerar que essa luta política pela sobrevivência, do credenciamento social, pode ser percebida no confronto entre Bacamarte (o Estado) e a prima de Costa (a Igreja), assim como entre Matheus (a camada média) e a “gente ilustre” (a aristocracia rural). Essa concorrência é parte constitutiva do *teatro imaginário* de *O Alienista* e parece sugerir que cada louco coloca em evidência uma aptidão cultural, sob a influência do

cosmopolitismo, para garantir-lhes condições sociais favoráveis para sobreviverem em Itaguaí.

Contudo, o modo irônico com que Machado de Assis trata alguns aspectos do cosmopolitismo, que triunfam em Itaguaí, não é conclusivo com a prisão de Gil Bernardes na Casa Verde. Porque é com o encarceramento de Coelho, também, no asilo de loucos, que a revolta dos habitantes de Itaguaí começa a ser destacada na trama:

O terror crescia; avizinhava-se a rebelião. A idéa de uma petição ao governo, para que Simão Bacamarte fosse capturado e deportado, andou por algumas cabeças. Um excellente caracter o Coelho. Os únicos desafeiçoados que tinha eram alguns sujeitos que, dizendo-se tacitardos ou allegando andar com pressa, mal o viam de longe dobravam as esquinas, entravam nas lojas, etc. Na verdade, elle amava a boa palestra, a palestra comprida, gostava a sorvos largos, e assim é que nunca estava só, preferindo os que sabiam dizer duas palavras, mas não desdenhando dos outros (ASSIS, 1944, p. 49-50).

A passagem acima parece colocar em evidência o modo irônico com que Machado de Assis trata o perfil de um tipo de freqüentador da rua do Ouvidor. Se retomarmos aqui a discussão acerca do papel sociocultural que a rua do Ouvidor desempenha para a corte, podemos perceber algumas prováveis razões para o significado que tem Coelho e a sua prisão na Casa Verde. Conforme já discutimos, essa rua é o espaço simbólico da cultura européia, assim como é, também, o coração político e econômico do Rio de Janeiro, pois é por lá que a corte se aglutinava. Desse modo, os freqüentadores daquela rua não só realizavam os seus negócios e consumiam produtos manufaturados do Velho Mundo, mas também faziam daquele lugar, segundo a própria opinião de Machado de Assis, a “gazeta viva” do Rio de Janeiro (TRIGO, 2001). Esse fato pode atestar que Machado de Assis considera a rua do Ouvidor como um centro produtor e propagador de fofocas. Nessas condições, se Coelho é preso na Casa Verde é porque ele “ama a boa palestra” ou a “palestra comprida”, isto é, porque esse personagem aprecia a “fofoca” e provoca constrangimentos de alguns “desafeiçoados” na vida pública de Itaguaí. Ao que tudo indica, Machado de Assis parece refletir acerca do significado util que há por trás da freqüência da elite rural e da camada média nas cervejarias, nos cafés e nas lojas de roupas elegantes. Trata-se de aproveitar a ocasião para consumir não só o que tem de civilizado na rua do Ouvidor, mas, também, para realizar trocas de informações acerca da vida alheia.

É de se notar, também, que, quando menciona o isolamento de Coelho na Casa Verde, Machado de Assis descreve a postura do padre Lopes diante daquele “amante da boa palestra”:

“o padre Lopes, que cultivava o Dante, e era o inimigo do Coelho, nunca o via desligar-se de uma pessoa que não declamasse este trecho: *La bocca sollevò dal fiero pasto / Quel “seccatore”* ... mas uns sabiam do ódio do padre, e outros pensavam que isto era uma oração em latim (ASSIS, 1944, p. 50).

Nesse trecho, Machado de Assis realiza uma analogia entre a fala do padre Lopes com uma citação modificada da *Divina Comédia*, de Dante Alighieri. Na parte da *Divina Comédia* em que Machado de Assis se apropria da citação, Alighieri (2003) refere-se a dois traidores políticos, o conde Ugolino e o arcebispo de Pisa, Ruggieri Degli Ubaldini, quando explica que ambos se encontram no inferno e que o primeiro está eternamente condenado a roer a nuca do segundo. Nessas condições, Dante (2003, p. 252) faz a seguinte afirmação: “*La bocca sollevò dal fiero pasto / quel peccator, forbendola à cappelli / del capo ch’elli ave adi retro guastro*”, que significa “*aquele pecador*” (Ugolino) “*ergueu a boca do fero pasto,*” (a nuca de Ruggieri) “*limpando-a nos cabelos da cabeça cuja a nuca ele estragara*”. Porém, ao adaptar essa frase para *O Alienista*, Machado de Assis atribui ao julgamento do padre Lopes uma moral dantesca, embora substitua o termo “*peccator*” – “*pecador*” – por “*seccatore*” – “*chato*” –, cuja idéia central consiste em: “*a boca ergueu do fero pasto, aquele chato ...*”. Em outros termos, o padre Lopes reprova a postura de Coelho, ao perceber que a boca deste personagem só para de se alimentar com as suas conversas intermináveis, quando ele dispensa os seus ouvintes.

De fato, o padre Lopes condena, do ponto de vista moral, a postura de Coelho. Ao trocar informações com outros interessados em falar da vida alheia, Coelho parece assumir o papel de adversário do padre Lopes. Ambos se interessam pela vida alheia, mas só que o padre Lopes é confidente dos seus fiéis, enquanto Coelho convive com uma certa quantidade de seguidores para fazer e ouvir boatos. Aqui, de novo, Machado de Assis parece retomar a analogia de algumas idéias de Darwin com o incômodo do padre Lopes em relação a atitude de Coelho. O fato é que, provavelmente, Machado de Assis lança mão da compreensão de Darwin, ao sugerir, de modo sutil, uma competição entre o padre Lopes e Coelho no contexto da corte, porque os dois desempenham papéis semelhantes. No entanto, é o padre Lopes que consegue se “adaptar melhor” ao momento de terror provocado por Bacamarte, em Itaguaí, porque Coelho é recolhido na Casa Verde.

Tão logo Coelho é retirado da vida pública de Itaguaí, os habitantes daquela vila organizam uma rebelião, sob a liderança de Porfírio, contra o “despotismo científico” de Bacamarte. Coelho, um “homem tão ajuizado” e querido pelos moradores de Itaguaí, torna-se

o estopim da revolta contra Bacamarte. De certa maneira, parece que Machado de Assis ironiza com a necessidade que têm integrantes da corte de inventar falsas notícias para satisfazer vinganças pessoais e para tirar vantagens da vida pública, podendo até ocasionar o ostracismo social e político de uma vítima. Por certo, as condições de sobrevivência em Itaguaí exigem da população revoltada um comportamento orientado pela razão, mas Dona Evarista encontra-se indiferente a essa condição:

D. Evarista teve notícia da rebellião antes que ella chegasse; veio dar-lh'a uma de suas crias. Ella provava n'essa occasião um vestido de seda – um dos trinta e sete que trouxera do Rio de Janeiro – e não quiz crer.

- Há de ser alguma patuscada, dizia ella mudando a posição de um alfinete. Benedicta vê se a barra está boa.

- Está, sinhá, respondia a mucama de cócoras no chão, está boa. Sinhá vira um boccadinho. Assim. Está muito boa.

- Não é patuscada, não, senhora; elles estão gritando: - Morra o Dr. Bacamarte! o tyranno! dizia o moleque assustado.

- Cala a bocca, tolo! Benedicta, olha ahi do lado esquerdo; não parece que a costura está um pouco enviezada? A rисca azul não segue até abaixo; está muito feio assim; é preciso descoser para ficar igualzinho e... (ASSIS, 1944, p. 54).

Como sugere essa passagem, é provável que Machado de Assis esteja ironizando com um tipo de mulher da corte e que freqüenta a rua do Ouvidor. Na verdade, Dona Evarista sugere uma alegoria da mulher que tem atração pela *vida exterior*, isto é, pelos atrativos do consumo e da diversão proporcionado pela vida pública do Rio de Janeiro. Nesse sentido, alguns hábitos da *vida exterior* corrompem a postura devotada ao casamento de Dona Evarista, porque ela se deixa influenciar pelo consumo de vestidos caros. Logo, Dona Evarista começa a substituir a *paz doméstica* de seu casamento, o lugar da verdade, da transparência e da ética, por falsas aparências mantidas pela etiqueta, pela valorização da dualidade contrastante da vida pública e que se realiza, culturalmente, pela rua do Ouvidor e pelas estratégias aduladoras, aprendidas com os valores do consumo, para tirar vantagens individuais na relação conjugal. Desse modo, ao fantasiar o momento de está na Europa, quando compra os seus “trinta e sete vestidos”, no Rio de Janeiro, e ao manter a decisão de continuar provando-os, enquanto os gritos de revoltas dos habitantes de Itaguaí não lhe furtam esse momento de satisfação, Dona Evarista começa a se distanciar dos valores da *paz doméstica*.³¹ Nessas circunstâncias, ao perceber indícios de loucura na sua consorte, Bacamarte toma as medidas cabíveis e se justifica para o padre Lopes:

³¹ A *vida exterior* e a *paz doméstica* são conceitos discutidos por Maia Neto (2007), a partir do seu trabalho, intitulado **O ceticismo na obra de Machado de Assis**. Discutimos esses conceitos com maior detalhe no terceiro capítulo.

- Já há algum tempo que eu desconfiava, disse gravemente o marido. A modestia com ella vivera em ambos os matrimônios não podia conciliar-se com o furor das sedas, velludos, rendas e pedras preciosas que manifestou logo que voltou do Rio de Janeiro. Desde então comecei a observá-la. Suas conversas eram todas sobre esses objectos; se eu lhe fallava das antigas côrtes, inquirira logo da fórmula dos vestidos das damas; se uma senhora a visitava na minha ausência, ante de me dizer o objecto da visita, descrevia-me o trajo, aprovando umas cousas e censurando outras. [...] Tudo isto eram symptoms graves; esta noite, porém, declarou-se a total demência. Tinha escolhido, preparado, enfeitado o vestuário que levaria ao baile da camara municipal; só hesitava entre um colar de granada e outro de saphira. Antehontem perguntou-me qual d'elles levaria; respondi-lhe que um ou outro lhe ficava bem. [...] Alta noite, seria hora e meia, accordo e não a vejo; levanto-me, vou ao quarto de vestir, acho-a deante dos dous collares, ensaiando-os ao espelho, ora um ora outro. Era evidente a demencia; recolhi-a logo (ASSIS, 1944, p. 77-79).

Maia Neto (2007) argumenta que “sentir-se em casa” no mundo social moderno, conforme sugere a literatura de Machado de Assis, significa a preservação da *paz doméstica* pelo casamento, no qual essa instituição desempenha o papel de construir uma sub-esfera da vida do *homem de espírito*. Nessas condições, é a atração de Dona Evarista pela *vida exterior* que opera em Bacamarte a transição de sua postura como *homem de espírito* para uma *atitude problemática*. Dito de outra forma, a apreciação que Dona Evarista tem pelo consumo de vestidos e jóias, bem como a sua contemplação por esses artigos de luxo não só induz Bacamarte a prendê-la na Casa Verde, mas, também ocasiona nele a consciência da sua própria ingenuidade acerca das limitações de seu conhecimento, quando tenta desenvolver uma teoria acerca da loucura. O *tom dialogal* de Machado de Assis (1944, p. 80) parece anunciar esse dilema

E agora prepare-se o leitor para o mesmo assombro em que ficou a villa ao saber um dia que os loucos da Casa Verde iam ser todos postos na rua.

- Todos?
- Todos.
- É impossível; alguns sim, mas todos...
- Todos. Assim o disse elle no officio que mandou hoje de manhan á camara.

Nessa linha de reflexão, Bacamarte começa a questionar o diagnóstico de loucura dado para cada habitante de Itaguaí. Com isso, é possível verificarmos que o universo cultural da corte, alegorizado pela loucura de cada prisioneiro da Casa Verde, não passa de vícios que se apresentam como características, considerados essenciais, à sobrevivência do Brasil, quando confrontada com as condições de progresso e de civilização da França e da Inglaterra. Desse modo, a loucura se converte em normalidade, conforme o reconhecimento de Bacamarte:

De fato o allienista officiara á camara expondo: - 1º que verificara das estatísticas da villa e da Casa Verde que quatro quintos da população estavam aposentados n'aquelle estabelecimento; 2º que esta deslocação da população levara-o a examinar

os fundamentos da sua theoria que excluía das molestias cerebraes, theoria que excluia da razão todos os casos em que o equilíbrio das faculdades não fosse perfeito e absoluto; 3º que, d'esse exame e do facto estatistico, resultara para elle a cincicção de que a verdadeira doutrina não era aquella mas a oposta, e portanto que se devia admitir como normal e exemplar o desequilíbrio das faculdades e como hypotheses pathologicas todos os casos em que aquelle equilibrio fosse ininterrupto; 4º que, á vista d'isso, declarava á camara que ia dar liberdade aos reclusos da Casa Verde e agasalhar n'ella as pessoas que se achassem nas condições agora expostas; 5º que, tratando de descobrir a verdade scientifica, não se pouparia a esforços de toda natureza, esperando da camara igual dedicação; 6º que restituia á câmara e aos particulares a somma do estipendio recebido para o alojamento dos supostos loucos, descontada a parte effectivamente gasta com a alimentação, roupa, etc., o que a câmara mandaria verificar nos livros da Casa Verde (ASSIS, 1944, p. 80-81).

Portanto, ao que tudo indica, Machado de Assis sugere que Bacamarte é tão louco quanto os demais moradores de Itaguaí. Esse fato comprova, possivelmente, a adoção ineficaz do Positivismo e do Darwinismo Social, por parte dos intelectuais *da e na* corte, para tentar lutar por propostas e explicações que promovam culturalmente o Brasil à condição de uma nação civilizada, conforme se apresenta a França e a Inglaterra. No próximo capítulo, procuramos discutir as condições e como Machado de Assis ironiza Bacamarte como um “homem de ciência” a partir da *gestação*, passando pela *evolução* até alcançar a *crise reflexiva céтика*. Essas fases fazem parte do ceticismo de Machado de Assis e fundamentam o desenvolvimento de sua investigação e reflexão em relação aos limites e propriedades do Positivismo e do Darwinismo Social, quando essas duas doutrinas são apropriadas por bacharéis, políticos e historiadores para defenderem reformas socioculturais necessárias para colocar a nação nos trilhos do progresso e da civilização. Nessa perspectiva, é necessário compreender como Machado de Assis ironiza com essas duas doutrinas a partir das atitudes e das idéias de Bacamarte.

CAPÍTULO III

BACAMARTE: O TIRO QUE SAIU PELA CULATRA

Os recursos narrativos – o *tom dialogal*, a ironia e o *teatro imaginário* – que são desenvolvidos por Machado de Assis, durante a década de 1860, não são os únicos aplicados em *O Alienista*. Nesse sentido, o ceticismo apresenta-se, também, como uma das implicações de sua relação antagônica com a corte. Logo, para além de uma simples suspensão do juízo que o ceticismo possa conferir enquanto significado, Machado de Assis parece sugerir reflexões acerca da validade do Positivismo e do Darwinismo Social a partir das observações e das atitudes de Bacamarte em relação aos habitantes de Itaguaí. Apesar de não mencionar *O Alienista* em seu estudo, objetivando discutir o ceticismo e seu desenvolvimento como fundamento da ficção machadiana, Maia Neto (2007, p. 23-24) sinaliza essa possibilidade:

Embora o ceticismo na obra de Machado seja bastante consistente com o pirronismo grego, ele estrutura-se a partir de questões machadianas específicas que **percorrem toda a sua ficção**. Estas questões giram em torno da observação e avaliação normativa da vida social. [...] Este fato atesta a imersão de Machado no contexto intelectual do seu tempo, um contexto que exaltava não somente Comte, mas também Spencer e seu evolucionismo social (Grifos nossos).

Desse modo, discutir *O Alienista* a partir do Bacamarte significa compreender como esse personagem representa o *humanitismo*, isto é, uma imagem deformada das doutrinas filosóficas científicas que exercem influência entre os intelectuais *da* e *na* corte. Conforme podemos perceber nos capítulos anteriores, Machado de Assis organiza um conhecimento e um estilo peculiar de escrita, mas que não é oficial, isto é, não está amparada pelo IHGB e não é desenvolvido no âmbito da Escola de Direito do Recife ou de São Paulo. Essas instituições realizam o papel de formar uma elite intelectual mais autônoma e que tem uma forte relação com a oligarquia rural (SCHWARCZ, 1991). Essa “classe ilustrada nacional” assume para si mesma a responsabilidade de construir um destino cultural e independente para o Brasil. Esse destino consiste em viabilizar interesses políticos e econômicos que possam sustentar uma ordem cultural para o benefício de uma elite branca, daí a necessidade de importar da Europa doutrinas filosóficas – como o Positivismo e o Darwinismo Social – para justificar esse intuito.

Ventura (1991) percebe que a literatura, na condição de um referente do desenvolvimento cultural de um povo, no século XIX, está articulada ao fortalecimento das

línguas e dos Estados nacionais. De certo modo, é interessante observarmos que a literatura, produzida na Europa e no Brasil, faz parte de um processo histórico, e ela está marcada por uma complexidade cultural, isto é, a literatura é parte constitutiva da formação educacional do seu autor, dos seus hábitos, de suas aspirações políticas e de suas opiniões pessoais acerca de sua própria sociedade e de sua região. Esses aspectos têm relação com uma objetividade que se pretende alcançar. Nesse sentido, falar de objetividade para se pensar algumas propriedades da literatura do século XIX pressupõe compreendê-la como uma referência de conhecimento que veicula a pretensão de afirmar uma identidade cultural acerca de um povo e de uma nação.

Ora, é nesse contexto que a relação entre literatura e história se aproxima quando pensamos no papel desses dois conhecimentos direcionados para se refletir acerca do “caráter” ou do “espírito” coletivo do povo brasileiro, conforme vimos discutindo, quando destacamos a polarização política entre Machado de Assis, Capistrano, Varnhagen e Romero. Desse modo, literatura e história são trabalhadas com uma noção teleológica. Por noção teleológica entendemos que é um porvir, um modo de concretizar um objetivo a curto ou em longo prazo, podendo ser apresentada como proposta pela literatura e pela história, ao relacionar a “origem” da autonomia cultural de uma nação a partir de uma sistematização que possa sugerir o seu progresso e o seu “fim”, a civilização. Pacho (2005) esclarece que a filosofia da história, oriunda da Europa e representada por doutrinas como o Positivismo e o Darwinismo Social, defende o progresso do conhecimento e da natureza humana como um resultado do curso irreversível do tempo, durante o século XIX. Nessa época, a Europa assume uma confiança de ter superado fases anteriores menos afortunadas, uma vez que certas mudanças realizadas nesse continente confirmam essa certeza: desenvolvimento e inovação, que se reconhecem espetaculares, de bens disponíveis mediantes a produção industrial, proliferação de grandes cidades e mudanças da vida urbana, controle de doenças infecciosas e crescimento demográfico sem precedentes. Esses exemplos são resultados de uma revolução industrial e tecnológica que proporcionam mudanças nos modos de vida e nos limites geográficos e das relações humanas anteriores (PACHO, 2005). Ao mesmo tempo, a expansão neocolonial da Europa na África e na Ásia convence ainda mais os intelectuais ocidentais de que cultura européia, progresso e civilização estão ligados. Desse modo, a valorização da cultura européia estende-se para países da América Latina, inclusive para o Brasil, e se impõe como uma idéia normativa universal para compreender e identificar o último estágio a ser alcançado: a civilização, o “fim” da história. Parece, portanto, que é a procura por uma direção para esse “fim”, respaldadas no Positivismo e no Darwinismo Social, o mote das

polêmicas e certezas que alimentam as idéias dos intelectuais *da* e *na* corte, e de como Machado de Assis as comprehende por meio das teorias e das atitudes de Bacamarte em relação aos habitantes de Itaguaí.

É nessas condições que, possivelmente, Machado de Assis investiga e ironiza com certas idéias inspiradas no Positivismo e no Darwinismo Social, organizadas por alguns intelectuais, no Segundo Reinado, e que têm implicações desfavoráveis no cotidiano de negros e de mulatos. Durante os anos de 1870, enquanto Machado de Assis continua a desenvolver os recursos de seu ceticismo, o argumento racial é político e historicamente construído, bem como o termo *raça* passa a ser interpretado como um objeto de conhecimento e que tem o seu sentido redefinido de acordo com o jogo de interesses políticos. É evidente, portanto, que com o enfraquecimento da escravidão, por causa da aplicação da Lei do Ventre Livre, em 1871, há uma preocupação de como substituir a mão-de-obra escrava e o que fazer com o negro liberto (AZEVEDO, 2004; SCHWARCZ, 1991).

Diante dessas circunstâncias, Machado de Assis é testemunha de saberes autorizados e formulados por intelectuais ligados a instituições como o IHGB, a Escola de Direito do Recife e de São Paulo, e que buscam tratar o negro e o mulato ora como um atraso ao desenvolvimento cultural do país, ora como uma raça a ser corrigida a partir de sua miscigenação com o branco. Nessas condições, se o termo Bacamarte refere-se a uma arma que dispara tiros a curta distância, sugerindo limitações nas idéias e propostas dos “homens de ciência” para tentarem resolver problemas de ordem racial, então, podemos também acrescentar que os seus disparos parecem não se manter na direção desejada, uma vez que não se chega a um consenso entre eles acerca das idéias defendidas e que possam ser colocadas em prática. Portanto, para esse terceiro capítulo, buscamos discutir, primeiro, em que circunstância Machado de Assis organiza o seu ceticismo e, segundo, como alguns fundamentos do Positivismo são investigados e ironizados por ele a partir de Bacamarte.

3.1. Objetividade e problematização do conhecimento científico

Não podemos desconsiderar o fato de que a noção de progresso e de civilização começa a ser desenvolvida e difundida por filósofos da Ilustração, como garantias seguras de bem-estar individual e social, de justiça e de liberdade (PACHO, 2005). Esse legado assume maior visibilidade durante o século XIX, uma vez que nessa época se passa a acreditar que tais condições são sustentadas pelo conhecimento científico, especificamente em algumas instâncias na cultura européia: na política e na economia. De fato, a política imperialista,

combinada com o aperfeiçoamento da indústria, reforça a idéia de que o indivíduo educado pode organizar o futuro de sua história, ao intervir com meios cada vez mais eficazes sobre a natureza exterior e a natureza humana, possibilitando transformações físicas, psíquicas, culturais e sociopolíticas. Nesse sentido, quando pensamos no contexto do Brasil, essa crença é apropriada e valorizada pelos integrantes do IHGB e por intelectuais que têm vínculos com a Escola de Direito do Recife ou de São Paulo, mas com certas particularidades.

Se retomarmos aqui a discussão acerca do papel do IHGB, podemos perceber como o conhecimento científico, valorizado na Europa, foi apropriado por D. Pedro II e alguns intelectuais que o cercavam. Por certo, é a partir dos anos de 1840 que o imperador se torna um assíduo freqüentador do IHGB e propõe um grande projeto, cujo intuito é o fortalecimento da monarquia, do Estado e da própria unificação nacional. Trata-se de uma proposta do imperador apresentada aos membros do IHGB e que consiste num debate em torno da possibilidade ou não de organizar a poesia nacional a partir do estudo e da imitação dos poetas românticos (SCHWARCZ, 1998). Com esse debate, esperava-se desenvolver uma memória, mas apoiada em um projeto romântico, para legitimar a autonomia de uma cultura nacional. Por certo, é com essa participação que o imperador organiza as bases de sua imagem como mecenas e de homem sábio do império dos trópicos, assumindo a liderança de um grupo de intelectuais e que constitui a sua corte. Desse modo, ele elege historiadores para cuidar da memória, seleciona pintores, para que estes possam exaltar com suas obras a nacionalidade, e convida literatos para organizar alegorias que possam despertar nos leitores um sentimento de pertencer ao mesmo território e cultura. Portanto, a partir dessa época, tais medidas assumem o papel de consolidar um projeto monárquico e, ao mesmo tempo, se impõem como modelos de conhecimentos para os literatos.

É trabalhando na *Marmota Fluminense* e participando das reuniões da *Petalógica*, entre as décadas de 1850 e de 1860, que Machado de Assis parece tomar conhecimento do papel da literatura nacional a partir do Romantismo do IHGB. Nesse sentido, o Romantismo apresenta-se como um saber adequado para expressar uma universalidade e uma identidade particular da nação, em contraste com Portugal, mas associada à tradição clássica (SCHWARCZ, 1998). Em outros termos, para D. Pedro II, o Romantismo deve desempenhar o papel de referência de conhecimento nas suas várias manifestações – na poesia, no teatro, na pintura, na história etc. – para posicionar o Brasil na condição de uma nação portadora de uma cultura tão civilizada quanto a França e outras nações da Europa, mas com uma autonomia peculiar e que pudesse estimular o nacionalismo de seus habitantes. E, para cumprir com esse propósito, o índio passa a ser reconhecido como símbolo nacional. Com isso, o Indianismo

torna-se um movimento que valoriza o índio como tema da literatura romântica brasileira. Segundo Tinhorão (1994), esse Romantismo nacional, oficializado pelo Estado, não permite pensar as contradições socioculturais do Brasil em que elas se apresentam, pois a objetividade a ser cumprida é a manutenção da ordem econômica baseada no latifúndio e no trabalho escravo. Por isso, o Indianismo cultua o passado heróico e à pureza da vida selvagem a partir da perspectiva de Rousseau, no qual o índio é convertido em um modelo nobre ao tomar parte da origem do Império, embora seja na condição de perdedor. Nessas circunstâncias, o indígena passa a ser idealizado como um personagem autêntico e nobre, capaz de contribuir para a construção de um passado honroso e sacrificado (SCHWARCZ, 1998). Assim, a imagem do índio assume um papel de oposição ao do negro, pois enquanto o primeiro passa a sugerir uma origem mítica e unificadora da nação o segundo lembra a escravidão e o atraso cultural.

Desse modo, a corte civilizada de D. Pedro II é organizada sob o alicerce peculiar de uma cultura tropical e que deve ser explicada a partir de sua origem: o período colonial com o encontro do cavalheiro com o selvagem, mas sem perder de vista o papel da natureza nesse processo. Na falta de castelos medievais, de ruínas da Antigüidade Clássica ou de batalhas heróicas para serem lembradas, o Brasil possui o maior dos rios e a mais bela vegetação. É com essa autenticidade cultural que o monarca e sua corte buscam relacionar a mestiçagem do branco colonizador com o índio, sob a interferência da exuberância de uma natureza sem igual e considerando ainda a implicação de elementos culturais estrangeiros transplantados no país (SCHWARCZ, 1998). Ao tomar a iniciativa de cumprir com essa proposta, Gonçalves de Magalhães publica *A Confederação dos Tamoios*, em 1856. Nessa obra, Magalhães procura fundir aspectos do Romantismo rousseauiano com a pesquisa histórica, de modo que esse trabalho literário possa ser reconhecido pelo imperador como um documento válido para comprovar a bravura e a luta pela liberdade da nação Tamoia contra os selvagens e agressores portugueses. Mas, é com a miscigenação de ambos que as bases culturais do Império de D. Pedro II são organizadas, ao proporcionar a partir daí o surgimento dos futuros portugueses do império e que representam a unidade nacional e a fé cristã (SCHWARCZ, 1998). Logo, a obra de Magalhães coloca em evidência a relação entre Romantismo e Positivismo, no qual a primeira auxilia na construção de uma origem mítica e idealizada de uma tribo indígena que valoriza a civilização, enquanto a influência do segundo sugere que essa informação é um documento legítimo.

Conforme já discutimos anteriormente, Machado de Assis não aceita o Indianismo como um patrimônio exclusivo da literatura brasileira. Apesar de reconhecer a importância do

índio para a formação de uma cultura civilizada no Brasil, há no nosso escritor algumas objeções, quando escreve o seu texto, intitulado *Instinto de Nacionalidade*, em 1873:

É certo que a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem d'elle recebeu influxo algum; e isto basta para não ir buscar entre as tribus vencidas os títulos da nossa personalidade litteraria. Mas, se isto é verdade, não é menos certo que tudo é materia de poesia, uma vez que traga as condições do bello ou os elementos de que elle se compõe. [...] Comprehendendo que não está na vida indiana todo o patrimonio da litteratura brasileira, mas apenas um legado, tão brasileiro como universal, não se limitam os nossos escriptores a essa só fonte de inspiração. **Os costumes civilizados, ou já do tempo de hoje, egualmente offerecem á imaginação boa larga materia de estudo.** (ASSIS, 1944, p. 136-138, grifos nossos)

De fato, Machado de Assis pensa no Romantismo a partir da proposta de Hugo, uma vez que o seu trabalho de cronista o estimula a valorizar temas ligados ao cotidiano da corte, no seu presente. Nessa perspectiva, Magalhães Júnior (1981) entende que o nosso escritor não aprecia o Indianismo exagerado, mas há nele uma preferência pelo ecletismo. Assim, enquanto o Romantismo do IHGB valoriza apenas o lado *sublime* da natureza humana, esta representada pelo índio na condição de herói e vítima no processo histórico da colonização portuguesa, Machado de Assis pensa o Romantismo por uma relação de contrastes entre o *grotesco* e o *sublime*, no qual a natureza humana é dividida entre vícios e virtudes.

Ao continuarmos a examinar mais de perto a influência do Romantismo de Hugo sob Machado de Assis, não podemos esquecer que o nosso escritor traduz *Os Trabalhadores do Mar* daquele autor, alguns anos antes de publicar as suas considerações ao modelo de Romantismo do IHGB. É provável que ao traduzir essa obra de Hugo, em 1866, Machado de Assis tenha se deparado com a seguinte mensagem:

A religião, a sociedade, a natureza: tais são as três lutas do homem. Estas três lutas são ao mesmo tempo as suas três necessidades; precisa crer, daí o tempo; precisa criar, daí a cidade; precisa viver, daí a charrua e o navio. Mas há três guerras nestas três soluções. Sai de todas a misteriosa dificuldade da vida. O homem tem de lutar com o obstáculo sob a forma superstição, sob a forma preconceito e sob a forma elemento. Tríplice *ananke* pesa sobre nós, o *ananke* dos dogmas, o *ananke* das leis, o *ananke* das coisas. [...] A estas três fatalidades que envolvem o homem, junta-se a fatalidade interior, o *ananke* supremo, o coração humano (HUGO, 1982, p. 11).

Conforme podemos perceber, Hugo (1982) entende as condições de vida pautadas pela coexistência de *necessidades* e de *fatalidades*, ambas organizadas pelo próprio homem. Ao que tudo indica, Machado de Assis pode ter trabalhado suas crônicas, seus romances e contos, também, sob essa orientação para dramatizar o cotidiano da corte não só pela comédia, mas também pela tragédia. É confrontando o seu Romantismo engajado, sob a influência de Hugo

(1982), com o Romantismo do IHGB que Machado de Assis (1944, p. 144) prossegue com as considerações no seu *Instinto de Nacionalidade*:

Isento por esse lado o romance brasileiro, não menos o está de tendências políticas, e geralmente de todas as questões sociais – o que não digo por fazer elogio, nem ainda censura, mas unicamente para attestar o facto. Esta casta de obras conserva-se aqui no puro domínio de imaginação, desinteressada dos problemas do dia e do século, alheia as crises sociais e philosophicas. Seus principaes elementos são, como disse, a pintura dos costumes, a lucta das paixões, os quadros da natureza, alguma vez o estudo dos sentimentos e de caracteres [...].

Nessa passagem, Machado de Assis parece perceber o que há por trás do papel do Romantismo, organizado pelo IHGB: despertar uma paixão e um sentimento patriótico que possibilite manter uma conformidade cultural. Com isso, o Romantismo do IHGB opera como um conhecimento capaz de atenuar as consciências de seus simpatizantes acerca dos problemas sociais e políticos do Império. Sob a influência de Hugo (1982), Machado de Assis parece demonstrar de modo sutil que o IHGB inventa *crenças* acerca do índio para unificar a nação em torno de D. Pedro II, para justificar *leis* políticas a partir da sua autoridade e do papel do Estado, e para explicar, pela história, as *condições de sobrevivência cultural* do país. Se por um lado, tais assertivas realizadas pelo Romantismo oficial promovem o imperador e a sua corte como a vanguarda responsável pelo destino da nação, por outro, as suas implicações pesam negativamente como *anankes*, isto é, como *fatalidades* para os que não contribuem com ela. Afinal, a produção intelectual do IHGB parece justificar a crença de que negros e mulatos apresentam-se como obstáculos para o desenvolvimento cultural da nação.

Nessas condições, o Romantismo do IHGB compromete a ascensão social de Machado de Assis, assim como as discussões realizadas por bacharéis, formados pela Escola de Direito do Recife e de São Paulo, em torno do papel do negro e do mulato. Embora assumam, juntamente com o IHGB, o papel de corporificar interesses locais de onde estão situadas e a partir da organização de discursos oficiais acerca das condições socioculturais do país, a Escola de Direito do Recife tem a sua atenção voltada para o problema da raça, sob a influência do Darwinismo Social e do Evolucionismo, enquanto a Escola de Direito de São Paulo busca, na política liberal, explicações necessárias para conduzir os rumos da nação (SCHWARCZ, 1991). Para o contexto intelectual dessa época, acredita-se na necessidade de avaliar o Brasil com critérios científicos e Romero é o expoente mais marcante da Escola de Direito do Recife, na qual procura cumprir com esse objetivo. É, opondo-se ao Romantismo rousseauiano e ao Positivismo do IHGB, que Romero (1991) se apóia no naturalismo evolucionista de modo radical, na década de 1870, conforme discutimos no primeiro capítulo.

Se para o IHGB não há lugar para negros e mulatos na construção de uma identidade nacional, para Romero (1991) é a mestiçagem a solução necessária para promover o triunfo do branco e garantir o desenvolvimento da nação (SCHWARCZ, 1991; 1998).

A Escola de Direito de São Paulo, por sua vez, abrigava filhos da oligarquia paulista, na maioria das vezes e, por isso, a educação deles estava, nessa época, sob a influência da política liberal. Diante das condições econômicas favoráveis por causa da produção e exportação do café, no Oeste paulista, era necessário viabilizar propostas políticas para manter essa ordem, como, por exemplo, substituir a mão-de-obra escrava pela mão-de-obra assalariada e livre como solução para a crise do escravismo, a partir da década de 1870. Daí, a formação de uma elite intelectual local e sua participação na burocracia estatal apresentava-se como uma vocação necessária. A esse respeito, o alagoano Tavares Bastos foi um exemplo importante. Formado pela Escola de Direito de São Paulo, em 1861, e eleito deputado no ano seguinte por sua província, Bastos assumiu o compromisso de defender reformas políticas e sociais que favorecessem a chegada massiva de imigrantes como solução para acabar com o regime de trabalho escravo. A partir de alguns artigos – intitulados *As Cartas do Solitário, Os Males do Presente e Esperanças do Futuro* –, publicados entre 1861 e 1862, pelo Jornal *O Correio Mercantil* com o pseudônimo de *O Solitário*, Bastos explicava que a permanência do uso da mão-de-obra do escravo africano e de seus descendentes resultava em prejuízos para o país. Na opinião dele, a ciência (valorizada pelo Positivismo), não deixava dúvidas de que havia divergências extremas entre o branco e o negro, assim como havia entre “o homem e o bruto” (AZEVEDO, 2004). Dessa maneira, não havia qualidade no trabalho escravo por causa de problemas que eram inerentes a sua própria raça inferior e oriunda da África. Nessa perspectiva, Bastos comparava o desenvolvimento econômico da Bahia com o do Rio Grande do Sul: enquanto na primeira província vivia uma grande quantidade de “negros grosseiros”, ignorantes e indolentes para o trabalho, na segunda havia a presença de imigrantes europeus que contribuíam para o progresso e a civilização daquela região com os seus trabalhos. Assim, Bastos culpava o negro de ser um mal trabalhador e de que a sua presença impossibilitava o aparecimento de indústrias no Brasil, durante todo o período colonial. E foi tentando resolver esse problema que Bastos fundou a Sociedade Internacional de Imigração, em 1866, cujo propósito foi o de mobilizar a elite rural a substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre e assalariado.

Nessas condições, é provável que Machado de Assis tenha identificado as propostas dos integrantes do IHGB e de alguns expoentes da Escola de Direito do Recife e de São Paulo como um jogo político e que representa o *ananke supremo*, ou seja, o *coração do homem*.

Para Hugo (1982) as três *necessidades* – *crer, criar e viver* – e os três *problemas* ou as três *fatalidades* – *superstição, preconceito e elementos* – são sustentados pelo caráter do próprio homem, e este, por sua vez, se encontrando dividido entre o *grotesco* e o *sublime*. Por isso, ao comungar dessa idéia, Machado de Assis pode ter compreendido que a suposta causa do atraso cultural do Brasil, quando comparado com a França e a Inglaterra, não é racial, mas moral e político. De certo modo, o contato com *Os Trabalhadores do Mar*, de Hugo (1982), pode ter auxiliado Machado de Assis a desenvolver essa conclusão. Assim, é o *coração* ou o caráter do homem que influencia na organização de formas *de trabalho, de conhecimento e de condições de sobrevivência* de uma sociedade.

Logo, é, sob a influência do Romantismo engajado de Hugo (1982) que Machado de Assis vinha desenvolvendo um senso crítico acerca da corte, uma vez se envolveu em um jogo político de oposição a certas idéias literárias, políticas e científicas, defendidas por integrantes do IHGB e das Escolas de Direito do Recife e de São Paulo. Por certo, as propostas de intelectuais ligados a essas instituições podem ser identificadas como aspectos de uma conformidade cultural e que conferem ao branco a superioridade racial e os privilégios sociais, enquanto a possibilidade de contribuição cultural e de inclusão social do negro e do mulato na corte passa a ser desconsiderada e questionada. Parece que é diante dessas circunstâncias que o pessimismo de Machado de Assis começa a surgir, a ser desenvolvido e passa a ser representado por um ceticismo que fundamenta a sua prosa ficcional. Nesse sentido, o pessimismo do nosso escritor, uma vez sendo articulado com as idéias de Hugo (1982), pode ser identificado por três etapas: por uma *gestação* – abrangendo desde 1861, com a tradução de a *Queda que as mulheres tem para os tolos*, de Victor Henaux, até 1871, quando os seus primeiros contos passam a serem desenvolvidos –, por uma *evolução* – identificada entre os anos de 1872 a 1878, em que não somente contos, mas romances também começam a serem escritos nesse momento, evidenciando personagens com *vícios* e com *virtudes* e que parecem alegorizar certos costumes e valores da corte, ora dramatizando *necessidades*, ora dramatizando *fatalidades* no seu cotidiano –, e, enfim, por uma *dimensão reflexiva cética* – a partir de 1881, com a publicação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e de outros contos, inclusive *O Alienista*, inaugurando o apogeu do seu riso descrente das doutrinas científicas, como o Positivismo e o Darwinismo Social.

Nessas condições, procuramos analisar as três fases que levam Machado de Assis a desenvolver o seu ceticismo, com o propósito de entendermos como ele é trabalhado em *O Alienista*. Conforme podemos perceber, a primeira fase sugere os primeiros passos do desenvolvimento de conceitos que fundamentam o ceticismo machadiano, a segunda fase

aponta os primeiros indícios de crises reflexivas e a terceira fase em diante apresenta investigações e problematizações acerca das normas sociais e intelectuais da corte.

De fato, no ano de 1861, Machado de Assis traduziu um ensaio de Victor Henaux, intitulado *De l'amour dês femmes pour lês sots*, mas adaptado como *Queda que as mulheres têm para os tolos*. Nesse trabalho, Henaux (1944) discute razões que levam as mulheres a se interessar pelo *tolo*, ao mesmo tempo em que ela abre mão do seu compromisso com o *homem de espírito*. Desse modo, Henaux (1944) afirma que as mulheres escolhem um amante ou um marido de acordo com o valor de sua fortuna, de seu patrimônio. Ou seja, são os interesses econômicos delas que pesam na sua opção, uma vez que a fortuna do seu escolhido pode conferir-lhes a uma posição social de destaque e, ao mesmo tempo, conduzi-las a uma vida pública. O *homem de espírito*, embora seja bem sucedido econômica e socialmente, não passa de um iludido no que diz respeito aos seus sentimentos, porque ele identifica nas mulheres uma natureza elevada, caracterizada pela generosidade, nobreza e grandeza. Com um comportamento tímido, ele acredita que, para conquistá-las, é necessário ter qualidades acima do comum e, por isso, não ousa ser objetivo com seus sentimentos, assim como as trata com calorosos respeitos e atenções delicadas, não a perseguindo, não a cansando com a sua presença. E, para mantê-las envolvidas na relação, ele procura esforçar-se em demonstrar uma constante alegria com a sua presença, embora sofra e derrame suas lágrimas em segredo quando ele se encontra sozinho, por causa de sua desconfiança e insegurança com relação aos resultados duvidosos de suas investidas. Essa insegurança do *homem de espírito* é ocasionada pelos *tolos* que, por sua vez, apresentam aspectos diferentes e despertam o interesse afetivo das mulheres na vida pública.

O *tolo* também é bem-sucedido em suas atividades, tem prestígio social e, em se tratando de amor, demonstra claramente os seus sentimentos às mulheres: as acompanha nas ruas, as vigia nas igrejas, as observa nos espetáculos e tem o hábito de cortejá-las com bilhetes. Entretanto, todas essas investidas não passam de laços sentimentais grosseiros e enganosos que o *tolo* desenvolve com as mulheres, deixando-as confusas e perdidas, ao ponto de comprometer a estabilidade de seu casamento com o *homem de espírito*. É evidente, portanto, que o *homem de espírito* percebe o amor como um grande e sério negócio, ao ocupar-se dele como o centro de sua atenção, enquanto para o *tolo* o amor não passa de um acontecimento em que não há mudanças na vida, mas sendo apenas vivenciadas nos jogos, nos salões e nos passeios. Assim, é a partir da realização de um triângulo amoroso que quase todos os contos e romances de Machado de Assis são estruturados: uma mulher que se envolve com dois homens com características opostas.

De certa maneira, entre 1872 e 1878, parece que Machado de Assis estende esse jogo de relações afetivas para significados mais amplos. Ora, o nosso escritor faz parte de um contexto em que a *instituição familiar* é mobilizada em função de escolhas e de possibilidades que um matrimônio pode oferecer. Nessa fase, a literatura machadiana parece considerar que o *homem de espírito*, o *tolo* e as mulheres, antes de se envolverem nesse jogo afetivo, já fazem parte de uma rede social traçada pelo contexto familiar de cada um deles. Esse triângulo amoroso não só estabelece contatos sociais, mas, também, proporciona possibilidades de escolhas para as mulheres e concorrência entre o *tolo* e o *homem de espírito*, uma vez que, durante o Segundo Reinado, o amor é um negócio entre famílias, porque pode garantir proteção de seus patrimônios ou, pelo menos, a migração delas de uma região para outra diante das crises econômicas tradicionais. Segundo Needell (1993), as famílias oligárquicas procuravam desenvolver laços políticos mútuos em torno do casamento de seus filhos e como possibilidade de proteção diante da ameaça da ruína econômica que vinha marcando a História do Brasil: o declínio na produção do açúcar do Nordeste, no século XVII, o esgotamento do ouro e dos diamantes, no final do século XVIII e, no tempo de produção do café, a partir da década de 1880, com o seu declínio no Vale do Paraíba. Portanto, uma vez tomando como referência a relação afetiva entre a mulher e o *homem de espírito*, embora havendo interferências do *tolo*, é provável que Machado de Assis tenha se inspirado nesses personagens para trabalhar a sua literatura, refletindo acerca de certos costumes e valores da corte, pautados por *necessidades* e *fatalidades*.

É discutindo a partir de uma relação conjugal ou de um triângulo amoroso, nos seus romances e contos, que o nosso escritor parece deixar cada vez mais visível o desenvolvimento dos fundamentos de seu ceticismo. Logo, a filosofia céтика de Pirro e de seus intérpretes – como Pascal, Erasmo e Montaigne³² – influenciaram Machado de Assis a desenvolver um significado mais amplo para a discussão realizada por Henaux (1944) em

³² Ao considerar a atração que as mulheres tem pela vida social o motivo que leva o *homem de espírito* a desenvolver uma perplexidade e uma perturbação particular, Maia Neto (2007) considera que Machado de Assis procura ampliar e tornar complexa essa relação. Isso significa que, ao trabalhar com esses intérpretes de Pirro, Machado de Assis procura uma certa aproximação com a postura deles, ao lançar mão de um triângulo amoroso como metodologia para investigar certos costumes e valores predominantes na corte, mas também para ridicularizá-los. De certa maneira, Erasmo foi um crítico das condições religiosas do seu tempo, assim como Pascal e Montaigne. De fato, esses três filósofos são representantes centrais do renascimento do ceticismo grego, durante a Idade Moderna. Cada um deles contribui para o modo como Machado de Assis percebe as condições sócio-culturais, durante o Segundo Reinado, uma vez que Pascal e Montaigne questionam a vaidade do conhecimento humano, enquanto Erasmo polemiza e relativiza o dogmatismo cristão, no tocante a relação entre homem e Deus. Portanto, a busca das mulheres por uma *vida exterior*, obrigando o *homem de espírito* a ter que acompanhá-la, contraria a paz de espírito dele, sustentada pelo casamento, colocando em evidência o *divertimento* e a *agitação*, proporcionando ao *homem de espírito* inquietações e dando início as suas problematizações até alcançar uma *crise reflexiva céтика*.

torno do triângulo amoroso envolvendo mulheres, o *homem de espírito* e os *tolos*. Parece que nessa segunda fase, o ceticismo trabalhado na literatura machadiana confere ao *homem de espírito* uma atitude *problemática* em que, gradativamente, ele está se distanciando da *vida exterior* – o lugar de opiniões precárias, de contradições e de hipocrisias – na qual ele começa a adotar uma postura reflexiva, mas ora interferindo, ora investigando acerca da sua vida e do contexto que o circunda. Nesse sentido, o *homem de espírito* ainda acredita na ética que pode estar por trás de falsas aparências da *vida exterior*, enquanto o *tolo* usa de *estratégias* para ter sucesso não somente nos seus projetos afetivos, mas, também, nos seus projetos sociais e econômicos, tornando-se uma celebridade (MAIA NETO, 2007). E a maioria das personagens femininas na literatura machadiana também adota a *perspectiva estratégica* para alcançar os mesmos objetivos que os *tolos*; é por isso que há uma certa afinidade entre ambos.

E, por fim, a partir de 1881, a literatura machadiana demonstra que o *homem de espírito* se divorcia da *vida exterior* e assume uma crise cética. Nessa fase, Machado de Assis parece deixar mais visível o papel que assume de expectador junto com os leitores da sua literatura, uma vez que o *homem de espírito*, representado por alguns de seus personagens nos contos e romances produzidos nessa época, se envolve nas tramas com uma postura *problemática*, ao buscar uma verdade que pode estar por trás da *vida exterior*. Porém, não encontrando, ele abandona suas crenças e passa por uma crise, para, em seguida, assumir uma postura cética. Nessas condições, essa verdade procurada e *problematizada* pelo *homem de espírito* não se limita apenas a questões relacionadas ao amor, pois Machado de Assis parece estender esses conflitos do *homem de espírito* para outros assuntos relacionados com a corte, como por exemplo: na política, na ciência, na religião, na economia etc.

Ao que tudo indica, é possível que haja relação entre algumas atitudes e idéias do *homem de espírito* com algumas experiências vivenciadas pelo próprio Machado de Assis, entre as décadas de 1860 e 1880. Ora, durante a fase da *gestação*, o *homem de espírito* acredita na ética que há por trás de suas relações afetivas e da *vida exterior*, assim como Machado de Assis começa se envolver com otimismo na vida literária e política da corte, acreditando na oportunidade de ascensão social e de reconhecimento pelo seu trabalho como cronista, tradutor e repórter do senado. Na fase da *evolução*, o *homem de espírito* adota uma postura *problemática*, porque ele não só continua a acreditar em suas idéias e valores, mas, também, as defende confrontando-as com as normas sociais da *vida exterior*, coincidindo com a postura discordante do nosso escritor em relação ao Romantismo rousseauiano, ao Positivismo e ao Darwinismo Social. E, por último, a fase da *crise reflexiva cética*, que consiste no divórcio do *homem de espírito* com a *vida exterior*, momento este em que

Machado de Assis abandona o debate que havia proposto a partir de seu texto, intitulado *A Nova Geração* (1879), após começar a sofrer severas críticas de Romero, e suspende, então, a exposição e o confronto público de suas opiniões.

Assim, é provável que Machado de Assis tenha experimentado essas fases até culminar na sua *crise reflexiva céтика*. Dessa maneira, ao lançar mão do *tom dialogal*, em *O Alienista*, Machado de Assis passa a impressão de que assume a posição de narrador e de expectador, enquanto Bacamarte passa pela *gestação* e *evolução* até alcançar a sua própria *crise reflexiva céтика*, quando investiga, pensa e identifica os loucos de Itaguáí, para depois se recolher na Casa Verde. Com efeito, são os loucos de Itaguáí que assumem o papel dos *tolos* e influenciam nas mudanças das teorias e no comportamento de Bacamarte, o *homem de espírito*. Além disso, acreditamos que Bacamarte, em alguns momentos do conto, assume também o papel de um *personagem-autor*, uma vez que Machado de Assis pode ter também tomado como referência, a si próprio, para demonstrar que aquele personagem tem crenças que, na maioria das vezes, se chocam com as normas sociais de Itaguáí. Entretanto, através de Bacamarte, o nosso escritor parece sugerir também que Romero, D. Pedro II e outros intelectuais também podem vir a passar por uma *crise reflexiva céтика*, isto é, eles podem vir a perceber que as suas propostas podem não dizer certo, porque são teoricamente ingênuas e limitadas na sua praticidade. Nessa perspectiva, é com a chegada de Bacamarte em Itaguáí que se tem início o jogo de contrastes entre o normal e os loucos ou entre o louco e os normais. Logo, ao começar a desenvolver teorias acerca da loucura, parece que Bacamarte inventa problemas que não existem.

3.2. Bacamarte no labirinto do seu *humanitismo*

No início do conto, Machado de Assis (1944, p. 9) lança mão do seu *tom dialogal*:

As chronicas da villa de Itaguahy dizem que em tempos remotos vivera alli um certo medico, o Dr. Simão Bacamarte, filho da nobreza da terra e o maior dos médicos do Brazil, de Portugal e da Hespanhas. Estudara em Coimbra e Pádua. Aos trinta e quatro annos regressou ao Brazil, não podendo el-rei alcançar d'elle que ficasse em Coimbra, regendo a universidade, ou em Lisboa, expedindo os negócios da monarquia.

É interessante observarmos que, com esse recurso narrativo, o autor passa impressão de que está se juntando ao leitor para acompanhar essa trama. Ao descrever a vida de Bacamarte e sua ocupação, o autor parece se isentar das responsabilidades em relação as

atitudes e idéias daquele personagem. Tentando assumir um papel de narrador e de observador, é provável que o nosso escritor esteja anunciando, para o leitor, o início de sua investigação acerca da postura e das idéias dogmáticas de Bacamarte.

É sob a influência da filosofia de Pirro que Machado de Assis cumpre com o seu objetivo. Quando se trata de discutir características do Positivismo a partir de Bacamarte, Machado de Assis parece está perturbado. De fato, a filosofia de Pirro sugere que, por trás de uma investigação, realizada por um futuro cético, há uma certa inquietação. E para que esse incômodo possa ser substituído pela *ataraxia*, ou seja, pela tranqüilidade, o futuro cético desenvolve doutrinas contrárias acerca daquela examinada. Com isso, ele conclui que não é possível manter idéias opostas em relação ao mesmo assunto investigado, então, ele exclui todas elas e suspende o seu juízo (MAIA NETO, 2007). Na filosofia cética, idéias opostas acerca de um mesmo assunto podem explicá-las, por isso não há uma verdade ou uma conclusão definitiva a respeito de uma dúvida, mas apenas argumentos superficiais e contraditórios.

Mas, pensemos um pouco mais acerca do funcionamento do caminho adotado por Machado de Assis para desenvolver o seu ceticismo em relação ao Positivismo. E, para isso, é interessante destacarmos a explicação de Maia Neto (2007, p.16):

O futuro pirrônico começa como qualquer investigador perturbado por aparências conflitantes (PH 1.12.). Por exemplo, o mel aparece doce em um momento e amargo em outro. Estas aparências conflitantes geram uma perturbação. O futuro pirrônico inicia então uma investigação (*zētēsis*), na expectativa de atingir a tranqüilidade (*ataraxia*) descobrindo a verdadeira natureza do mel. Segundo Sexto [intérprete de Pirro], este estágio inicial do futuro pirrônico é também vivido pelo dogmático. Este último, porém, encontra a tranqüilidade, descobrindo o que ele pensa ser a verdadeira natureza da coisa. Por exemplo, ele postula uma teoria sobre a natureza íntima do mel que explica para a sua satisfação as aparências conflitantes, curando assim sua perturbação. O futuro pirrônico considera que a tranqüilidade dogmática só pode ser alcançada mediante um assentimento apressado ou precipitado. Uma investigação mais rigorosa mostra ou que a explicação das aparências conflitantes não é satisfatória (pode ter alguma inconsistência lógica, por exemplo) ou que outras teorias inconsistentes com a formulada também podem explicar as aparências, ou que há outras aparências ou argumentos – desprezados pelo dogmático – que invalidam a explicação. A tranqüilidade dogmática não é sólida porque nenhuma das doutrinas que o pirrônico examinou resistiu a uma investigação mais rigorosa.

Nessas condições, enquanto Machado de Assis, na condição de narrador e de expectador de *O Alienista*, assume o papel de um futuro pirrônico, quando investiga características do Positivismo, veremos mais adiante que Bacamarte coloca em evidência a sua tentativa de manter uma postura dogmática acerca dos loucos de Itaguaí. E, conforme podemos perceber, o nosso escritor não deseja desenvolver uma teoria oposta ao Positivismo,

mas demonstrar que essa doutrina não pode levar a nenhuma evidência conclusiva, no sentido de apontar critérios de verdade definitiva acerca da superioridade racial dos brancos sobre negros e mulatos. Isso significa que, ao narrar atitudes e idéias de Bacamarte, Machado de Assis está analisando as implicações e a validade do Positivismo em Itaguaí ou na corte. Portanto, se o Positivismo promove o branco europeu e cristão e seus descendentes nascidos na América Latina como uma raça superior, para Machado de Assis essa mesma doutrina parece demonstrar, a partir de Bacamarte, que o suposto motivo do atraso cultural do Brasil não é responsabilidade de negros e de mulatos, mas problemas de ordem moral e política iniciados pelos colonizadores e que se mantêm com os seus descendentes, durante o Segundo Reinado. O fato é que não há mulatos em Itaguaí, e algumas negras que aparecem nessa trama são apenas criadas que auxiliam D. Evarista a provar e reformar alguns dos seus “trinta e sete vestidos” e, desse modo, não contribuem para os problemas que há naquela vila.

Ao seguir esse caminho, Machado de Assis parece estar incomodado com idéias racistas apoiadas no Positivismo e que circulam na corte como conhecimentos autorizados. Por certo, quando o nosso escritor atribui a Bacamarte características do Positivismo, ele não só ironiza com essa doutrina, mas também parece persuadir o leitor a não levá-la a sério. Além disso, a formação de Bacamarte em Coimbra pode sugerir que não há autonomia intelectual na corte, mas um conjunto de idéias caricaturadas que confirmam uma certa relação de dependência cultural do Brasil com a Europa. Não é por acaso que, ao negar o convite de ficar em Portugal, Bacamarte se justifica para o rei de Portugal:

- A sciencia, disse elle a Sua Majestade, é o meu emprego único; Itaguahy é o meu universo. Dicto isto, meteu-se em Itaguahy, e entregou-se de corpo e alma ao estudo da sciencia, alternando as curas com as leituras, e demonstrando os theoremas com cataplasmas (ASSIS, 1944, p. 10).

A chegada de Bacamarte em Itaguaí coloca em evidência que há problemas a serem resolvidos naquela vila. Parece que, nessa passagem, Machado de Assis começa por demonstrar algumas das características do Positivismo: a formulação de uma teoria que proporcione uma praticidade. De fato, o Positivismo valoriza essas duas características como caminhos necessários para desenvolver um programa adequado e normativo, de modo que seja possível modificar a vida social e a sua consciência cultural, com o propósito de promover a sua melhoria, o progresso (PACHO, 2005). Nessa perspectiva, os costumes e valores dos habitantes de Itaguaí precisam sofrer interferências de Bacamarte, a começar pelas de sua esposa:

D. Evarista mentiu as esperanças do Dr. Bacamarte, não lhe deu filhos robustos nem mofinos. A índole natural da sciencia é a loganimidade; o nosso medico esperou trez annos; depois quatro, depois cinco. Ao cabo d'esse tempo fez um estudo profundo da materia, releu todos os escriptos [...], que trouxera para Itaguhy, enviou consultas ás universidades italianas e allemans, **e acabou por aconselhar á mulher um regimen alimenticio especial. A illustre dama, nutrida exclusivamente com a bella carne de porco de Itaguahy, não attendeu ás admoestações do esposo; e á sua resistência – devemos a total extincção da dynastia dos Bacamartes** (ASSIS, 1944, p. 10, grifos nossos).

De modo irônico, Machado Assis nos chama a atenção para a paciência com que Bacamarte lida com a infertilidade de sua esposa. Ao descrever a dedicação de Bacamarte na busca por uma resposta para esse problema, parece que a ironia aqui coloca em evidência certas limitações da ciência com relação a seu uso para *planejar* e *controlar* eventos sociais e biológicos. Essas características, trabalhadas por Bacamarte, podem estar associadas ao Positivismo, pois essa doutrina considera que o conhecimento pode identificar e explicar leis absolutas e que exercem influência em todas as instâncias da vida social e do mundo natural (PACHO, 2005). Entretanto, apesar de Bacamarte escolher D. Evarista como esposa a partir de critérios científicos – condições psicológicas e anatômicas favoráveis, dorme regularmente, tem bom pulso, excelente vista, estando apta para dar-lhe filhos saudáveis e inteligentes – a sua expectativa não se confirma (ASSIS, 1944). Nesse sentido, os critérios científicos de Bacamarte não tornam D. Evarista *humanamente útil*, isto é, não faz dela uma mulher qualificada para dar-lhe filhos, possivelmente com o propósito de perpetuar a “Dinastia dos Bacamartes” ou o legado de seu prestígio intelectual (e genético), mas identifica nela um problema a ser resolvido. Para o Positivismo, um conhecimento pode ser tratado como uma ciência se ele apresentar requisitos metodológicos que proponha, a partir de um dado, explicá-lo (PACHO, 2005); nesse caso o problema de infertilidade de D. Evarista.

Com isso, Bacamarte começa a sistematizar um encadeamento de idéias, alternando *soluções* com *investigações*, demonstrando *teorias* como *modelos explicativos*. Preso nesse labirinto, Bacamarte abandona o caso de sua consorte, sem *solução*, para se apegar a outro:

Mas a sciencia tem o ineffavel dom de curar todas as maguas; o nosso medico mergulhou inteiramente no estudo e na practica da medicina. Foi então que um dos recantos d'esta lhe chamou especialmente a attenção – o recanto psychico, o exame da patologia cerebral. Não havia na colônia, e ainda no reino, uma só auctoridade em semelhante matéria, mal explorada, ou quase inexplorada. Simão Bacamarte comprehendeu que sciencia lusitana, e particularmente a brazileira, podia cobrir-se de “louros immarcessiveis” – expressão usada por elle mesmo, mas em um arroubo de intimidade domestica; exteriormente era modesto, segundo convém aos sabores (ASSIS, 1944, p. 11).

Ao substituir um *problema* por outro, Bacamarte procura se “curar” da sua inquietação, por não ter conseguido resolver o caso de sua esposa. Esse parece ser o momento em que há uma passagem da sua fase de *gestação* para a sua fase de *evolução*, pois consideramos a possibilidade de Bacamarte ser identificado como um *homem de espírito*, por Machado de Assis, e que tem crenças dogmáticas acerca da importância da ciência. Acreditando que há uma missão designada para o seu conhecimento, Bacamarte depara-se com um outro *problema* a ser resolvido: o “estudo da patologia cerebral”. Ao que tudo indica, não se trata mais de solucionar *problemas*, mas fazer de um objeto inexplorado a oportunidade de conquistar prestígio social. Nesse caso, parece que a ironia machadiana nos chama a atenção para o modismo de se falar e pensar em ciência, a partir de escolhas dentre as diversas teorias européias que possam servir para afirmar uma identidade para as camadas letradas e dirigentes, como é o caso dos integrantes do IHGB e dos expoentes das Escolas de Direito do Recife e de São Paulo.

Os assuntos científicos, discutidos entre os intelectuais *da* e *na* corte, colocavam em evidência *problemas* de ordem racial e cultural a serem resolvidos no país. Porém, eram várias as polêmicas que surgiam entre bacharéis e que se arrastavam por anos, com publicações de artigos e contra-artigos, de réplicas e tréplicas (VENTURA, 1991). Na verdade, a maioria dos debates tinha o seu foco desviado para questões secundárias e interesses pessoais. Desse modo, deixava-se de pensar nos *problemas* e nas suas *soluções* para fazer do debate um jogo de erudição em defesa da honra, em que o desafiante procurava provar sua competência sobre o oponente (VENTURA, 1991). Portanto, tais condições parecem não ter passado despercebidas por Machado de Assis, assim como a relação entre ciência e instituição:

Assim é que cada louco furioso era trancado em uma alcova, na própria casa, e, não curado, mas descurado, até que a morte o vinha defraudar do benefício da vida; os mansos andavam à solta pela rua. Simão Bacamarte entendeu desde logo reformar tão ruim costume; pediu licença à câmara para agasalhar e tratar, no edifício que ia construir, todos os loucos de Itaguahy e das demais villas e cidades, mediante um estipêndio, que a câmara lhe daria quando a família do enfermo não o pudesse fazer. [...] A Casa Verde foi o nome dado ao asylo, por allusão à côr das janellas, que pela primeira vez appareciam verdes em Itaguahy. Inaugurou-se com immensa pompa; de todas as villas e povoações próximas, e até remotas, e da propria cidade do Rio de Janeiro, correu gente para assistir às cerimônias, que duraram septe dias. Muito dementes já estavam recolhidos; e os parentes tiveram ocasião de ver o carinho paterno e a caridade christian com que elles iam ser tratados (ASSIS, 1944, p. 12-14).

Nesse sentido, é possível que a relação entre Bacamarte e a Casa Verde esteja relacionada com uma ironia machadiana em relação a dependência que tem os “homens de ciência” em discutir e produzir suas idéias em instituições dos quais participavam e as divulgavam, durante o Segundo Reinado. Além disso, sete dias foi o tempo necessário para Bacamarte ordenar a construção da Casa Verde, assim como Deus criou o mundo no mesmo intervalo de tempo. Com essa analogia, parece que Machado de Assis ironiza com o poder que a ciência tem de criar e de justificar uma nova ordem cultural a partir da superioridade racial dos brancos e subordinados aos interesses da política imperialista da Europa. Dos estudos do Evolucionismo e do Darwinismo Social que se realizam na Escola de Direito do Recife à análise liberal e positivista da Escola de Direito de São Paulo, passando pela proposta do Indianismo do IHGB, é possível perceber que essas instituições assumem um papel de espaços científicos, que lhes conferem legitimidade para discutir e apontar *problemas e soluções* para o país e que diz respeito ao papel que cada raça – brancos, negros e mulatos – deve desempenhar nessa nova ordem. Não é por acaso que após a inauguração da Casa Verde, Bacamarte começa a colocar em prática o seu programa teórico:

De todas as villas e arraiais vizinhos affluiam loucos á Casa Verde. Eram furiosos, eram mansos, eram monomaniacos, era toda a familia do desherdados do espírito. Ao cabo de quatro meses, a Casa Verde era uma povoação. Não bastaram os primeiros cubículos; mandou-se annexar uma galeria de mais trinta e septe (ASSIS, 1944, p. 16-17).

De fato, teoria e prática, valorizadas pelo Positivismo, são características que devem fazer parte de qualquer ciência, porque elas podem proporcionar controle cultural da sociedade de modo a reorganizá-la e a colocá-la em conformidade com leis que intervém, em seu benefício para, a evolução histórica do seu conhecimento e que a impele para o progresso (PACHO, 2005). É nos chamando a atenção para o número crescente de loucos confinados na Casa Verde que Machado de Assis parece demonstrar como a ciência transforma o conhecimento de um indivíduo ou de um grupo, ligado a uma instituição, em um instrumento de poder capaz de satisfazer interesses políticos e econômicos de uma minoria. De fato, a ciência de Bacamarte o habilita a intervir nos costumes e valores dos habitantes de Itaguáí, quando ela confirma suas expectativas na prática:

o padre Lopes confessou que não imaginaria a existencia de tantos doudos no mundo, e menos ainda o inexplicavel de alguns casos. Um, por exemplo, um rapaz bronco e villão, que todos os dias, depois do almoço, fazia regularmente um discurso acadêmico, ornado de tropos, de antitheses, de apostrophes, com seus recamos de grego e latim, e suas borlas de Cicero, Apuleo e Tertuliano. O vigario

não queria acabar de crer. Que! Um rapaz que elle vira, trez mezes antes, jogando peteca na rua! – Não digo que não, respondia o alienista; mas a verdade é o que Vossa Reverendíssima está vendo. Isto é todos os dias. – Quanto a mim, tornou o vigário, só se pôde explicar pela confusão das linguas na torre de Babel, segundo nos conta a Escriptura; provavelmente, confundidas antigamente as linguas, é facil trocal-as agora, desde que a razão não trabalhe... – Essa pôde ser, com efeito, a explicação divina do phenomeno, concordou o alienista depois de reflectir um instante, mas não é impossivel que haja tambem alguma razão humana, e puramente scientifica, e d'isso trato... (ASSIS, 1944, p. 17-18).

De certa maneira, Machado de Assis parece ironizar com a divergência de conhecimentos entre Bacamarte – representante da filosofia positiva – o padre Lopes – expoente da filosofia teológica – e do rapaz “bronco e vilão” – o porta-voz da filosofia metafísica. Embora enfrente uma certa resistência do padre Lopes, as investidas de Bacamarte contra o rapaz “bronco e vilão” são justificadas e confirmadas pela razão. É com a razão que o alienista transforma o seu conhecimento em uma verdade científica e com finalidades práticas, persuadindo o padre Lopes a ter que aceitar o confinamento daquele louco. Quando se trata de discutir os três estados do desenvolvimento do conhecimento humano – o teológico, o metafísico e o positivo –, o Positivismo considera que cada um deles pode garantir por si só um tipo de ordem social: o estado teológico ou fictício pressupõe que o conhecimento humano busca, nos fenômenos naturais, a sua origem e atribui a responsabilidade de sua dinâmica a vários ou a um único deus; o estado metafísico considera, ainda, que há uma entidade ou várias entidades divinas por trás dos fenômenos naturais, embora seja dessas experiências que as questões são formuladas, para se buscar respostas diferentes, e sistematizadas a partir de conceitos abstratos; e, por fim, o estado positivo confere uma consciência de que conhecimento humano não pode compreender tudo; então, há uma renúncia na procura pela origem e pelo destino do universo, atendo-se à investigação, combinada com a observação empírica e com o raciocínio lógico, cujo intuito é relacionar invariáveis sucessões e semelhanças de eventos sociais e que são influenciadas por leis naturais. No entanto, a influência de cada uma delas numa mesma sociedade implica em uma crise moral. E, para superar esse dilema, a filosofia positiva deve ser imposta à sociedade para se consolidar uma ordem homogênea (LÖWITH, 1997). De fato, parece que Bacamarte procura substituir as divergências de idéias do rapaz “bronco e vilão”, porque este costuma discursar obras de autores que estão associados ao pensamento metafísico, e as opiniões do padre Lopez, relacionadas com o pensamento teológico, por um objetivo em comum: o triunfo da ciência como um saber mais maduro e capaz de estabilizar a ordem e o progresso social em Itaguaí.

Certamente, Bacamarte apresenta-se na trama como uma autoridade no discurso positivista, ao fazer da ciência a sua religião:

Homem de sciencia, e só da sciencia, nada o consternava fóra da sciencia; e se alguma cousa o preocupava n'aquelle occasião, se ele deixava correr pela multidão um olhar inquieto e policial, não era outra cousa mais do que a idea de que algum demente podia achar-se alli, misturado com a gente do juízo (ASSIS, 1944, p. 25).

Ao tentar identificar, classificar e corrigir as loucuras dos habitantes de Itaguaí, Bacamarte passa a observá-los. É evidente que a observação é um dos critérios metodológicos valorizados pelo Positivismo, uma vez que, para essa doutrina, só é possível conhecer o mundo a partir da observação. Nessa linha de reflexão, o Positivismo considera que “*o domínio dos objetos do conhecimento científico está determinado por fatos observáveis e relações regulares entre eles inferidas com rigor lógico*”³³ (PACHO, 2005, p. 16). Provavelmente, Bacamarte assume essa metodologia ao intervir com autoridade na vida dos habitantes daquela vila, quando aqueles demonstram sintomas de loucura. A medida que um e outro morador vai sendo confinado na Casa Verde, o médico expõe o seu “rigor lógico” para Crispim Soares, o boticário:

- Supondo o espirito humano uma vasta concha, o meu fim, Sr. Soares, é ver se posso extrahir a perola, que é a razão; por outros termos, demarquemos definitivamente os limites da razão e da loucura. A razão é o perfeito equilibrio de todas as faculdades; fora d'ahi insânia, insânia e só insânia (ASSIS, 1944, p. 31).

Desse modo, Bacamarte, ao investigar o seu objeto – a loucura –, tenta organizar um modelo de conhecimento que determine a sua fronteira com a normalidade, mas ele não consegue. O fato é que o Positivismo valoriza a relação entre fenômenos sociais e naturais com fatos genéricos, de modo a explicar todos os eventos a partir de uma única lei (LÖWITH, 1997). Entretanto, a procura de Bacamarte por um modelo de conhecimento que identifique com precisão a fronteira entre loucura e razão parece não se confirmar com a prisão de alguns personagens na Casa Verde, conforme discutimos no capítulo anterior: Costa e sua prima, Mateus, Martim Brito, Gil Bernardes, Coelho, D. Evarista e outros. Logo, Bacamarte não consegue formular uma única explicação para os variados sintomas de loucura demonstrados pelos habitantes de Itaguaí. Nesse sentido, é possível considerarmos a possibilidade de Machado de Assis estar sinalizando mudanças de idéias e atitudes que começam a se realizar em Bacamarte: a substituição das convicções dogmáticas daquele personagem por uma *crise*

³³ “*El dominio de los objetos del conocimiento científico está determinado por hechos observables y relaciones regulares entre ellos inferidas com rigor lógico*”.

reflexiva céтика. A partir daí, o *teatro imaginário* de Itaguaí, que Machado de Assis desenvolve para ironizar a corte, deixa de ser uma comédia para se tornar uma tragédia. Com isso, as teorias que Bacamarte desenvolve acerca do comportamento dos habitantes de Itaguaí não passam de regras normativas que regem as suas vidas e que se apresentam como uma conformidade cultural, independente das crenças daquele médico. As reflexões de Bacamarte parecem sugerir essa idéia:

- Mas deveras estariam elles doudos, e foram curados por mim, - ou o que pareceu cura, não foi mais do que a descoberta do perfeito equilíbrio do cérebro? E cavando por ahi abaixo, eis o resultado a que chegou: os cerebros bem organizados que elle acabava de curar, eram desequilibrados como os outros. Sim, dizia elle consigo mesmo, eu não posso ter a pretensão de haver-lhes incutido um sentimento ou uma faculdade nova; uma e outra causa existiam no estado latente, mas existiam. Chegando a esta conclusão, o illustre alienista teve duas sensações contrárias, uma de gozo, outra de abatimento. A de gozo foi por ver, que, ao cabo de longas e pacientes investigações, constantes trabalhos, lucta ingente com o povo, podia afirmar esta verdade: - **não havia loucos em Itaguahy;** Itaguahy não possuia um só mentecapto. Mas tão depressa esta idéa lhe refrescara a alma, outra apareceu que neutralizou o primeiro efeito; foi a idéa de dúvida. Pois que! Itaguahy não possuiria um unico cérebro concertado? Esta conclusão tão absoluta, não seria por isso mesmo errônea, e não vinha, portanto, destruir o largo e majestoso edifício da nova doutrina psychologica? A fflicção do egrégio Simão Bacamarte é definida pelos chronistas itaguahyenses como uma das mais medonhas tempestades moraes que têm desabado sobre o homem (ASSIS, 1944, p. 96, grifos nossos).

Entretanto, quando Bacamarte percebe, no final do conto, que a sua crença de construir uma ordem social em Itaguaí com o triunfo da razão não passa de uma compreensão enganosa ele parece assumir uma postura de *equilopulência*, isto é, esse personagem percebe que tem idéias contraditórias no seu saber científico e, por isso, ele opta por soltar os loucos da Casa Verde e se assume como um caso a ser estudado. De fato, a “sensação contrária” de que os loucos de Itaguaí podem ser normais induz Bacamarte a uma *crise reflexiva céтика*.

Portanto, é provável que Bacamarte alegorize os limites e a ingenuidade que tem certas propostas de intelectuais *da* e *na* corte, em que, na maioria das vezes, as suas idéias não se confirmam na prática ou não contribuem com transformações significativas para a melhoria das *condições de sobrevivência* do Brasil. Podemos dizer, então, que, através de Bacamarte, Machado de Assis parece sugerir reflexões em torno do descompasso que há entre a teoria e a prática, fomentada pelo Positivismo e que circulam na corte, despertando falsas expectativas de mudanças socioculturais. Na perspectiva machadiana, as doutrinas científicas, importadas da Europa, parecem inventar problemas ao invés de solucionar o que existe: a ausência de uma moral política que valorize o bem-estar público e não individual ou de um grupo de políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme podemos perceber, *O Alienista* é parte constitutiva da cultura do Segundo Reinado, particularmente do tipo de relação que Machado de Assis mantém com a corte. Ao acomodar-se às oportunidades de trabalho que lhes são oferecidas – cronista e tradutor de literatura estrangeira – Machado de Assis procura por ascensão social, uma vez que ele parece acreditar nessa possibilidade, a partir da década de 1860. Para isso, ele lança mão de certos recursos narrativos para persuadir o leitor de suas opiniões, escritas em crônicas e na sua literatura. Entretanto, essa tentativa de aproximação com a elite do seu tempo, ao viver às custas da escrita e da habilidade de manejá-las para informar acontecimentos políticos e experiências do cotidiano, pode ter despertado em Machado de Assis uma percepção negativa da corte. De fato, é trabalhando como cronista e escritor de prosa ficcional que o nosso escritor parece tomar conhecimento das relações de sociabilidade que são fechadas e tecidas entre famílias da oligarquia rural com casamentos e com apadrinhamentos de bacharéis, como uma estratégia necessária para elas exercerem influência na política e na burocracia do Estado.

Diante de tais condições, ele se envolve e trabalha com sua pena, tentando se impor, sutilmente, através de suas opiniões pessoais acerca dessas tradições culturais e que demarcam os lugares de brancos, de negros e de mulatos. É bem expressiva sua discordância em relação a maioria das normas sociais da corte e que são legitimadas com trabalhos e idéias de alguns intelectuais brancos, vinculados ao IHGB e a Escola de Direito do Recife e de São Paulo. Nessas condições, a tentativa por parte dessas instituições de contribuir para a formação de uma cultura nacional mais autônoma em relação à metrópole portuguesa também resulta em implicações negativas para as *condições de sobrevivência* de negros e mulatos, uma vez que busca-se no Evolucionismo, no Darwinismo Social e no Positivismo critérios necessários para se pensar em propostas para excluir ou corrigir essas duas raças, consideradas inferiores, como condições de mudanças para fazer o país progredir culturalmente com o triunfo do branco. E parecem ser esses fatores que inibem a possibilidade de Machado de Assis assumir-se como mulato na corte, pois se reconhecer como pertencente a uma raça considerada inferior para membros do IHGB e expoentes das Escolas de Direito do Recife e de São Paulo, durante o Segundo Reinado, é o mesmo que se apresentar como escravo e com capacidade intelectual inferior.

Ao sentir-se incomodado com a difusão dessas doutrinas científicas, trabalhadas pelo IHGB e pelas Escolas de Direito, Machado de Assis escreve *O Alienista* lançando mão de seus recursos narrativos – a ironia, o *tom dialogal* e o *teatro imaginário* –, de uma metodologia literária velada, aprendida com Poe (1981), sob a influência do Romantismo engajado de Hugo (2007), mas sem perder de vista o seu trabalho com filosofia cética de Pirro (2007). Logo, é discutindo essas influências na carreira literária de Machado de Assis que procuramos percorrer caminhos e indícios não explorados pelos intérpretes de *O Alienista* acerca de passagens nesse conto que sugerem reflexões desse escritor em torno do triunfo da cultura imperialista francesa e inglesa, na corte. Nessas condições, a reflexão machadiana parece sugerir que doutrinas científicas – como o Evolucionismo, o Darwinismo Social e o Positivismo – não passam de idéias limitadas e que despertam falsas expectativas de mudanças culturais, ao legitimar apenas uma hierarquia de raças na corte e, ao mesmo tempo, subordinando apenas a cultura do país a um mercado consumidor de manufaturas, de certos hábitos e costumes importados do Velho Mundo.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS:

ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: W. M. Jackson, v. 5, 1944.

_____. *O Alienista*. In: _____. **Papéis Avulsos**. São Paulo: W. M. Jackson, v. 14, 1944.

_____. **Várias Histórias**. São Paulo: W. M. Jackson, v. 16, 1944.

_____. A reforma pelo jornal In: _____. **Chronicas**. São Paulo: W. M. Jackson, v. 20, 1944.

_____. **Chronicas**. São Paulo: W. M. Jackson, v. 21, 1944.

_____. Literatura Brazileira. In: _____. **Crítica Literária**. São Paulo: W. M. Jackson, v. 29, 1944.

_____. **Crítica Theatral**. São Paulo: W. M. Jackson, v. 30, 1944.

_____. A Joaquim Nabuco. In: _____. **Correspondência**. São Paulo: W. M. Jackson, v. 31, 1944.

HENAUX, Victor. Queda que as mulheres têm para os tolos. In: ASSIS, Machado de. **Diário de Rio de Janeiro** (1861-1863). São Paulo: W. M. Jackson, v. 20, 1944.

OBRAS:

ASSIS, Machado de. **Machado de Assis afro-descendente** – escritos de caramujo (antologia). Organização, ensaios e notas: Eduardo de Assis Duarte. 2 ed. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Pallas / Crisálida, 2007.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX.** 2 ed. São Paulo: Annablume, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral.** 8 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade.** 9 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CANO, Jefferson. Machado de Assis, Historiador. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo de Affonso de Miranda (org.). **A história contada.** Capítulos de História Social da Literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. (História do Brasil).

CARVALHO, José Murilo de. Tiradentes: um herói para a República. In:_____. **A formação das almas:** o imaginário da República do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Velôso. **A construção do mito do “meu filho doutor”:** fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil-Paraíba. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2005.

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In:_____. **A Escrita da história.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAUVIN, Jean Pierre. **O Alienista:** a teoria dos contrastes em Machado de Assis. São Paulo: Reis Editorial, 2005.

DANTE, Alighieri. **A divina comédia.** Tradução de José Pedro Xavier Pinheiro. São Paulo: Atena, 2003.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies e a seleção natural**. Tradução de Caroline Kazue Ramos Furukawa. São Paulo: Madras, 2004.

DENIS, Benoit. **Literatura e engajamento**. Tradução Luiz Dagoberto de Aguirra Roncari. Bauru: EDUSC, 2002.

FACINA, Adriana. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FAORO, Raymundo. Prefácio à segunda edição. In: _____. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 4 ed. Porto Alegre: Globo, v.1, 1977.

_____. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. 4 ed. São Paulo: Globo, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Ingleses no Brasil**: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura: na Idade Clássica**. Tradução José Teixeira Coelho Neto. 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: _____. **O saber local**. Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa. Tradução Vera Mello Joscelyne. 4 ed. São Paulo: Vozes, 2001.

GLEDSOM, John. A História do Brasil em Papéis Avulsos de Machado de Assis. Tradução de Hélia Neves. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo de Affonso de Miranda (orgs.).

A história contada. Capítulos de História Social da Literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. (História do Brasil).

GRAHAM, Richard. **A Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil (1850-1914).** São Paulo: Brasiliense, 1973.

GRANJA, Lúcia. **Machado de Assis, escritor em formação** (à roda dos jornais). Campinas-SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2000.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Francisco de Adolfo de Varnhagen: *História geral do Brasil*. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico.** São Paulo: SENAC, v.2, 2001;

HALLEWELL, Laurence. Paula Brito. In:_____. **O livro no Brasil.** Tradução de Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Edusp, 1985.

HOBSBAWM, Eric. Da história social à história da sociedade. In:_____. **Sobre história.** Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Homem Cordial._____. In: **Raízes do Brasil.** 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUGO, Victor. **Do grotesco e do sublime.** Tradução e notas de Célia Berretini. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **Napoleão, o pequeno.** Tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Ensaio, 1996.

_____. **Os trabalhadores do mar.** Tradução de Machado de Assis. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

JOHNSON, Paul. Fé, Razão e Desrazão. In:_____. **História do Cristianismo.** Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

LAJOLO, Marisa. **Como e por que ler o romance brasileiro.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: _____. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 5 ed. Campinas-SP: Unicamp, 2003.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8 Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

LÖWITH, Karl. Progresso versus providência: Comte. In: _____. **O sentido da história**. Tradução de Maria Georgina Segurado. Lisboa: Edições 70, 1991.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: _____(Org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Ao redor de Machado de Assis** (pesquisas e interpretações). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958.

_____. **Vida e obra de Machado de Assis**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, v. 2: ascensão; 1981.

_____. **Vida e obra de Machado de Assis**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, v. 3: maturidade; 1981.

MAIA NETO, José Raimundo. **O ceticismo na obra de Machado de Assis**. São Paulo: Annablume, 2007.

MASSA, Jean-Michel. A Biblioteca de Machado de Assis. In: JOBIM, José Luís (org.). **A biblioteca de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

_____. **A juventude de Machado de Assis, 1839-1870**. Ensaio de biografia intelectual. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MURICY, Kátia. **A razão cética:** Machado de Assis e as questões do seu tempo. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MORIN, Edgar. **O Método. As Idéias.** Habitat, vida, costumes, organização. Porto Alegre: Sulina, 1998.

NEEDELL, Jefrey D. **Belle Époque Tropical:** sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PACHO, Julían. **Positivismo y darwinismo.** Madrid: Akal, 2005.

PASSOS, Gilberto Pinheiro. **Cintilações francesas.** Revista da Sociedade Filomática: José de Alencar e Machado de Assis. São Paulo: Nankin, 2006.

PATTO, Maria Helena Souza. Teoremas e Cataplasmas no Brasil monárquico: o caso da medicina social. In:_____. **Mutações do cativeiro.** Escritos de Psicologia e Política. São Paulo: Hacker/Edusp, 2000.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Machado de Assis:** estudo crítico e biográfico. 4 ed. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira, 1944.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no clío ou a literatura sob o olhar de história a partir do conto *O alienista* de Machado de Assis. **Revista Brasileira de História.** São Paulo: ANPUH/Contexto, v. 16, 1996.

_____. O Efeito do Espelho: da cidade maravilhosa ao país das maravilhas. In:_____. **O imaginário da cidade (Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre).** Porto Alegre: Editora Universidade, 1999.

PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **História nova.** Tradução de Eduardo Brandão. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

POE, Edgar Allan. A carta roubada. In:_____. **Histórias extraordinárias.** Tradução de Brenno Silveira e outros. São Paulo: Abril, 1981.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Tradução de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

_____. **Tempo e narrativa**. Tradução de Constança Marcondes César. Campinas - SP: Papirus, tomo I, 1994.

ROMERO, Sílvio. Machado de Assis. In: _____. **História da literatura brasileira**. 5 ed. Rio de Janeiro: José Olympo, tomo 5, 1954.

RONCARI, Luiz. Ficção e história: o espelho transparente de Machado de Assis. In: **História: fronteiras – XX Simpósio Nacional da ANPUH**, Florianópolis, 1999.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. Tradução de Maria Paula Duarte. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCHWARZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **As barbas do imperador**: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARZ, Roberto. **A lata de lixo da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

_____. As Idéias Fora do Lugar. In: _____. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução de Raul de Sá Barbosa. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SWIFT, Jonathan. **As viagens de Gulliver**. Tradução e notas de Therezinha Monteiro Deutsch. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

SOUZA, Laura de Melo e. Colônia, colonização: o purgatório possível. In: _____. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

THOMPSON, E. P. Introdução: costume e cultura. In: _____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TINHORÃO, José Ramos. **Os Romances em folhetins no Brasil** (1830 à atualidade). São Paulo: Duas Cidades, 1994.

TRIGO, Luciano. **O Viajante imóvel**: Machado de Assis e o Rio de Janeiro do seu tempo. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**. História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SÍTIO:

LIMA, Luiz Costa. **O Palimpsesto de Itaguaí**. Disponível em: <<http://acd.ufrj.br/literaria/palimpsesto.html>>. Acesso em: 8 jun 2003.